

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA - UDESC
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO - FAED
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DA INFORMAÇÃO- PPGINFO

DANIELE ROSA MONTEIRO

REDES DE BIBLIOTECAS ESCOLARES: UM MODELO DE GESTÃO PARA O
SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO DE ERECHIM, RS

FLORIANÓPOLIS
2023

DANIELE ROSA MONTEIRO

**REDES DE BIBLIOTECAS ESCOLARES: UM MODELO DE GESTÃO PARA O
SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO DE ERECHIM, RS.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Gestão da Informação, do Centro de Ciências Humanas e da Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre no Mestrado Profissional em Gestão de Unidades de Informação. Linha de pesquisa: Informação, memória e sociedade.

Orientador: Prof. Dr. Jorge Moisés Kroll do Prado

**FLORIANÓPOLIS
2023**

**Ficha catalográfica elaborada pelo programa de geração automática da
Biblioteca Setorial do FAED/UEDESC,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

Monteiro, Daniele Rosa

Redes de Bibliotecas Escolares : um modelo de gestão para o Sistema Municipal de Ensino de Erechim, RS / Daniele Rosa Monteiro. -- 2023.

179 p.

Orientador: Jorge Moisés Kroll do Prado

Dissertação (mestrado) -- Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão de Unidades de Informação, Florianópolis, 2023.

1. Rede de Biblioteca Escolar. 2. Gestão de Biblioteca Escolar.
3. Lei 12.244/2010. I. Prado, Jorge Moisés Kroll do . II. Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão de Unidades de Informação. III. Título.

DANIELE ROSA MONTEIRO

**REDES DE BIBLIOTECAS ESCOLARES: UM MODELO DE GESTÃO PARA O
SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO DE ERECHIM, RS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Gestão da Informação, do Centro de Ciências Humanas e da Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre no Mestrado Profissional em Gestão de Unidades de Informação.

Linha de pesquisa: Informação, memória e sociedade.

Orientador: Prof. Dr. Jorge Moisés Kroll do Prado

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Jorge Moisés Kroll do Prado
Universidade do Estado de Santa Catarina - Udesc

Membro titular interno

Dra. Priscila Machado Borges Sena
Universidade do Estado de Santa Catarina - Udesc

Membro titular externo

Dra. Marta Leandro da Mata
Universidade Federal do Espírito Santo - Ufes

Florianópolis, 28 de julho de 2023

Dedico este trabalho ao meu amado filho, Rodrigo Monteiro. Que nunca te faltem a curiosidade, a sensibilidade de artista, a criatividade, o interesse em aprender e a integridade. Que nunca te faltem os sonhos.

AGRADECIMENTOS

*Vou aprender a ler pra ensinar meus camaradas...
Yá Yá Massemba
(Composição de Roberto Mendes e Capinan).*

Apesar de constar nas páginas introdutórias, “agradecimentos” foi a última parte da redação dessa dissertação a ser elaborada. Com a sensação de dever cumprido, chego nesse momento com um misto de emoções. Certamente a alegria e a satisfação imperam! É um momento único, mais uma conquista. O processo formal para a qualificação como mestra se encerra, natural então, recordar o caminho percorrido até aqui. Ao realizar esse movimento retrospectivo, de forma particular, este título acadêmico ganha certa simbologia. Isso porque, sou a primeira mulher da família Rosa, família de mulheres negras, a alcançar este nível de capacitação formal.

Se registro este feito aqui, como uma denúncia, como uma evocação honrosa a história das “mulheres Rosa” e de nossas ancestrais ou como materialização escrita do que constitui também parte da minha história, ou ainda por isso tudo, eu não sei dizer com precisão. Mas, o que posso afirmar, de forma assim tão comovida, é que este é um fato. A minha realidade como mulher negra, pós-graduada, é resultado da resistência e da militância de todas as mulheres negras que vieram antes de mim.

Enfim, há tantas pessoas que quero e devo agradecer por este momento, tentarei expressar de forma justa. Não citá-las-ei por meio de sequência ordinal, pois, cada pessoa é única e contribuiu também de forma única para a realização deste mestrado. Não há como mensurar contribuição mais importante ou mais significativa. Foram todas de grande importância. Mas, talvez uma ordem cronológica seja interessante, ainda que eu possa me perder, tentarei por esse caminho.

Sendo assim, eu agradeço...

À coragem e a resistência das minhas ancestrais.

À minha mãe Angela, mulher que é exemplo de força, coragem e resistência, que por não ter cursado, mais do que as séries iniciais da educação básica, sempre me incentivou a focar nos “estudo”, como um meio, dizia ela: “*de ser alguém na vida*”. Somente na fase adulta compreendi o quão doloroso e desumano é o significado dessa expressão. Minha mãe a usava, para se referir a alguém que possuía uma forma de sustento condizente com as necessidades básicas de todo ser humano e que recebia um tratamento minimamente respeitoso no exercício

de suas funções laborais. Algo que de acordo com o que ela experienciou, durante a vida como trabalhadora doméstica, só era atribuído àquele que tem “estudo”.

Ao meu pai Wilson, que igualmente, cursou somente as séries iniciais da educação básica e que também sempre fez uso do mesmo ensinamento: *“Tem que estudar, minha filha, para ser alguém na vida! Vá ler um livro!”*

À minha dinda Edilaine. Minha segunda mãe. Inspiradora, foi a primeira mulher Rosa a ingressar numa universidade. A primeira mulher Rosa a colar grau. Sempre incentivando todos a trilharem esse caminho. Mostrou que a adversidade é dura, mas, que aqueles que têm a oportunidade de se dedicar à formação, devem fazê-lo, não importa a idade.

Ao meu amado filho, Rodrigo, por existir. Por aceitar nesta vida, ser meu companheiro de jornada, de crescimento e evolução.

Aos meus amigos e amigas, que têm um lugar especial no meu coração e por isso me acompanham sempre, pela torcida, pelas palavras de incentivo e carinho.

As minhas amadas irmãs Daelen e Debora que de alguma forma contribuíram para a realização dessa etapa de formação.

Aos meus professores da educação básica, pelos quais tenho um carinho especial. Foram eles que me deixaram a certeza que o ato de ensinar com propósito emancipador pode ser realmente edificador. Vale a luta pelo direito universal de uma educação de qualidade e equânime!

Aos professores do PPGInfo, um corpo docente admirável, pela qualidade e pela humanidade com que ministraram suas disciplinas. Em especial ao Prof. Jordan Juliani, que se dedicou em atender o grupo, mesmo nos seus finais de semana. Prof. Julíbio Ardigo, pela paciência e gentileza com que compreendeu as limitações com “os números e os gráficos”, atendendo cada mestrando de forma individual. Prof. Jorge do Prado, por conduzir-nos no aprendizado e aprimoramento da escrita acadêmica, com suas devolutivas dos artigos, sempre didáticas e construtivas. A Prof^a Tânia Unglaub, pela gentileza e disponibilidade, sempre pronta para ajudar em situações de qualquer ordem. A Prof^a Lani Lucas, incansável em sanar as dúvidas sobre o PPGInfo e o percurso do mestrado, tranquilizando-nos sempre que necessário.

Aos colegas da turma PPGInfo 2021/2: Rosi, Elis, Aline, Adri, Leila, Kiki, Ju Soares, Liz, Vanessa, Eliane, Elaine, Ju Sant’Anna, Laiana, Mário e Rafa, pelas trocas de experiências e angústias. Por vibrarem uns pelos outros a cada artigo concluído, a cada qualificação, a cada artigo publicado, a cada defesa. Pelo apoio, cooperação e pelas muitas risadas! Que turma especial! Foi um prazer essa convivência, mesmo distantes geograficamente, ficamos muito próximos. Um salve para as tecnologias da comunicação!

Ao colega de trabalho e de curso Rafa, por sempre me lembrar e relembrar dos prazos e de todos os processos burocráticos, sem os quais a liberação das horas para cursar o mestrado não seria possível. Por sempre nos incentivar com sua lista única de adjetivos e elogios.

A colega de curso e amiga Elis, sempre gentil e solícita, por ser minha dupla de estudos do início ao fim deste mestrado. Pelas trocas de leituras, pelos trabalhos desenvolvidos em parceria, pelos longos debates sobre os temas das disciplinas, pela leitura sempre atenta, corrigindo todas as excedentes vírgulas. Pela paciência de me ouvir defender meu projeto inúmeras vezes. Por ouvir e discutir os *insights*, oriundos de mais leituras e mais ideias. Por dividir comigo as suas. Foi uma sorte tremenda encontrar alguém tão apaixonada por sua proposta de pesquisa quanto eu pela minha. Assim, nos entendemos muito bem. Do mestrado para a vida!

Ao meu querido orientador, professor Jorge do Prado, pelo respeito, pela dedicação e pela gentileza com que conduziu a orientação. Com suas contribuições, abrilhantou a proposta inicial me desafiando a percorrer um caminho metodológico até então impensado. E assim, houve crescimento, amadurecimento, descobertas e a elaboração de novos conhecimentos. Pela leveza das orientações, sempre muito disposto, presente, pontual e preciso. Sempre com um sorriso amistoso, transmitindo muita tranquilidade, segurança e paz. Para além do título, finalizo este mestrado levando para a vida, o exemplo notável de um professor que conjuga na sua conduta profissional: ética, humildade, humanidade, comprometimento e excelência. Foi um prazer e uma grande responsabilidade ser sua orientanda.

As professoras Priscila Sena e Marta da Mata, que gentilmente aceitaram o convite para participar da banca de qualificação e defesa. Pelos apontamentos e sugestões que levaram ao aprimoramento da proposta desta pesquisa e que certamente refletiram no resultado.

Muito obrigada!

Todos nós na academia e na cultura como um todo, somos chamados a renovar nossa mente para transformar as instituições educacionais - e a sociedade - de tal modo que a nossa maneira de viver, ensinar e trabalhar possa refletir nossa alegria diante da diversidade cultural, nossa paixão pela justiça e nosso amor pela liberdade. (HOOKS, Bell 2017, p. 50).

RESUMO

A pesquisa aborda a gestão da biblioteca escolar sob a perspectiva da configuração de rede como forma de cooperar para a existência de bibliotecas em todas as escolas do país, como determina a Lei Federal 12.244/10. Ao explorar a literatura sobre a temática, por meio da revisão bibliográfica, constatou-se que as instituições de ensino, ao adotar uma gestão pautada na formação de rede de bibliotecas, alcançaram resultados satisfatórios com a resignificação desses espaços. Embora a atuação em rede seja comum a outras tipologias como as bibliotecas universitárias e públicas, para a biblioteca escolar essa configuração é algo recente. No entanto, a temática vem se destacando neste contexto. A contribuição da gestão em redes reside no potencial que a cooperação entre as bibliotecas proporciona, como a otimização dos recursos (físicos, humanos, tecnológicos e informacionais), minimizando carências e integrando-as no processo educativo. Conforme observado na literatura, esse fato pode ser entendido como uma decorrência do movimento de inclusão da biblioteca escolar nas políticas públicas locais através da setorização para a coordenação da rede, vinculada administrativamente nas Secretarias de Educação ou de Cultura. Motivados por essa perspectiva, estabelecemos como objetivo central desta pesquisa desenvolver um modelo de gestão em rede para as bibliotecas escolares do Sistema Municipal de Ensino de Erechim (Rio Grande do Sul, RS), de modo a ampliar e fortalecer o seu trabalho enquanto unidade de informação educadora e socialmente responsável. Sobre os aspectos metodológicos, caracteriza-se a natureza dessa pesquisa como aplicada. O problema foi abordado de forma qualitativa e os objetivos, conduzidos por estudos exploratórios. Por meio da revisão de literatura, extraiu-se os elementos constitutivos de uma rede de biblioteca escolar, explorou-se a legislação, as diretrizes e guias que têm relação com a gestão desses espaços. Também realizou-se um diagnóstico das bibliotecas das escolas municipais para conhecer o atual cenário. Como resultado, apresentamos uma proposta de modelo de gestão em redes para integrar as 19 bibliotecas do Sistema Municipal de Ensino em cinco fases: exploratória, planejamento, desenvolvimento, operação e avaliação. A proposta teve respaldo nas legislações vigentes. Já as questões técnicas tiveram como referência o que estabelece a Resolução CFB 220/2020 e as Diretrizes para a Biblioteca escolar (IFLA/UNESCO, 2015).

Palavras-Chave: Rede de biblioteca escolar. Gestão de biblioteca escolar. Lei 12.244/2010.

ABSTRACT

The research addresses the management of school library from the perspective of the network configuration as a way to cooperate for the existence of libraries in all Brazilian schools, as determined by the Federal Law 12.244/2010. When exploring the literature on the subject through the bibliographic review, it was found that educational institutions, by adopting a management based on the formation of a library network, achieved satisfactory results with the resignification of these spaces. Although networking is common to other typologies such as university and public libraries, for the school library this configuration is something recent. However, the theme has been highlighted in this context. The contribution of network management lies in the potential that cooperation between libraries provides, such as the optimisation of resources (physical, human, technological and informational), minimizing shortages and integrating them into the educational process. As observed in the literature, this fact can be understood as a result of the movement to include the school library in local public policies through sectorisation to network coordination, administratively linked to the Secretariats of Education or Culture. Motivated by this perspective, we established as the central objective of this research to develop a proposal for a network management model for the school libraries of the Municipal Education System of Erechim (Rio Grande do Sul, Brazil) in order to expand and strengthen their work as an education and socially responsible information unit. Regarding the methodological aspects, the nature of this research is characterized as applied. The problem was approached in a qualitative way and the objectives, conducted by exploratory studies. Through the literature review, the constitutive elements of a school library network were extracted, legislation, guidelines and guides related to the management of these spaces were explored. A diagnosis of municipal school libraries was also carried out to understand the current scenario. As a result, we present a proposal for a network management model to integrate the 19 libraries of the Municipal Education System in 5 steps: exploratory, planning, development, operation and evaluation. The proposal was supported by the current legislation. The technical issues were based on the CFB Resolution 220/2020 and the Guidelines for the School Library (IFLA/UNESCO, 2015).

Keywords: School library network. School library management. Brazilian federal law 12.244/2010.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Fases da pesquisa	30
Figura 2 – Localização geográfica da cidade de Erechim (RS)	33
Figura 3 – Hashtag da campanha.....	56
Figura 4 – Sistema para organização	60
Figura 5 – Benefícios do modelo de gestão em rede.....	61
Figura 6 – Etapas da análise de conteúdo.....	86
Figura 7 - Aspectos críticos das bibliotecas.....	111
Figura 8 - Aspectos positivos das bibliotecas.....	115
Figura 9 – Principais características de um modelo de gestão	117
Figura 10 – Fases para o planejamento da rede.....	118
Figura 11 – Estrutura do modelo de gestão	120

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Tabela 1 – Resultados de busca.....	71
Quadro 1 - Passos para a pré-análise	31
Quadro 2 – Escolas Municipais de Erechim-RS	34
Quadro 3 - Intenção dos instrumentos de coleta de dados.....	36
Quadro 4 – Expressões para a busca	71
Quadro 5 – Artigos selecionados.....	72
Quadro 6 – Teses e dissertações	81
Quadro 7 – Documentos selecionados para análise de conteúdo	86
Quadro 8 – Rede de bibliotecas escolares	87
Quadro 9 – Pilares para uma rede de biblioteca escolar.....	88
Quadro 10 – Vínculo administrativo	89
Quadro 11 – Legislação e documentação	90
Quadro 12 – Recursos humanos	92
Quadro 13 – Recursos físicos	93
Quadro 14 – Recursos informacionais.....	94
Quadro 15 – Recursos financeiros.....	95
Quadro 16 – Trabalho em equipe	96
Quadro 17 – Itens que compõem a coleção da biblioteca	107
Quadro 18 – Aquisição de acervo.....	108
Quadro 19 – Serviços que a biblioteca oferece	109

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Bibliotecas em funcionamento	99
Gráfico 2 – Horário de atendimento da biblioteca	99
Gráfico 3 – Responsável pela biblioteca	100
Gráfico 4 – Número de funcionários exclusivos para atender na biblioteca.....	100
Gráfico 5 – Área física da biblioteca	102
Gráfico 6 – Áreas físicas específicas da biblioteca	102
Gráfico 7 – Condições de acessibilidade	103
Gráfico 8 – Utilização do espaço.....	103
Gráfico 9 – Condições de iluminação.....	104
Gráfico 10 – Condições de climatização	105
Gráfico 11 – Condições do mobiliário	105
Gráfico 12 – Equipamento de prevenção a incêndio	106
Gráfico 13 – Quantidade de exemplares.....	107

LISTA DE SIGLAS

BE	Biblioteca Escolar
AM	Amazonas
BA	Bahia
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
BRAPCI	Base de Dados em Ciência da Informação
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCJS	Comissão de Constituição de Justiça e de Redação
CFB	Conselho Federal de Biblioteconomia
CONSED	Conselho Nacional de Secretários de Educação
CRB	Conselho Regional de Biblioteconomia
CRBE	Centro de Referência de Bibliotecas Escolares
DEBEC	Departamento de Bibliotecas Escolares e Comunitárias
DOTME	Documento Orientador do Território Municipal de Erechim
EJA	Educação de Jovens e Adultos
ERIC	Educational Resources Information Centre
ES	Espírito Santo
FURG	Universidade Federal do Rio Grande
GEBE	Grupo de Estudos em Bibliotecas Escolar
IASL	International Association of School Librarianship
IBCT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFLA	Federação Internacional de Associações de Bibliotecários e Instituições
INEP	Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
MEC	Ministério da Educação
MG	Minas Gerais
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PEERS	Plano Estadual de Educação do Rio Grande do Sul

PMDB	Partido Movimento Democrático Brasileiro
PME	Plano Municipal de Educação
PNE	Plano Nacional de Educação
PNLD	Programa Nacional do Livro Didático
PROESI	Programa de Serviços de Informação em Educação
PPGINFO	Programa de Pós-Graduação em Gestão de Unidades de Informação
PR	Paraná
PRBE	Programa de Rede de Biblioteca Escolar de Portugal
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSL	Partido Social Liberal
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
RMBE	Rede Municipal de Bibliotecas Escolares de Belo Horizonte
RME/BH	Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte
RS	Rio Grande do Sul
SAEB	Sistema de Avaliação da Educação Básica
SC	Santa Catarina
SME	Sistema Municipal de Educação
SMEd	Secretaria Municipal de Educação
SNBE	Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares
SP	São Paulo
TCC	Trabalho de conclusão de Curso
TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação
UDESC	Universidade do Estado de Santa Catarina
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UNDIME	União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação
UNESCO	Organização da Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	18
1.1	OBJETIVO GERAL	22
1.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	22
1.3	JUSTIFICATIVA.....	22
1.4	ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO.....	27
2	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	29
2.3	PROCEDIMENTOS TÉCNICOS.....	31
2.4	PROCEDIMENTOS ÉTICOS	32
2.5	UNIVERSO DA PESQUISA.....	33
2.6	PARTICIPANTES DA PESQUISA E COLETA DE DADOS	35
3	BIBLIOTECA ESCOLAR: FORMAÇÃO, INFORMAÇÃO E SOCIEDADE	38
3.3	A MISSÃO DA BIBLIOTECA ESCOLAR	43
3.4	BIBLIOTECA ESCOLAR NO ENSINO E APRENDIZAGEM PARA TODOS: ASPIRAÇÕES IDEALIZADAS PELAS DIRETRIZES (IFLA/UNESCO).....	46
3.5	LEI FEDERAL 12.244/10 E A UNIVERSALIZAÇÃO DAS BIBLIOTECAS ESCOLARES: CAMINHOS PERCORRIDOS	48
3.6	CAMPANHA SOU BIBLIOTECA ESCOLAR: PELO CUMPRIMENTO DA LEI 12.244/10.....	55
4	GESTÃO DE BIBLIOTECAS ESCOLARES: UM OLHAR NECESSÁRIO	59
4.3	REDES DE BIBLIOTECAS ESCOLARES	62
4.4	CONTRIBUIÇÕES DA GESTÃO EM REDES PARA A BIBLIOTECA ESCOLAR: O QUE DIZEM AS PESQUISAS	70
5	APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS	85
5.3	ELEMENTOS CONSTITUTIVOS DA REDE DE BIBLIOTECA ESCOLAR: UM ENFOQUE A PARTIR DA ANÁLISE DE CONTEÚDO.....	85
5.4	BIBLIOTECAS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE ERECHIM: DIAGNÓSTICO	97
5.4.1	Espaço físico e acessibilidade	101

5.4.2	Condições ambientais.....	104
5.4.3	Acervo.....	106
5.4.4	Serviços e projetos.....	109
5.4.5	A biblioteca da escola na visão dos participantes da pesquisa.....	111
5.4.6	Considerações sobre a SMEd e suas bibliotecas.....	112
6	MODELO DE GESTÃO EM REDES PARA AS BIBLIOTECAS DA SMED ERECHIM: A CONSTRUÇÃO.....	117
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	122
	REFERÊNCIAS.....	126
	ANEXO A – AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DA PESQUISA NAS ESCOLAS.....	135
	APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	137
	APÊNDICE B – ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO	139
	APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS RESPONSÁVEIS PELA BIBLIOTECA.....	140
	APÊNDICE D – TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA	144
	APÊNDICE E – MODELO DE GESTÃO	147

1 INTRODUÇÃO

A curiosidade como inquietação indagadora, como inclinação ao desvelamento de algo, como pergunta verbalizada ou não, como procura de esclarecimento, como sinal de atenção que sugere alerta, faz parte integrante do fenômeno vital. Não haveria criatividade sem a curiosidade que nos move e que nos põe pacientemente impacientes diante do mundo que não fizemos, acrescentando a ele algo que fizemos.
(Paulo Freire)

É consenso para nós, bibliotecários, que muitas são as contribuições da biblioteca para a sociedade. Dispor de um espaço que proporcione o acesso à informação, à cultura, à arte e à leitura nas suas mais diversas formas de manifestação, é fundamental para o exercício da cidadania. Segundo Saracevic (1998, p. 48) a biblioteca é “uma instituição indispensável pelo seu caráter de formação sociocultural e educacional, comprovado ao longo da história humana e através das fronteiras das diferentes culturas, civilizações, nações ou épocas.”

Nas instituições de educação básica, ela integra a infraestrutura da escola e tem como função precípua o apoio à prática docente. No processo de ensino e aprendizagem, instrumentaliza alunos e professores para o desenvolvimento das atividades que têm como finalidade desenvolver o gosto pela leitura e a criatividade, promovendo a interação entre os saberes interdisciplinares e a troca de experiências. Soma-se a essas atribuições a incumbência da democratização dos recursos informacionais nos seus mais variados suportes.

Atribui-se, portanto, à biblioteca escolar (BE) o potencial de contribuir para a oferta de uma educação formal de qualidade, sendo ela parte importante desse processo. Uma vez que, o despertar da curiosidade e da criatividade é algo genuíno nessa fase da vida. Conduzir o aluno na busca do conhecimento através da investigação e do pensamento reflexivo não seria tarefa difícil, visto que, o contato com um ambiente rico em informação, lúdico, atraente e acolhedor, para este público, seria em si mesmo um convite. A iniciação na prática da pesquisa para solução de problemas de ordem individual ou coletiva, a ampliação do repertório de ideias através da interação com o outro, também são benesses conferidas a BE.

É também parte do processo de formação na educação básica proporcionar ao estudante a capacidade de interpretar com lucidez a diversidade e a pluralidade cultural na formação da sociedade. Dentro dessa dimensão a BE se insere como o ambiente para o exercício e desenvolvimento de tais capacidades. Por proporcionar contato com o conhecimento registrado

produzido universalmente, desde a mais tenra idade, enseja a descoberta do mundo na sua amplitude.

Dessa forma, percebida a grandiosidade do mundo, compreender que existem formas distintas de existir e que todas devem ser respeitadas, vem sendo empreendido na educação, como caminho para alcançar a alteridade, a justiça social e o combate a todo tipo de manifestação preconceituosa. Essas demandas, são detalhadas no documento de referência Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2018). No exercício da sociabilidade, portanto, vê-se novamente a BE como um recurso potencial, como um espaço seguro para a dialogia.

No que tange às habilidades em torno da apropriação de informação e produção de conhecimento, a BE funciona, conforme mencionado por Campello (2011), como um laboratório. Na perspectiva da autora a BE reproduz o ambiente informacional da sociedade atual. Dessa forma, a experiência vivida neste ambiente prepara o estudante de maneira didático-pedagógica para viver na sociedade do século XXI, que tem a informação como a base material para o desenvolvimento social, político, econômico e cultural (CASTELLS, 2002).

É com base na síntese exposta que se atribui como inestimável o valor da biblioteca nas instituições de ensino em todos os níveis de formação. No entanto, lastimavelmente, no nosso país, a BE foi desenhada no imaginário social como um espaço de armazenamento de livros didáticos, como o lugar do silêncio e da ordem absoluta. E, em um tempo não tão distante, foi designada como um local de castigo para os alunos que apresentavam comportamentos considerados inadequados para permanecerem em sala de aula. E como se não bastasse tal despropósito, era imposta a obrigatoriedade da leitura, para compor o ato de punição.

Assim, culturalmente, no panorama da educação brasileira, salvo algumas exceções, ter uma biblioteca na escola é entendido equivocadamente como um investimento prescindível. Ao passo que, suprimir a biblioteca da escola quando faltam salas de aulas, por exemplo, é considerada uma alternativa ou ainda fechar as portas da biblioteca por falta de pessoal para o atendimento. O ideal de biblioteca e a real situação da mesma são antagônicas. Isso ocorre principalmente nas escolas mantidas pelo poder público.

Nesse sentido, ressaltamos que a discussão que se apresenta nesta dissertação, não é recente no meio acadêmico e tão pouco, as questões mencionadas aqui como algumas, entre tantas outras justificativas, para tal recurso ser incluso efetivamente nos currículos escolares. Esse consenso já existe em abrangência internacional e está registrado e difundido por meio de manifestos, diretrizes universais, legislações e políticas públicas nacionais. Entretanto, apesar de alguns avanços, não alcançou-se a concretude na universalização de bibliotecas escolares.

No Brasil, após anos de mobilização e lutas promovidas pelos representantes da classe bibliotecária, educadores e algumas autoridades políticas, conquistou-se em 24 de maio de 2010 a aprovação da Lei Federal 12.244 para assegurar que todas as instituições de ensino do país tivessem biblioteca (BRASIL, 2010). Com a institucionalização da BE, almejava-se que em 2020 todas as escolas brasileiras teriam bibliotecas em funcionamento. Contudo, mesmo com a obrigatoriedade estabelecida por lei, não houve a transformação esperada.

Os dados levantados no último censo escolar confirmam que o Brasil possui 137.335 escolas de educação básica, destas, apenas 42.942 (31%) possuem BE (QEdu, 2023). Há um déficit de bibliotecas nas escolas brasileiras, que se agrava no contexto da educação pública. Na maioria das instituições, salvo algumas exceções, estes espaços quando existem, funcionam em instalações inadequadas, apresentando um acervo insuficiente em termos qualitativos e quantitativos e falta bibliotecário para fazer a gestão. A BE não apresenta condições mínimas para cumprir o seu propósito.

Os fatores determinantes para a inexistência ou o desprovimento de investimento nas bibliotecas das escolas, são apontados na literatura especializada, década após década, evidenciando que se trata de um problema recorrente, denunciando o descaso das autoridades competentes. Considerando que estas instituições atendem a maioria das crianças das classes menos favorecidas, a biblioteca da escola ganha um significado ainda mais importante e urgente, pois, se configura num espaço de oportunidades, muitas vezes de único contato com o livro, arte, cultura e lazer (SILVA, 2003).

Diante disso, continuar a pensar em alternativas para que sejam implementadas bibliotecas nas escolas, dentro dos padrões mínimos de estrutura para seu funcionamento, se mostra necessário. Entendemos que é um desafio, na medida em que se tem a clareza inquietante, ao tomar conhecimento da literatura da área, independente do recorte temporal, que se trata de uma luta histórica e permanente. Isso porque, nenhuma proposta, políticas públicas (para o livro e a leitura), nem mesmo a Lei 12.244, tornou-se consolidada até o presente momento, dando por resolvida a situação da inexistência ou carência na infraestrutura da BE no contexto da educação pública brasileira.

Em levantamento bibliográfico realizado para conhecer o que vem sendo produzido com a temática BE nos últimos anos, de forma a dar corpo teórico a proposta inicial desta pesquisa, identificou-se resultados de estudos que ambicionando superar o descaso com a BE, apresentam novas abordagens, ampliando conceitos, presentes há algum tempo na literatura, mas pouco explorados. Os estudos relatados por Viana (2014), Limas (2015), Carvalho (2016), Limas e Campello (2017), Castro Filho (2018), e, recentemente, por Barbosa (2021), apontam

resultados satisfatórios para as instituições de ensino ao adotar uma gestão pautada na formação de rede de bibliotecas.

Embora a atuação em rede seja comum a outras tipologias como as bibliotecas universitárias e públicas, para a BE essa configuração é algo recente. No entanto, a temática vem se destacando neste contexto. Os autores mencionados tratam em seus estudos, especificamente da gestão de bibliotecas escolares sob a perspectiva de formação de rede como forma de efetivar a existência de bibliotecas bem estruturadas nas escolas e a integração desta no processo educativo.

Há consonância nessas pesquisas que se debruçaram em analisar as redes de BE consolidadas tanto no Brasil como em outros países, que a gestão nesta configuração apresenta caráter de cooperação e compartilhamento de recursos, tende a potencializar os serviços e qualificá-los. Apontam, ainda, como um fenômeno inerente a satisfação com a biblioteca dentro da comunidade escolar, a visibilidade e a ressignificação desse espaço. Pode-se pensar que neste movimento a biblioteca ganha “corpo” e sentido.

É oportuno realçar, que as referidas redes, são organizações que começaram a ser planejadas no final de 1980 e implantadas na sua maioria a partir da década de 1990. Construídas, portanto, em um processo a longo prazo e que apresentaram um crescimento e aperfeiçoamento durante os anos. Certamente as redes pormenorizadas nos trabalhos destes pesquisadores, podem ser ideais a serem seguidas e adaptadas para diferentes realidades.

Sobretudo, estes estudos chamam a atenção por demonstrarem que ocorre um movimento de inclusão da BE nas políticas públicas locais através da setorização para a coordenação, vinculado às Secretarias de Educação. Em suma, entende-se que esse é o fator determinante para dar visibilidade a BE, angariando investimentos para que tenha condições de cumprir seu papel no contexto educacional.

Com base nas reflexões acerca das evidências de um cenário próspero alcançado por estas redes de bibliotecas, formulou-se a questão norteadora dessa pesquisa: **como o Sistema Municipal de Ensino de Erechim (SME) pode ampliar e fortalecer o trabalho de suas bibliotecas escolares a partir de um modelo de gestão em rede?**

A cidade de Erechim fica no norte do estado do Rio Grande do Sul. O SME possui 19 escolas, sendo que dez atendem a Educação Infantil, sete o Ensino Fundamental regular, um Centro Municipal de Educação de Jovens e Adultos (CEJA) e um Centro de Belas Artes¹. A

¹ Em 2021, o Centro de Belas Artes Osvaldo Engel passou a ser responsabilidade da Secretaria Municipal de Cultura e Esporte. Contudo, essa unidade é considerada nessa pesquisa por fazer parte do Sistema Municipal de Ensino de Erechim, conforme consta no Plano Municipal de Educação (Vigência 2015-2024).

rede municipal atende um total aproximado de 7.338 alunos. (SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ERECHIM, 2023, *online*).

1.1 OBJETIVO GERAL

Propor um modelo de gestão em rede para as bibliotecas escolares do Sistema Municipal de Ensino de Erechim, de modo a ampliar e fortalecer o seu trabalho enquanto unidade de informação educadora e socialmente responsável.

1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Como objetivos específicos elencou-se:

- a) explorar a contribuição da gestão em rede de bibliotecas a partir da literatura especializada da área;
- b) identificar os elementos constitutivos de uma rede de biblioteca escolar;
- c) analisar as recomendações de diretrizes, leis, guias, parâmetros e outros documentos sobre bibliotecas escolares que tenham relação com a gestão desses espaços;
- d) realizar um diagnóstico das bibliotecas referente aos recursos disponíveis e às ações e estratégias realizadas pela Secretaria Municipal da Educação.

1.3 JUSTIFICATIVA

O interesse em contribuir para a democracia, para inserção dos cidadãos na vida social e política, para se abrir como espaço de participação e, em poucas palavras, contribuir para o exercício da cidadania é um desejo de bibliotecas e bibliotecários.
(Silvia Castrillon)

Meu primeiro contato com as manifestações de arte e cultura foi proporcionado pela escola. O cinema, o teatro, a literatura e as demais formas de expressões artísticas e culturais, eram bens distantes da minha realidade devido às condições socioeconômicas de minha família. A consciência desse fato foi elaborada anos mais tarde, já na condição de aluna do curso de graduação em Biblioteconomia. Especificamente na disciplina eletiva que tratava da biblioteca escolar, em um debate sobre o ensaio do autor Waldeck Carneiro da Silva, intitulado “Miséria da biblioteca escolar”, em que ele faz a seguinte advertência sobre a mesma:

[...] é nela que a maior parte das nossas crianças terá a oportunidade muitas vezes única em suas vidas, de contato com livros e documentos. Essa ideia aplica-se especialmente às escolas públicas onde estudam as crianças de classes populares [...] (SILVA, 2003, p. 67).

Minha formação na educação básica foi em escola da rede pública de ensino e durante esse percurso, fui usuária da biblioteca da escola. O acesso a livros de literatura para entretenimento, bibliografias para os trabalhos de pesquisa (as tradicionais enciclopédias), livros didáticos, globos, mapas, enfim, recursos fundamentais para o desenvolvimento de atividades componentes da minha formação, só foi possível porque na escola havia biblioteca.

Ainda que essas bibliotecas carecessem de muitos elementos para qualificá-las, foi nelas que encontrei um espaço propício para a leitura e para a realização das tarefas propostas pelos professores (individuais ou em grupo). Tratava-se a biblioteca da escola de um ambiente seguro e acolhedor com acervo e mobiliário minimamente adequados para tais atividades. Ouso afirmar, que foi pela oportunidade de viver essa experiência, que a relação com a cultura escrita e o desenvolvimento da autonomia na busca pela informação foi interiorizada.

Julgando essenciais todos esses elementos, que num primeiro momento perpassam pelo campo da subjetividade, visto que, a justificativa para essa pesquisa tem como ponto de partida a reflexão sobre o meu processo individual, sustento minha defesa em prol das bibliotecas. O contato com a Biblioteconomia proporcionou o conhecimento científico, técnico e humanista sobre elas nas suas variadas tipologias. Contudo, quando conheci o conceito de biblioteca no contexto de educação básica escolar e quando compreendi o papel social que esta tipologia representa para formação do indivíduo, fui “tomada por encanto”.

Motivada pelo interesse na temática, para o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), apresentei uma proposta de pesquisa que teve como hipótese que os professores não utilizavam a biblioteca como ferramenta dinamizadora do ensino e aprendizagem. O objetivo foi conhecer o porquê a biblioteca era pouco explorada por eles. O tema também foi inspirado no livro “Miséria da biblioteca escolar”, de Waldeck Carneiro da Silva, que afirmou ser a biblioteca escolar um recurso menosprezado pela educação, asseverando que se tratava de um problema grave e inexplorado dentro do campo educacional e pela própria Biblioteconomia.

A pesquisa foi desenvolvida na cidade de Rio Grande (RS), no ano de 2010. Participaram 49 professores de quatro escolas da rede pública municipal de ensino. Como resultado:

[...] foi possível compreender que a biblioteca escolar sofre de diversas deficiências em muitos aspectos. Destaca-se entre estes, a falta de políticas públicas, a falta de estrutura e recursos para seu funcionamento, a falta de profissional qualificado e, principalmente, a falta da promoção de seu uso. (MONTEIRO, 2010, p. 4).

Passaram-se treze anos desde que fiz essa confirmação. Neste ínterim, trabalhei como bibliotecária em diferentes bibliotecas, passando pela universitária, pública e escolar. Porém, na biblioteca escolar tive uma passagem breve, mas significativa. Foram três meses de trabalho intenso, em uma escola da rede privada de ensino, dedicados às funções de organização do acervo (aquisições e processamento técnico) e adequação do ambiente. Contudo, não houve a possibilidade de pôr em prática a parceria com os professores, algo que eu havia defendido durante a graduação.

Compreendi, nesta instituição, que implementar a teoria não é tarefa simples e tão pouco se efetiva o trabalho do bibliotecário, por mais bem intencionado e preparado tecnicamente, de forma isolada. Pouca ou quase nenhuma abertura foi dada para que eu pudesse me integrar efetivamente no grupo daqueles que eram responsáveis por pensar e planejar as práticas de cunho pedagógico.

Em 2014, ingressei como servidora na Biblioteca Pública de Erechim Gladstone de Osório Mársico, onde desenvolvi as atividades técnicas durante três anos. Neste período pude observar que a biblioteca pública se configurava como um apoio às bibliotecas escolares. Muitos alunos utilizavam a biblioteca para realizar as atividades propostas pelos professores como as pesquisas, leituras e, principalmente, o empréstimo de livros, visto que, o acervo das escolas carece de diversidade e quantidade, principalmente no que tange aos títulos de literatura.

Em 2017 integrei no quadro de Servidores Técnicos em Educação da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) como bibliotecária. A partir desse momento, me inseri novamente no meio acadêmico. Por conta disto e por entender que fazer parte deste espaço é um privilégio, me senti inspirada e, também, no dever de retomar os estudos no sentido de aperfeiçoamento profissional.

Apesar de atuar como bibliotecária em uma instituição de ensino superior, decidi elaborar uma proposta que pudesse contribuir com a biblioteca escolar. Não poderia escolher outro tema para desenvolver minha pesquisa, pois, ainda me inquieta a “Miséria da biblioteca escolar”. Ademais, quanto mais contato com leituras sobre suas potenciais e reais formas de qualificar a educação, mais inquietante se torna a ambivalência em torno dessa instituição. Por conta disso, ela se constitui como o objeto central de investigação dessa pesquisa. O intento é

que o resultado permita apresentar um modelo de gestão viável para otimizar a biblioteca escolar na realidade local onde estou inserida.

Importa ainda dizer, que creio na educação como um caminho para se ter uma sociedade igualitária e fraterna. Quando falo “educação” me refiro aqui ao investimento no cidadão, na educação para a liberdade, dentro da abordagem Freireana, que possibilita ao ser autonomia e consciência. A educação entendida como “um processo de conhecimento, formação política, manifestação ética, procura da boniteza, capacitação científica e técnica [...]” (FREIRE, 1997, p. 14). Que permita a todos, sem exceção, exercer seu papel social a partir desta consciência, condições para conhecer seus direitos e de praticar seus deveres com responsabilidade.

Esta pesquisa se justifica pela necessidade de permanecer com o debate e a reflexão no âmbito acadêmico, sobre a importância da BE para elevação da qualidade do ensino e principalmente, ampliar a discussão em torno de como viabilizar a existência de bibliotecas nas escolas. Ainda que a Lei Federal 12.244, aprovada em 24 de maio de 2010, tenha determinado que até 2020 todas as escolas do país deveriam ter uma BE em funcionamento, estudos recentes, que compreendem o período de adequação da lei (2010 a 2020), apontaram que não houve a transformação esperada.

Dentre os fatores determinantes para tal situação identificados na literatura científica, destacam-se, o cenário socioeconômico do país, que pode ser entendido como um argumento plausível no tocante à escassez de recursos e à insuficiência das políticas públicas. Diante disso, compor um modelo de gestão em rede para o Sistema Municipal de Educação de Erechim-RS, com o propósito de maximizar os recursos destinados às bibliotecas das escolas e aprimorar os serviços, se mostra oportuno. Uma vez que, na literatura também se encontra evidências de que ao planejar estrategicamente a gestão desses recursos pode-se obter êxito, sendo essa uma ação potencial para efetivar a existência de bibliotecas bem equipadas nas escolas.

Embora a formação de rede, como forma de gerenciar organizações, frente às transformações econômicas e sociais, seja apontada como uma tendência por alguns sociólogos, observou-se que essa alternativa é pouco explorada em bibliotecas escolares. No entanto, ao problematizar a carência de bibliotecas na infraestrutura das escolas, pauta-se a perspectiva de criação de rede pelo “reconhecimento de que os recursos disponíveis na biblioteca não são suficientes para apoiar a instituição no cumprimento de sua missão e objetivos” (CARVALHO, 2017, p. 186).

Por conta disso, este estudo se deu no esforço de formular um modelo de gestão que se aplique na administração das bibliotecas de escolas públicas municipais de Erechim (RS), de

modo a fortalecer esses espaços enquanto unidades de informação. O intento foi contribuir, não só com a situação local, mas também para que outros municípios possam adaptar o modelo, como uma ação estratégica, com vistas a maximizar os recursos (materiais, humanos, financeiros e tecnológicos) investidos. Acredita-se que por apresentar caráter de cooperação e compartilhamento destes recursos, a configuração de rede de BE, tende a potencializar os serviços, tornando-os eficientes e qualificados.

Sob o aspecto **científico**, apoia-se este estudo na premissa de Le Coadic (2004) que afirma ser a Ciência da Informação (CI), um campo que se ocupa em solucionar demandas sociais relacionadas ao uso da informação. Deste modo, a pesquisa em CI deve atender a uma necessidade social. Considera-se nesta pesquisa a biblioteca escolar como a unidade de informação que propicia o exercício da apropriação e produção de conhecimento, habilidades fundamentais para formação de cidadãos participativos.

Do ponto de vista **social**, esta pesquisa se justifica pela necessidade de conscientizar a sociedade e o poder público que a BE é um direito. Em um país como o Brasil, onde impera a desigualdade social, o valor da BE para a formação dos estudantes reside na promoção de igualdade de oportunidade ao acesso à informação, à leitura, à cultura, à arte e ao lazer.

Dentro da perspectiva de aperfeiçoamento **profissional**, tomo como princípio norteador o meu dever, enquanto cidadã, mediante a oportunidade de desenvolver esta proposta dentro do Programa de Pós-graduação em Gestão da Informação em uma instituição pública de ensino, de engajamento pela reivindicação da oferta de uma educação de qualidade para todos. Acredito ser a biblioteca escolar um recurso pedagógico indispensável para esse feito.

O estudo apresentado se desenvolveu dentro da linha de pesquisa Informação, Memória e Sociedade, que abrange todos os tipos de unidades de informação. Ao considerar que é um dos objetivos do mestrado profissional, a articulação entre o conhecimento tácito, científico e a prática profissional para propor alternativas a demandas específicas, concernentes à área de atuação, mostra-se o produto dessa pesquisa, uma contribuição para o Programa de Pós-Graduação em Gestão da Informação (PPGInfo). Ao passo que, a articulação pretendida com o poder executivo municipal para a elaboração do modelo de gestão em rede, possa resultar em melhoria da administração das bibliotecas das escolas municipais, cumpre-se também a função do mestrado profissional.

1.4 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

A dissertação está estruturada em sete seções. Na primeira seção introdutória, consta a apresentação do tema. De forma breve, são apresentados também alguns pesquisadores cujos estudos dão embasamento para o posicionamento com relação ao problema que se pretende responder. Além destes elementos, são apresentados os objetivos e a justificativa para o desenvolvimento da pesquisa.

A segunda seção descreve o percurso metodológico para desenvolver a pesquisa. São apresentados a natureza do estudo, a abordagem do problema e dos objetivos específicos. Além destes, são detalhados também o universo da pesquisa, os instrumentos para a coleta de dados e os procedimentos técnicos para análise e apresentação dos resultados.

A terceira seção é o fio condutor teórico da relação da BE com a sociedade. Intitulada *Biblioteca escolar: formação, informação e sociedade*, dedica-se a discutir a BE da perspectiva de educação de qualidade para formação do cidadão, com habilidades para a participação ativa na sociedade atual. Fundamenta a BE nas suas dimensões legais e normativas, pedagógica, social e política. São detalhados: o Manifesto para Bibliotecas escolares (IFLA,1999), Diretrizes para bibliotecas escolares (IFLA, 2015) e a Lei 12.244 (BRASIL, 2010).

A quarta seção, com o título *Gestão de biblioteca escolar: um olhar necessário*, destina-se a discutir a gestão desses espaços como uma alternativa para viabilizar bibliotecas com infraestrutura de qualidade. Aborda a criação de redes locais, como uma forma de transformar um cenário de abandono e obsolescência, ressignificando o papel da biblioteca escolar como um espaço de formação, trazendo exemplos exitosos, tanto no âmbito nacional como internacional. Apresenta uma revisão de literatura exaustiva, sobre as contribuições da gestão em rede para a biblioteca escolar.

A quinta seção é dedicada à *Apresentação e análise dos dados coletados*. São detalhados os dados que contribuíram para a elaboração do produto desta pesquisa, tais como: o resultado da análise de conteúdo, extraído da revisão bibliográfica, do questionário e da entrevista. O diagnóstico das bibliotecas das escolas do Sistema Municipal de Educação, também é apresentado e discutido nesta seção.

A sexta seção apresenta de forma breve o conceito de modelo de gestão e descreve como a o modelo de gestão em redes para integrar as 19 escolas da SME de Erechim foi elaborado.

A sétima seção é destinada às *Considerações finais*. Retoma-se de modo geral o que foi discutido no decorrer da dissertação e afirma-se o posicionamento sobre o que encontramos na

literatura científica sobre a BE e a gestão de redes escolares, com o cenário atual das bibliotecas das escolas do SME.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Pesquisa coincide com a vontade de viver, de sobreviver, de mudar, de transformar, de recomeçar. Pesquisar é demonstrar que não se perdeu o senso pela alternativa, que a esperança é maior que qualquer fracasso, que é sempre possível reiniciar.
(Pedro Demo)

Partindo do entendimento de Gil (2010, p.8), “para que um conhecimento seja considerado científico torna-se necessário identificar as operações mentais e técnicas que possibilitam a sua verificação [...] determinar o método que possibilitou chegar a esse conhecimento”.

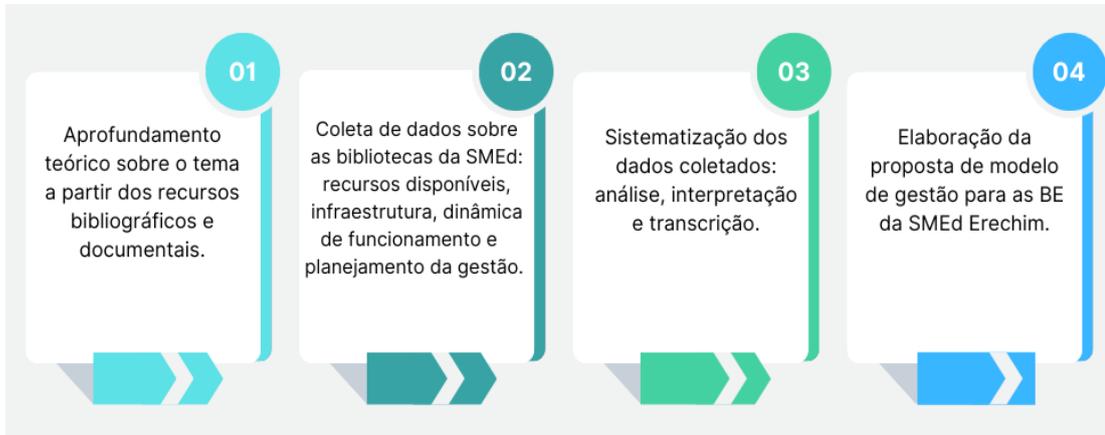
Em virtude disto, as estratégias metodológicas de investigação, bem como o método de abordagem do tema devem ser bem definidos. O método é entendido por Fachin (2006, p. 31) como “um plano de ação, formado por um conjunto de etapas ordenadamente dispostas”. Para Fachin (2006) as etapas da pesquisa quando organizadas de modo sistemático e racional conferem ao pesquisador um caminho a ser trilhado, o que minimiza erros e facilita na tomada de decisões.

Por se tratar a Ciência da Informação um campo do conhecimento dentro das Ciências Sociais Aplicadas, tende-se a uma investigação que une à base teórica com a observação empírica, que de acordo com Demo (2004) é a pesquisa mais usual na área. A pesquisa social é para Gil (2010, p. 26) “o processo que, utilizando a metodologia científica, permite a obtenção de novos conhecimentos no campo da realidade social”. Neste sentido, os aspectos metodológicos representam, na concepção de Minayo (2012, p.14) “o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade”.

O problema deste estudo foi analisado sob a abordagem predominantemente qualitativa, que segundo Prodanov e Freitas (2013) tem como base a interpretação e atribuição de significados aos fenômenos observados. Quanto à natureza, a pesquisa é definida como aplicada e os objetivos serão abordados de forma exploratória, que de acordo com Gil (2010, p. 27), “[...] são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral de tipo aproximativo acerca de determinados fatos”.

Nesta perspectiva, a pesquisa se enquadra nesta definição por buscar compreender a realidade das BE da SMEd e com base na literatura da área, contribuir com a elaboração de um modelo de gestão que possa otimizá-las enquanto unidade de informação socialmente responsável. A pesquisa foi dividida em quatro fases, conforme a Figura 1.

Figura 1 – Fases da pesquisa



Fonte: Elaborado pela autora (2022).

A **primeira fase** foi o aprofundamento teórico sobre o tema a fim de conhecer o que já foi produzido no âmbito acadêmico acerca da gestão de redes de bibliotecas escolares. A análise de documentos como leis, parâmetros nacionais e internacionais para funcionamento da BE, também foi realizada nessa fase. O contato com os recursos bibliográficos e documental permitiram definir os tópicos abordados para nortear o resultado esperado com a pesquisa.

Na **segunda fase** realizou-se a coleta de dados sobre o universo investigado, possibilitando assim conhecer as bibliotecas das escolas, quanto aos recursos e serviços existentes. Para esta fase foi utilizado o questionário como instrumento investigativo, estruturado com questões fechadas e abertas, direcionados para os responsáveis pelas bibliotecas das escolas. Ainda nesta perspectiva, para as indagações de cunho administrativo, foi elaborado um roteiro para a entrevista estruturada, que de acordo com Marconi e Lakatos (1999 p. 94), “é um procedimento utilizado na investigação social para a coleta de dados ou para ajudar no diagnóstico ou no tratamento de um problema social.” A entrevista foi realizada com a secretária Adjunta de Educação Municipal.

A **terceira fase** foi o tratamento dos dados coletados, ou seja, a análise, a interpretação e a transcrição das informações de forma sistematizada, concluindo assim a investigação, quanto aos recursos disponíveis, bem como o planejamento do poder executivo para a BE. Os dados obtidos pela análise de conteúdo extraída da revisão de literatura, também foram analisados e concluídos nessa fase.

Na **quarta fase**, de posse dos dados sistematizados, foi possível confrontar a realidade das bibliotecas e as perspectivas/expectativas observadas, com a base teórica e conceitual, construída nas fases 1 e 2, para a elaboração do Modelo de Gestão para as BE da SMEEd, concluindo assim, a pesquisa e apresentando o produto proposto nesta dissertação.

2.3 PROCEDIMENTOS TÉCNICOS

Quanto aos procedimentos técnicos, Prodanov e Freitas (2013), salientam que é fundamental o alinhamento com os objetivos específicos, pois, é através da realização deles que o pesquisador obtém subsídios para alcançar o objetivo geral e responder ao problema de pesquisa. Sendo assim, apresentam-se aqui os procedimentos empregados, alinhados a cada um dos objetivos específicos:

a) Explorar a contribuição da gestão em rede de bibliotecas a partir da literatura especializada da área: foi realizada uma revisão bibliográfica, para fins de embasamento teórico e conceitual. De acordo com Marconi e Lakatos (2011, p. 57) a finalidade deste procedimento é inteirar-se das fontes já publicadas e “colocar o pesquisador em contato direto com o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto”. A análise foi feita com base nas pesquisas publicadas em teses, dissertações, artigos e relatórios. Os critérios definidos para selecionar os documentos explorados foram:

- Pesquisas que tiveram como objeto de investigação a gestão de bibliotecas escolares sob a perspectiva de redes no panorama da educação pública;
- Relatos de pesquisa publicados na íntegra.

b) Identificar os elementos constitutivos de uma rede de biblioteca escolar: foram elencadas quatro redes de bibliotecas escolares, no âmbito da gestão municipal, encontradas a partir de revisão de literatura. O propósito foi investigar como se dá a organização nos aspectos gerais e, a partir daí, obter subsídios para atender o objetivo geral. Para a compreensão detalhada dos elementos constitutivos, estes documentos foram examinados através da análise de conteúdo de Bardin.

Este método se desenvolve em três etapas: 1) pré-análise, 2) exploração do material, 3) tratamento dos resultados 4) inferência e a interpretação. A pré-análise consiste em organizar a análise propriamente dita, por meio de “um esquema preciso de desenvolvimento das operações sucessivas, num plano de análise” (BARDIN, 2016, p. 95). Para definir quais documentos comporiam o *corpus* de análise, foram realizados, dentro desta etapa, cinco passos, representados no Quadro 1.

Quadro 1 – Passos para a pré-análise

Passos	Ações
Leitura flutuante	Contato com os documentos – filtrar os que tratam especificamente da temática.

Escolha dos documentos	Compor o <i>corpus</i> de análise.
Formulação de hipóteses e objetivos	O que se pretende confrontar através da análise.
Elaboração de indicadores	Conduzir a interpretação final.
Preparação do material	Agrupar ordenadamente as unidades que serão analisadas.

Fonte: Adaptado de Bardin (2016).

As demais etapas e resultados são apresentados de forma detalhada na seção 5 “Apresentação e análise dos dados coletados”.

c) Analisar as recomendações de diretrizes, leis, guias, parâmetros e outros documentos sobre bibliotecas escolares que tenham relação com a gestão desses espaços: aplicou-se a revisão documental, feita com a mesma finalidade de aproximação com o que é produzido sobre o BE. Contudo, neste método adota-se como *corpus* de análise as fontes primárias, tais como publicações oficiais, parlamentares, administrativas entre outras. Neste estudo, os documentos analisados foram as leis (federal, estadual e municipal), os parâmetros nacionais e internacionais, relatórios e guias, que tenham relação com a BE.

d) Realizar um diagnóstico das bibliotecas relativo aos recursos disponíveis e às ações e estratégias realizadas pela Secretaria Municipal da Educação: a coleta de dados para a elaboração do diagnóstico foi realizada em dois momentos, para cada um foi utilizado um tipo de instrumento: no primeiro momento a entrevista e no segundo o questionário. Marconi e Lakatos (2010, p. 179) definem a entrevista como um processo natural de conversação entre duas pessoas (entrevistador e entrevistado) com o propósito de coletar dados capazes de auxiliar no diagnóstico e na intervenção de um problema social. As autoras complementam que “alguns autores consideram a entrevista como o instrumento por excelência da investigação social”. Já o questionário foi aplicado aos responsáveis pelas bibliotecas, com intento de recuperar dados quantitativos, sobre as bibliotecas.

2.4 PROCEDIMENTOS ÉTICOS

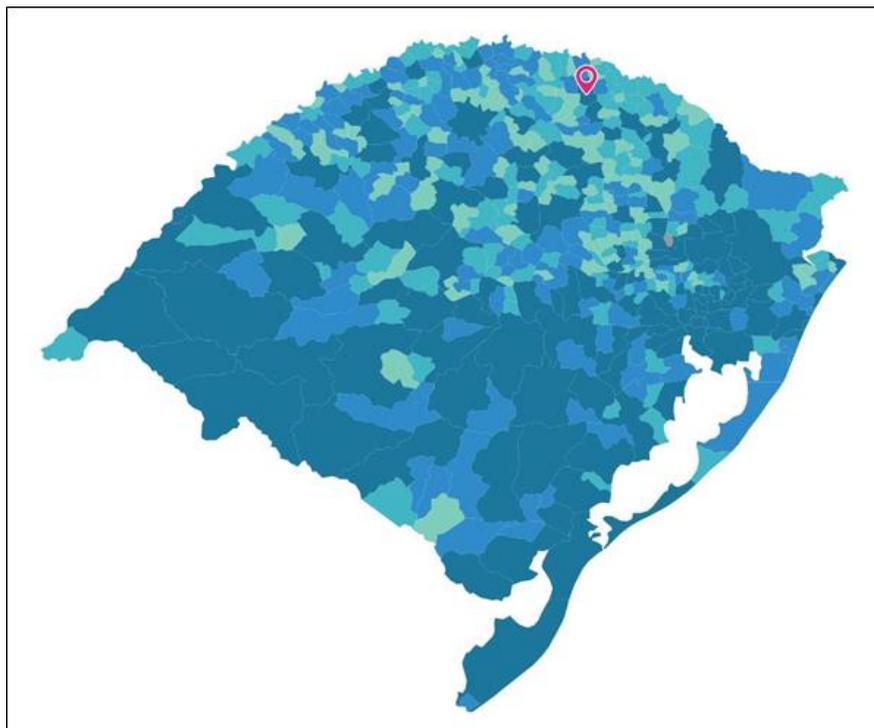
Por se tratar de uma pesquisa que envolve dados obtidos por meio de entrevistas e questionários, com participantes identificados direta e indiretamente, o projeto, os instrumentos de coleta e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), (APÊNDICE A), foram submetidos à avaliação do Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos (CEP/UEDESC), conforme preconiza a Resolução 466/2012/CNS/MS/CONEP e a Resolução 510/2016/CNS/MS/CONEP, sendo deferido o protocolo de pesquisa em outubro de 2022.

Ainda de acordo com as orientações do CEP, decidiu-se que a devolutiva dos resultados da pesquisa para os participantes será viabilizada pela publicação de artigo científico em periódico de acesso aberto. Além disso, por se tratar de um mestrado profissional, o modelo de gestão em rede será entregue à Secretaria Municipal de Educação e escolas participantes, buscando cooperar para a construção da rede de bibliotecas escolares do município de Erechim.

2.5 UNIVERSO DA PESQUISA

O universo da pesquisa foi as bibliotecas das escolas do Sistema Público de Ensino Municipal de Erechim. A cidade encontra-se localizada ao norte do Estado do Rio Grande do Sul (RS), situada na região do Alto Uruguai, a 370 km de Porto Alegre, capital do Estado, conforme ilustrado na Figura 2.

Figura 2 – Localização geográfica da cidade de Erechim (RS)



Fonte: IBGE (2023).

Fundada em 30 de abril de 1918 através do Decreto estadual n.º 2.342/1918, é a cidade mais populosa do norte do estado, de acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2023), com uma população estimada em 107.368 habitantes.

Erechim possui um total de 33 escolas de Ensino Fundamental, sete (7) são municipais, vinte e duas (22) estaduais e quatro (4) particulares. Com base nas informações fornecidas pela

Secretaria Municipal de Educação, o Sistema Público de Ensino Municipal conta, além das sete (7) Escolas de Ensino Fundamental, com dez (10) Escolas de Educação Infantil, um Centro Municipal de Educação de Jovens e Adultos (EJA), e um Centro de Belas Artes, conforme disposto no Quadro 2.

Quadro 2 – Escolas Municipais de Erechim-RS

Escola	Nº de alunos	Nº de professores
Escola de Educação Infantil Barão do Rio Branco	510	75
Escola de Educação Infantil Bôrtolo Balvedi	104	10
Escola de Educação Infantil Copas Verdes	118	12
Escola de Educação Infantil Dom João Aloísio Hoffmann	254	18
Escola de Educação Infantil Doutora Vera Beatriz Sass	102	22
Escola de Educação Infantil Dr. Ruther Alberto Von Mühlen	587	56
Escola de Educação Infantil Estevam Carraro	106	19
Escola de Educação Infantil Irmã Consolata	300	29
Escola de Educação Infantil Lucas Vezaro	132	29
Escola de Educação Infantil São Cristóvão	307	40
Escola de Ensino Fundamental Caras Pintadas	571	67
Escola de Ensino Fundamental Cristo Rei	521	66
Escola de Ensino Fundamental Dom Pedro II	501	41
Escola de Ensino Fundamental Jaguaretê	102	14
Escola de Ensino Fundamental Luiz Badalotti	1168	101
Escola de Ensino Fundamental Othelo Rosa	549	65
Escola de Ensino Fundamental Paiol Grande	455	58
Escola de Educação de Jovens e Adultos	210	12
Centro de Belas Artes Osvaldo Engel	719	28

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da Secretaria Municipal de Erechim-RS (2023).

Com a publicação da Lei Federal nº 13.005 de 25 de junho de 2014, que aprovou o Plano Nacional de Educação (PNE), (BRASIL, 2014), a orientação do Ministério da Educação (MEC), foi para que os estados e municípios organizassem suas políticas públicas para a educação, de modo a alinharem-se com o que foi estabelecido no referido plano. O êxito desta proposta, segundo consta no Caderno de orientações para o Plano Municipal de Educação (MEC, 2014), está condicionado à participação social e a sintonia entre as esferas de gestão governamentais.

Os Planos Estaduais de Educação (PEEs) precisam ser imediatamente produzidos, debatidos e aprovados em sintonia com o PNE. E os Planos Municipais (PMEs), da mesma maneira que devem ser coerentes com o PNE, também devem estar alinhados aos PEEs dos estados a que pertencem. Para o cidadão, o PNE e os planos de educação do estado e do município onde ele mora devem formar um conjunto coerente, integrado e articulado para que seus direitos sejam garantidos e o Brasil tenha educação com qualidade e para todos (BRASIL, 2014, p. 6).

Assim, em consonância com a legislação e o que determinou o MEC, foi instituída uma Comissão para adequação do PME, através do Decreto n.º 4.101, de 02 de outubro de 2014. No período de 2014 a 2015, a comissão se debruçou em estruturar as diretrizes de modo a estabelecer o estreitamento com PNE, e também com a Minuta do Projeto de Lei do Plano Estadual de Educação do Rio Grande do Sul (PEERS).

Concernente a BE, consta no Plano Municipal de Educação (PME) que:

Cada Escola possui uma Biblioteca com acervo atualizado tanto para atendimento aos estudantes, quanto para referência teórica dos professores. Os livros são oriundos de compras efetuadas pela Secretaria Municipal de Educação, bem como pela disponibilização do Ministério da Educação. O Sistema faz anualmente a adesão e a escolha de livros didáticos que são disponibilizados para todas as Escolas Públicas Municipais, a partir do Programa Nacional do Livro Didático – PNLD (SMED, 2015, p. 20).

A lei orgânica municipal também menciona a biblioteca como um recurso para uma oferta de educação de qualidade

Art. 124 Para manter o padrão de qualidade do ensino, o poder público municipal deverá:

I-dotar todas as escolas municipais de uma infraestrutura física e material condizente com as exigências de um ensino moderno e eficiente;

II- prover, gradativamente, todas as escolas municipais de uma biblioteca permanentemente atualizada e aberta à comunidade local. (ERECHIM, 1990, não paginado).

Cabe destacar que não há menção sobre o cargo de bibliotecário no contexto da Secretaria de Educação em nenhum documento normativo do município. Ou seja, o cargo de bibliotecário inexistente no quadro de servidores do magistério do SME de Erechim.

2.6 PARTICIPANTES DA PESQUISA E COLETA DE DADOS

Para conhecer as ações e estratégias da Secretaria Municipal de Educação, foi realizada uma entrevista semiestruturada (APÊNDICE B). Quem respondeu a entrevista foi a secretária adjunta. A escolha de entrevistá-la, se justifica pelo objetivo norteador desta pesquisa que

consiste em elaborar um modelo de gestão em rede para a BE do SME. Neste sentido, foi fundamental compreender o entendimento daqueles que fazem a gestão da pasta, sobre a biblioteca escolar, bem como os dispositivos legais que a sustentam. O contato com a SMEd, para o agendamento da entrevista foi feito pessoalmente.

A entrevista foi previamente agendada e feita presencialmente em novembro de 2022. Um roteiro com oito perguntas foi elaborado com questões que pudessem trazer dados sobre o cumprimento da Lei Federal nº 12.244, que estabelece a universalização da BE e outras providências e a meta 7 do Plano Nacional de Educação definido pela Lei Federal nº 13.005, que menciona a biblioteca como um recurso para fomento para a qualidade da educação básica. As questões foram respondidas pela secretária adjunta da atual gestão. A conversa foi gravada e armazenada com o recurso de um aplicativo específico para este fim, disponível para smartphones.

No segundo momento, conforme orientações da secretária adjunta, durante a entrevista, deu-se início a um processo junto ao protocolo da SMEd para obter o consentimento (ANEXO A) para a aplicação do questionário aos responsáveis pelas bibliotecas das 19 escolas da rede municipal de educação. O processo tramitou através do Serviço On-line, disponível pela prefeitura. O questionário aplicado teve como base o modelo de questionário desenvolvido por Sena (2021), fundamentado nos parâmetros para a BE estabelecidos pela Resolução CFB 220/2020, e que incluiu questões fechadas e abertas de forma a alcançar um diagnóstico das bibliotecas.

Os responsáveis pelas bibliotecas foram incluídos como participantes desta fase da pesquisa pelo pressuposto de que conhecem:

- o cotidiano da escola e a rotina da biblioteca;
- estrutura física da biblioteca da escola;
- o acervo;
- as demandas da comunidade escolar que são atendidas ou não, pela biblioteca.

Após o deferimento do processo de solicitação de autorização feito a SMEd, foi realizado o primeiro contato com as escolas via telefone, a intenção inicial era a realização da pesquisa *in loco*. Contudo, houve dificuldade por parte da maioria das escolas contatadas em atender de forma presencial. O motivo é que as escolas não possuem um responsável pelas bibliotecas escolares, o atendimento nesse espaço fica delegado aos professores, conforme demanda de atividades planejadas por eles.

Assim sendo, a estratégia de coleta foi alterada de presencial para recurso online, sugerida por alguns responsáveis pelas escolas que alegaram ser uma forma de facilitar a

contribuição com a pesquisa. O questionário (APÊNDICE C) foi elaborado no *Google Forms*, ferramenta disponibilizada pelo *Google Suite*, o que permitiu que fosse aplicado via e-mail. No primeiro envio de e-mail, obteve-se o retorno de quatro questionários respondidos, sendo uma amostra insuficiente, fez-se uma nova tentativa após aproximadamente um mês, contudo sem sucesso.

Deste modo, foi solicitado a colaboração da Secretaria de Educação (que se colocou à disposição para auxiliar a pesquisadora no que fosse necessário), para que o questionário fosse reencaminhado pelo próprio coordenador pedagógico, na expectativa de maior visibilidade e retorno. Com essa ação, obteve-se mais três questionários respondidos, ainda assim, um número insuficiente para elaborar o diagnóstico.

Por fim, uma última tentativa foi feita por meio do contato por telefone com as escolas que não haviam respondido o questionário. Neste contato, foi possível explicar a temática da pesquisa e a importância das respostas para um diagnóstico fidedigno. Foram respondidos mais quatro questionários, totalizando 11 respondentes de um universo de 19.

Os principais dados que buscou-se coletar com estes dois instrumentos estão sintetizados no Quadro 3.

Quadro 3 - Intenção dos instrumentos de coleta de dados

Entrevista	Questionário
Conhecimento da Lei 12.244/2010.	Espaço físico e acessibilidade
Adequação da Lei: - Bibliotecas em todas as escolas - Bibliotecários - Acervo	Condições ambientais
Desafios para a implementação da Lei	Acervo
Expectativa sobre a proposta de implementação de Rede de BE	Serviços e projetos
	A visão dos participantes

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

A apresentação e discussão dos resultados obtidos através do questionário e entrevista serão apresentados na seção 5.1.

3 BIBLIOTECA ESCOLAR: FORMAÇÃO, INFORMAÇÃO E SOCIEDADE

Cada um de nós tem direitos culturais: o direito ao saber, mas também o direito ao imaginário, o direito de se apropriar dos bens culturais que contribuem, em todas as idades da vida, à construção ou à descoberta de si mesmo. À abertura para o outro, ao exercício da fantasia, sem a qual não há pensamento, à elaboração do espírito crítico.
(Michèle Petit)

O desafio de preparar os alunos frente às transformações sociais, culturais e econômicas, decorrentes do advento das tecnologias de informação e comunicação, faz com que seja necessário incorporar novos recursos e pensar em novas práticas, como requisitos essenciais para acompanhar estas tendências. É neste sentido que Campello (2008, p. 11) afirma ser a BE extremamente relevante para qualificar a educação e essencial para a formação do cidadão do século XXI, [...] ao reproduzir o ambiente informacional da sociedade contemporânea”, contribui preparando-os para viver na Sociedade da Informação.

A Federação Internacional de Associações de Bibliotecários e Instituições (IFLA, 2015), define a BE como um espaço que pode ser tanto digital como físico que promove o exercício da leitura, da pesquisa, o ato de pensar e de imaginar, tão essenciais para o desenvolvimento das crianças e sua relação com a informação e o conhecimento.

Campello (2012, p. 16), corrobora com este entendimento, ao apresentar um conceito que extrapola a visão simplista da biblioteca escolar como um mero depósito de livros ou como um espaço destinado somente à prática de leitura. Segundo a autora, a biblioteca escolar tem a capacidade de conectar ideias e construir conhecimento e a partir do trabalho de mediadores, consegue fomentar a aprendizagem de modo autônomo entre os alunos.

Para Roca (2012, p. 34) “[...] as situações de aprendizagem requerem ambientes ricos culturalmente que disponham de recursos informativos e literários permanentes [...]”. Portanto, o espaço físico da biblioteca escolar se configura como um lugar que reúne a “riqueza cultural da escola”. Trata-se, a BE, de um ambiente vivo e organizado que deve estar enriquecido com recursos que visam atender às necessidades da comunidade escolar.

Ao refletir sobre a sociedade atual, caracterizada pelo aumento exponencial de informações, impulsionado pelas tecnologias de informação e comunicação, infere-se que habilidades mínimas de leitura e criticidade são fundamentais para participação e tomada de decisões, sejam elas individuais ou de ordem coletiva.

Seguindo nessa lógica, Bernardino e Suaiden (2011, p. 32), argumentam que “a leitura tem um papel preponderante nesse contexto, uma vez que, para a consolidação de uma sociedade da informação e do conhecimento, a democratização da leitura é fundamental”. Soares (2003), ao contextualizar a dimensão social da leitura, explica que as sociedades modernas são essencialmente grafocêntricas, isso significa que habilidades de escrita e leitura são substanciais para participação da vida política, econômica, cultural e social.

Carvalho (2008, p. 23) complementa, “a escola que pretende investir na leitura como ato verdadeiramente cultural não pode ignorar a importância de uma biblioteca aberta, interativa, espaço livre para expressão genuína da criança e do jovem”. No entanto, reafirma-se, com as palavras de Côrte e Bandeira (2011, p. 3) que “um acervo bem selecionado e atualizado, que contemple todo tipo de suporte de informação; um ambiente físico adequado e acolhedor, e o mediador, a figura do bibliotecário/professor [...]”, são essenciais para que a biblioteca exerça esse papel.

Assim sendo, é oportuno mencionar que tanto a alfabetização e habilidade prática de leitura são responsabilidades inerentes da Educação Básica, definidas “como requisitos indispensáveis para a efetivação dos direitos e objetivos de aprendizagem e para o desenvolvimento dos indivíduos.” (BRASIL, 2022). Portanto, recai sobre as escolas a incumbência de ofertar materiais e serviços que agreguem a esta atividade.

De acordo com a Lei 9.394 (BRASIL, 1996), que institui as diretrizes e as bases da educação nacional, o ensino tem como objetivo o desenvolvimento pleno do aluno, preparando-o para o exercício da cidadania. Dentre os princípios mencionados no seu artigo 3º, destaca-se a garantia do padrão de qualidade do ensino. Esse dispositivo legal, ainda, estabelece que é dever do Estado ofertar “padrões mínimos de qualidade de ensino, definidos como a variedade e quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem” (BRASIL, 1996).

Como mencionado na introdução, no contexto educacional, a biblioteca é parte integrante do processo de ensino e aprendizagem, e com essa responsabilidade torna-se, por assim dizer, um “insumo indispensável” em todos os níveis de capacitação formal. Segundo as Diretrizes para a biblioteca escolar, “o objetivo de todas as bibliotecas escolares é desenvolver alunos letrados em informação que participem responsável e eticamente na sociedade.” (IFLA, 2015, p. 9).

Côrte e Bandeira (2011, p. 6), argumentam que a BE possui um papel político, educativo, social e cultural, pois, contribui para:

- ampliar as oportunidades de educação e conhecimento dos alunos;
- colocar à disposição dos alunos acervos e informações que complementam o currículo escolar;
- promover e facilitar o intercâmbio de informações;
- promover a formação integral do aluno;
- tornar-se um ambiente social, cooperativo e democrático;
- facilitar a ampla transmissão da arte, da ciência e da literatura;
- promover a integração entre aluno, professor, ex-alunos e pais.

De acordo com o entendimento de Côrte e Bandeira (2011) a biblioteca escolar, quando presente no processo de formação, pode contribuir para garantir qualidade de vida ao cidadão, pois, propicia o contato com as ferramentas necessárias para o seu aprendizado. Neste contexto, a construção do conhecimento pode ser entendida como resultado do acesso à informação, que está diretamente ligada no desenvolvimento de habilidades que preparam os alunos, lhes conferindo autonomia nas resoluções de problemas e na capacidade de aprender ao longo da vida.

Campello *et al.*, (2008), em consonância com as autoras supracitadas, definiram esta capacidade como “aprender a aprender”. Para as autoras, a existência da biblioteca é fundamental para o sucesso do processo educativo. À vista disso, ela alega que devem ser mobilizados todos os recursos e conhecimentos necessários para alcançar esse nível de formação em que os alunos concluam a educação básica aptos para lidar com a informação.

Portanto, a escola deve proporcionar o contato com a informação apresentada nos seus mais variados suportes, incluindo o uso das tecnologias que devem estar presentes na formação dos alunos desde a educação básica. Neste sentido, Kuhlthau (2006, p. 10), complementa advertindo que:

A extraordinária oferta dos mais diversificados produtos de informação, muitos deles virtuais, vai exigir de quem precisa, ou pretende acessá-los, novas competências. Assim, os alunos precisam ser preparados para lidar com essa realidade e saber utilizar diferentes fontes de informação e recursos tecnológicos para adquirir e construir conhecimentos’.

Ainda de acordo com a autora:

[...] a escola é o espaço por excelência para ampliar e aprofundar o contato com a variedade de recursos atualmente disponíveis e também para refinar as habilidades a elas relacionadas. Reunidos no espaço da biblioteca escolar, os recursos informacionais irão se constituir num rico manancial para propiciar o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias para viver e conviver na sociedade da informação. (KUHALTHAU, 2006, p. 10).

Mattos (2013), amplia os conceitos conhecidos tradicionalmente e sustenta uma

perspectiva em que a BE vai além de ser um espaço de ação pedagógica e de apoio às atividades de pesquisa. Na obra “Multiculturalismo em ciência da informação: percepções e ações dos profissionais da informação em bibliotecas escolares”, a autora aborda questões que transcendem o avanço tecnológico da informação para viver e conviver na sociedade atual. Como o título sugere, a discussão apresentada dá-se em torno do multiculturalismo², uma temática que em um longo e lento percurso histórico, vem ganhando forma nas pesquisas, principalmente no campo das ciências sociais.

Sabe-se que foi através de mobilizações sociais e culturais de diversos grupos marginalizados, que a temática alcançou visibilidade sendo reconhecida como uma questão sociopolítica, e que se insere nos espaços educacionais através de políticas públicas e ações afirmativas e inclusivas, considerando garantir o direito à diversidade e o reconhecimento do apagamento histórico de determinados grupos étnicos. Do ponto de vista de Mattos (2013, p. 22):

A valorização e respeito pela diversidade e multiculturalismo passa pela escola, pelos professores e, concomitantemente, pelos profissionais bibliotecários e bibliotecas escolares, fontes de formação e informação nas unidades de ensino.

Tecendo um debate sobre a fundamental importância do reconhecimento das pluralidades culturais para a uma formação humanizada, Mattos (2013), aponta essa questão como sendo também uma exigência das transformações sociais e cidadã, uma vez que, isso institui a forma de se relacionar com o outro. Conforme Bavaresco e Taca (2016), em uma sociedade multicultural, o reconhecimento e o respeito às diferenças são essenciais para um convívio harmônico.

O reconhecimento da diversidade como um direito e a introdução desse debate na educação “[...] tem sido visto como um fator necessário para garantir a inclusão, promover igualdade de oportunidades e enfrentar toda forma de preconceito, discriminação e violência.” Portanto, de acordo com Mattos (2013, p. 24), a BE deve adaptar-se a este contexto e ser também multicultural, se configurando em “[...] um espaço privilegiado para se promover a cultura de reconhecimento da pluralidade das identidades e dos comportamentos relativos à diferença.”

² O debate multicultural surgiu a partir das reivindicações de diversos grupos e movimentos sociais, inclusive no cenário educacional. Nasce a partir de discussões que giram em torno da diversidade cultural, questões de classe, gênero, raça, etnia e despertam no meio acadêmico o questionamento para a problemática da unilateralidade das ações educativas, que historicamente fez da escola um espaço de promoção e imposição dos valores e saberes culturais dominantes. (BAVARESCO, TACA, 2016, p. 62).

Diante do exposto, questiona-se: é possível que a BE conjugue os conceitos e valores mencionados, em suas ações? A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento normativo produzido pelo Ministério da Educação (MEC) em parceria com o Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED) e União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), estabelece um conjunto de aprendizagens essenciais que devem ser trabalhadas ao longo da Educação Básica. O efeito almejado com a elaboração desse documento de referência é garantir que os currículos escolares sejam formulados de modo a garantir que os estudantes desenvolvam dez competências gerais, a saber:

1. Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.
2. Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas.
3. Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.
4. Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.
5. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.
6. Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.
7. Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.
8. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.
9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.

10. Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários. (BNCC, 2018, p.7),

A BNCC é pautada em um modelo de educação que deve sustentar determinados valores e incentivar ações que possam contribuir para o alcance de uma sociedade mais humana, equânime e sustentável. O documento é “[...] orientado pelos princípios éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva” (BRASIL, 2018, p.7).

A BE como parte integrante do processo de ensino e aprendizagem, incorpora esses preceitos. Portanto, mais do que proporcionar o acesso aos recursos, pautar suas ações nos princípios éticos, sociais e humanos e contribuir para a evolução das habilidades em torno da informação são componentes constitutivos da missão da BE, pactuada por diversas nações.

3.3 A MISSÃO DA BIBLIOTECA ESCOLAR

No ano de 1999, a Federação Internacional de Associações de Bibliotecários e Instituições (IFLA) publicou o “Manifesto para Biblioteca Escolar: a biblioteca escolar no ensino e aprendizagem para todos”, em que foram estabelecidos os princípios fundadores da BE, definindo sua missão, objetivos, orientações para a gestão de recursos e serviços, além de sugerir aos governantes que a implementação do Manifesto fosse executada através dos Ministérios de Educação e Cultura de cada país.

A IFLA é um órgão internacional formado por aproximadamente 1.400 membros, bibliotecários oriundos de 190 países, ou seja, são representantes de diversas partes do mundo. Tem como escopo a formulação de propostas para os serviços oferecidos pelas bibliotecas sob a perspectiva da colaboração global, para acompanhar as tendências oriundas das transformações socioculturais. A IFLA aposta na união da categoria de profissionais para fortalecer e inspirar o campo de atuação das bibliotecas, visando à contribuição para uma sociedade alfabetizada, informada e participativa.

O Manifesto aborda, sobretudo, a defesa da BE como um lugar de “ensino e aprendizagem para todos” (IFLA, 1999, não paginado), um recurso potencial a favor da inclusão social e a igualdade de oportunidades, promovidas através dos serviços oferecidos pela BE, que em suma “devem ser oferecidos igualmente a todos os membros da comunidade

escolar, a despeito de idade, raça, sexo, religião, nacionalidade, língua e status profissional e social” (IFLA, 1999, não paginado).

Neste documento a IFLA (1999, não paginado) destaca como a missão da BE:

[...] promover serviços de apoio à aprendizagem e livros aos membros da comunidade escolar, oferecendo-lhes a possibilidade de se tornarem pensadores críticos e efetivos usuários da informação, em todos os formatos e meios.

Quando a IFLA descreve a Missão da BE e afirma que esta instituição possibilita tornar os estudantes pensadores dotados de criticidade e habilidades na busca, seleção e uso de informação, ela estabelece dois aspectos norteadores fundamentais para a BE. O primeiro é a formação do acervo, o segundo, diz respeito ao mediador da informação.

A formação do acervo merece atenção, porque é parte importante para que a missão da BE seja alcançada. O Manifesto não traz um tópico especificando a metodologia para a formação de acervo da BE, contudo, faz uma observação com relação à forma de acesso à coleção, bem como a oferta dos serviços prestados à comunidade escolar. Preconiza-se que estes devem “orientar-se nos preceitos da Declaração Universal de Direitos e Liberdade do Homem, das Nações Unidas, e não deve estar sujeito a qualquer forma de censura ideológica, política, religiosa, ou a pressões comerciais” (IFLA, 1999, não paginado).

Desse modo, é possível compreender que esta orientação se estende para a formação do acervo. Retoma-se aqui, a questão dos recursos informacionais, elucidando que a IFLA menciona que a biblioteca deve disponibilizar a informação em todos os formatos e meios, prezando pela igualdade de oportunidades. Faz-se necessário, portanto, que o espaço da BE seja arquitetado para ser também um espaço inclusivo. Sendo assim, as atividades desenvolvidas e a mediação devem ser pensadas considerando não só estes aspectos, mas também o espaço físico, o mobiliário, a atenção especial para seleção dos materiais didáticos alternativos/assistivos e a capacitação dos profissionais.

Todavia, segundo a autora Gomes (2017, p. 36), “O mero acesso à informação não assegura o ambiente da interação no qual a interlocução tem como objetivo o exercício da crítica”. É aí que entra o segundo aspecto norteador da BE, o mediador da informação. Neste sentido, Milanesi (2013, p. 61) afirma que “ao lado do acervo, amplo e estimulante devem ser implantadas ações que propiciem à criança-leitora [jovem-leitor] refletir sobre aquilo que absorveu e observou”. Ou seja, as ações que o autor se refere caracterizam-se pela própria mediação, seja ela na forma de dramatização do que foi lido pelo aluno, hora do conto, rodas

de leituras em grupo, enfim, atividades de leituras e escrita mediadas pelos professores, desenvolvidas de forma individual e coletiva.

Seguindo nesta perspectiva a IFLA aborda a importância da parceria entre professores e bibliotecários para exercerem a função de mediadores da informação, quando declara que:

Está comprovado que bibliotecários e professores, ao trabalharem em conjunto, influenciam o desempenho dos estudantes para o alcance de maior nível de literacia na leitura e escrita, aprendizagem, resolução de problemas, uso da informação e das tecnologias de comunicação e informação (IFLA, 1999, não paginado).

Dentro dessa compreensão, Silva (2003, p. 73) corrobora mencionando que “[...] este é, a propósito, um dos principais consensos da literatura especializada”. Pode-se afirmar que a BE é uma questão a ser discutida amplamente com os professores que atuam na sala de aula. Se é o professor o profissional capacitado formalmente para atuar dentro da sala de aula, com a incumbência de nortear toda a prática pedagógica, é ele, portanto, um dos principais atores na promoção do uso da BE.

O Manifesto também descreve o papel do bibliotecário que atua nas escolas, sendo ele “o membro profissionalmente qualificado, responsável pelo planejamento e gestão da biblioteca escolar” (IFLA, 1999, não paginado). Consonante a este entendimento, de forma sensível a realidades dos diversos países que integram a IFLA, o Manifesto prevê que “O papel do bibliotecário escolar varia de acordo com orçamentos, currículos e metodologias de ensino das escolas, dentro do quadro legal e financeiro do país”. Contudo, destaca que

[...] em contextos específicos, há áreas gerais de conhecimento que são vitais se os bibliotecários escolares assumirem o desenvolvimento e a operacionalização de serviços efetivos: gestão da biblioteca, dos recursos, da informação e ensino. (IFLA, 1999, não paginado).

Os princípios fundadores da BE, supracitados, foram complementados em 2002, pelas *Diretrizes da IFLA para a Biblioteca escolar*, a fim de apresentar orientações quanto à prática desses princípios fundadores. Pode-se dizer que as *Diretrizes para Biblioteca Escolar* foram pensadas no sentido de complementar o *Manifesto da Biblioteca Escolar*, com o intuito de contribuir para a idealização de um padrão de biblioteca escolar.

3.4 BIBLIOTECA ESCOLAR NO ENSINO E APRENDIZAGEM PARA TODOS: ASPIRAÇÕES IDEALIZADAS PELAS DIRETRIZES (IFLA/UNESCO)

A biblioteca escolar é um espaço de aprendizagem físico e digital na escola onde a leitura, pesquisa, investigação, pensamento, imaginação e criatividade são fundamentais para o percurso dos alunos da informação ao conhecimento e para o seu crescimento pessoal, social e cultural. (IFLA, 2015, p. 19).

No ano de 2002 o Comitê Permanente da Seção de Bibliotecas Escolares da Federação Internacional de Associações de Bibliotecas e Instituições (IFLA), elaborou a primeira edição das Diretrizes para a BE que foram atualizadas em 2015. A revisão das Diretrizes ocorreu de forma cooperativa através de discussões, debates e consultas com profissionais de vários países, realizadas através de workshops que ocorreram durante as Conferências da IFLA. Membros do conselho executivo da *International Association of School Librarianship* (IASL), assim como demais membros da comunidade internacional, dedicados à defesa e ao estudo das bibliotecas escolares, também contribuíram para a revisão e atualização desta edição.

Alinhadas com a missão e os valores estabelecidos no Manifesto (IFLA, 1999, não paginado), as Diretrizes para Biblioteca Escolar apresentam um total de dezesseis recomendações com o propósito de auxiliar os bibliotecários, professores, diretores de escolas e autoridades governamentais que atuam no planejamento e gestão destas instituições, no sentido de assegurar a qualificação da BE. A IFLA defende em seu Manifesto que a BE é um recurso para a melhoria do ensino, por isso as Diretrizes são pautadas na aspiração de alcançar a “biblioteca escolar no ensino e aprendizagem para todos”.

Nas Diretrizes as recomendações são apresentadas de forma mais detalhada, trazendo um embasamento teórico significativo para o planejamento e implementação de um padrão ideal, a ser adotado, tanto para a biblioteca da escola quanto para a construção de uma rede de biblioteca escolar, respeitando, entretanto, a realidade local das instituições, quanto ao desenvolvimento econômico, aspectos culturais, legislações e currículos escolares entre outros. Dentro desta perspectiva, as propostas das Diretrizes convidam-nos a “pensar globalmente e agir localmente” (IFLA, 2015, p. 16).

Este “pensar globalmente e agir localmente” é um aspecto extremamente relevante e que deve ser observado desde a concepção do espaço, formação da coleção até as ações propostas pela BE. Considerando, como mencionado anteriormente, que o Brasil é um país marcado pela desigualdade social, compreende-se que parte significativa da população brasileira está à margem até mesmo dos equipamentos públicos, como a escola e a universidade.

De acordo com Saviani “nesse quadro, a marginalidade é entendida como um fenômeno inerente à própria estrutura da sociedade” (SAVIANI, 2008, p. 4). Para Rios (2011, p. 47):

[...] as diferenças sociais entre os sujeitos, as discriminações, são justificadas com base em princípios que, considerados isolados de um contexto histórico específico aparecem como inegavelmente “verdadeiros”, mas que, analisados à luz de uma visão crítica, encobrem uma realidade que é preciso denunciar. Isso é evidente na escola brasileira.

Fundamenta-se, portanto, a urgência de uma biblioteca bem estruturada nas escolas públicas, como um dispositivo que conjuga a qualidade na educação, igualdade de oportunidades e equidade diante de diferentes necessidades, de maneira a reduzir a marginalidade que assola a vida de milhares de crianças e jovens ainda em idade escolar. Em outros termos, a BE, segundo aspirações das Diretrizes, deve proporcionar que todos os alunos tenham acesso a materiais de apoio para desenvolverem as atividades propostas na sala de aula.

Entende-se que a existência de uma biblioteca na escola, possibilita, independente da condição socioeconômica do aluno, o acesso aos recursos necessários para a sua educação formal. Para Silva (2003, p. 92) a BE é fundamental “para que se possa garantir ao aluno o acesso ao saber sistematizado, e ao mesmo tempo que o instrumentalize para o exercício de uma cidadania crítica e participativa”. Corroborando, Kuhlthau (2006, p. 9), quando adverte, “o exercício da cidadania só é possível se se garante à pessoa o acesso aos saberes elaborados socialmente”.

A escola, portanto, cumpriria de forma eficiente, o compartilhamento dos saberes produzidos socialmente, instrumentalizando os alunos para a apropriação e a transformação desses saberes, alcançando a educação de qualidade a qual defendemos, aquela que investe os esforços para preparação do aluno para a vida em sociedade, dando condições para que ele se torne o sujeito de suas ações, consciente dos seus direitos e deveres, exercendo plenamente sua cidadania.

Contudo, ao confrontarmos esta afirmativa com a realidade, “o que constatamos na escola brasileira é, de um lado, que grande parte da população está excluída do processo educativo formal, e, de outro, que à maioria que frequenta a escola, esta não tem oferecido condições para aquela apropriação” (RIOS, 2011, p. 47).

Diante de tal quadro, percebe-se que sem esse investimento, a escola continuará simplesmente cumprindo metas, atingindo “números”, que também são importantes, mas que não são garantia de qualidade do ensino. As contribuições da IFLA neste sentido, são baseadas nas evidências de que bibliotecas escolares, quando possuem os recursos adequados, podem

fazer a diferença. São elementos fundamentais para garantir o propósito da biblioteca escolar e que resultam na melhoria da qualidade do ensino e aprendizagem.

Tais recursos abrangem uma coleção diversificada que contempla a proposta pedagógica das disciplinas, profissionais qualificados para a gestão e a prestação de serviços eficientes e o alinhamento das ações propostas pela biblioteca da escola com currículo escolar, entre outros. Segundo as Diretrizes estes se configuram em elementos norteadores indispensáveis para a garantia de sucesso da BE (IFLA, 1999).

Diante deste consenso, representantes da classe bibliotecária e parlamentares somaram esforços pela mobilização das autoridades governamentais em prol da institucionalização da BE, reivindicando um dispositivo legal como forma de sanar a inexistência, o descaso e a precarização das bibliotecas nas escolas do país. É neste contexto que surge a Lei federal 12.244 (BRASIL, 2010).

3.5 LEI FEDERAL 12.244/10 E A UNIVERSALIZAÇÃO DAS BIBLIOTECAS ESCOLARES: CAMINHOS PERCORRIDOS

A nada chegaremos como pessoas e como nacionalidade, sem conhecimentos, que se fundamentam, ampliam e renovam, pela informação. Cabe a esta geração a responsabilidade de criar uma biblioteca em cada escola, em todos os recantos geográficos e em todos os "Brasis", abrindo para cada aluno a janela mágica do conhecimento, a oportunidade de maravilhar-se, de desejar e de vir-a-ser, encontrando caminhos novos e mais ousados, como cidadãos informados, lúcidos e atuantes. Tudo isto nos reservam as Bibliotecas Escolares que multiplicaremos, até a totalidade de nossas escolas, com a aprovação desta lei. (BRASIL, 2000, não paginado).

Foi com as palavras supracitadas que a ex-deputada federal Esther Grossi (PT/RS), concluiu sua justificativa para a aprovação do projeto que precedeu a Lei Federal 12.244, promulgada em 24 de maio de 2010. A referida lei foi alcançada através da soma de esforços, tanto por parte de representantes políticos, quanto pela atuação dos profissionais bibliotecários. Foram anos de debates e proposições, retrocessos e avanços, desde sua gênese até a aprovação como lei ordinária.

Viana (2014) na sua dissertação, relata que a trajetória da lei teve sua marca inicial ainda na década de 1990, quando o Conselho Regional de Biblioteconomia da 8ª Região (CRB-8), apresenta uma proposta ao governo do estado de São Paulo com o objetivo de elucidar a importância das bibliotecas escolares e prover todas as escolas do estado com bibliotecas. De acordo com a autora os empreendimentos do CRB-8, através de diálogos e proposições na

esfera política se consolidaram, tomando uma maior proporção, chegando então a uma articulação com o Conselho Federal de Biblioteconomia.

Ainda de acordo com Viana (2014, p. 41) “o texto PL nº 3.549/2000, foi fruto da articulação de membros do Conselho, com a então deputada Ester Grossi”. A proposta foi encaminhada à Câmara dos Deputados em setembro de 2000. A precursora da lei defendeu a valorização da leitura e do acesso à cultura, alegando ser a biblioteca um dos espaços mais importantes da escola.

Como embasamento para a justificção, Grossi (BRASIL, 2000) apontou considerações extraídas de um estudo realizado em 1997 pelo Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), que atua monitorando os níveis de desempenho dos estudantes, com o objetivo de avaliar a qualidade da educação oferecida nas escolas públicas brasileiras. Os dados foram levantados através da aplicação de provas, para os alunos e questionários para professores e diretores. As conclusões revelaram que escolas equipadas com bibliotecas apresentaram melhores resultados.

No entanto, o projeto elaborado pela ex-deputada não chegou à fase de conclusão. Em 2001, houve uma nova tentativa de apreciação da proposta, através de um substitutivo elaborado pelo ex-deputado Osmar Sarraglio (PMDB/PR). O motivo para o substitutivo foi que de acordo com o parecer da Comissão de Constituição de Justiça e de Redação (CCJR), o texto da ex-deputada Esther Grossi, apresentava incongruências técnicas e constitucionais. Para fins de adequação, foram suprimidos os artigos 4º e 5º, considerados inconstitucionais, ao disporem sobre provimentos de cargos públicos.

A proposta tramitou na Câmara, porém, mesmo com as adequações, não chegou a sua fase conclusiva, sendo arquivada em 2003. No mesmo ano, o então deputado Federal Lobbe Neto (PSDB/SP), encaminha o Projeto de Lei 1.831, retomando a proposta feita em 2000 de autoria da ex-deputada Esther Grossi. A estrutura dos artigos, bem como, a arguição para justificção, foi mantida na íntegra, conforme o substitutivo elaborado pelo ex-deputado Osmar Serraglio. O projeto, então, torna a tramitar na Câmara dos Deputados.

No relatório, elaborado durante a tramitação do projeto, onde são compilados, o texto original, os substitutivos e também a apreciação do relator, o deputado Bonifácio de Andrada faz a seguinte manifestação como justificativa para o voto pela aprovação do Projeto de Lei 1.831:

No Brasil, e em especial, na rede pública de ensino, constata-se, muitas vezes, a inexistência de bibliotecas escolares. Quando existentes, sofrem do descaso do Poder Público que não atualiza, periodicamente, o seu acervo. Desse modo,

as Bibliotecas Escolares não cumprem a sua função social que é a de transmitir o conhecimento atualizado, de modo a contribuir com a formação intelectual e profissional dos estudantes, condizente com um mundo em constante transformação. Face a essa generalizada carência, muitas vezes, alunos e professores dispõem apenas do manual didático, o que limita consideravelmente a construção do conhecimento (BRASIL, 2004, p. 3).

Em abril de 2004 a ex-deputada Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM) apresenta o Projeto de Lei 3.230, na intenção de propor alterações ao Projeto de Lei 1.831 encaminhado por Lobbe Neto. Na redação proposta pela então deputada foram realizadas, também para fins de adequações, às alterações no Art. 2º, que trata do conceito de biblioteca e determina um acervo mínimo de quatro títulos por aluno matriculado.

A imposição de número de títulos se configurou inconstitucional, por ferir a autonomia dos sistemas de ensino e da legislação educacional vigente. Portanto, na redação do Art. 2º foi suprimida a imposição de quantidades de títulos e o conceito de biblioteca modificado. A informação que norteia a formação do acervo passou a fazer parte do Parágrafo Único.

Outra alteração significativa, também de responsabilidade de Vanessa Grazziotin, foi no Art. 3º, que determina que seja respeitada a regulamentação legal da profissão do bibliotecário. O prazo máximo para efetivação da lei também foi alterado, passando de cinco para dez anos a contar da data de sua publicação. Apreciadas as alterações, às propostas dos Projetos de Lei 1.831 e o Projeto de Lei 3.230 foram aprovadas na sua forma substitutiva, sendo o Projeto da ex-deputada Vanessa Graziitom incorporado ao projeto do ex-deputado Lobbe Neto. A redação passa a ser conforme a aprovada pelo então Presidente da República Luís Inácio Lula da Silva (PT), em 24 de maio de 2010:

Art. 1º As instituições de ensino públicas e privadas de todos os sistemas de ensino do País contarão com bibliotecas, nos termos desta Lei.

Art. 2º Para os fins desta lei, considera-se biblioteca escolar a coleção de livros, materiais videográficos e documentos registrados em qualquer suporte destinados a consulta, pesquisa, estudo ou leitura.

Parágrafo Único: Será obrigatório um acervo de livros na Biblioteca, de no mínimo de 01 (um) título para cada aluno matriculado, cabendo ao respectivo sistema de ensino determinar a ampliação deste acervo conforme sua realidade, bem como divulgar orientações de guarda, preservação, organização e funcionamento das bibliotecas escolares.

Art. 3º Os sistemas de ensino federal e estadual, deverão desenvolver esforços progressivos para que a universalização das bibliotecas escolares, nos termos previstos nesta lei, seja efetivada num prazo máximo de 10 (dez) anos, respeitada a regulamentação legal da profissão de Bibliotecário ínsita nas disposições da Lei 4.084/62 regulamentada pelo Decreto 56.725/65 e Lei 9.674/98.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação (BRASIL, 2010, não paginado).

Em 2018, a então deputada Laura Carneiro (PMDB), apresenta o Projeto de Lei 9.484/18, que teve como propósito aperfeiçoar a Lei 12.244/2010, sugerindo, entre outras alterações, prorrogar o prazo máximo para a implementação das bibliotecas, que findaria em maio de 2020. Na redação a deputada estende o prazo máximo para junho de 2024, estabelecendo assim consonância com a Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprovou o Plano Nacional de Educação (PNE). Entende-se que há na perspectiva da ex-deputada uma ideia de complementaridade entre as duas leis, visto que as estratégias elencadas pelo PNE para fomentar a qualidade da educação básica, menciona como meta, entre outras, no item 7.20 do anexo:

Prover equipamentos e recursos tecnológicos digitais para a utilização pedagógica no ambiente escolar a todas as escolas públicas da educação básica, criando, inclusive, mecanismos para implementação das condições necessárias para a universalização das bibliotecas nas instituições educacionais, com acesso a redes digitais de computadores, inclusive a internet (BRASIL, 2014).

Para que estejam as duas leis em consonância, a ex-deputada altera o artigo 3º para seguinte proposição:

Art. 3º Os sistemas de ensino do País deverão desenvolver esforços progressivos para que a universalização das bibliotecas escolares, nos termos previstos nesta Lei, seja efetivada no prazo máximo de vigência da Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação-PNE e dá outras providências (BRASIL, 2018, p. 3).

Neste sentido a ex-deputada Laura Carneiro complementa o descrito no Art. 3º, enfatizando que:

Assim, os sistemas de ensino terão até o ano de 2024 para cumprir esse dispositivo legal, sob pena de sofrerem sanções a serem definidas pelo órgão ou entidade do Poder Executivo Federal responsável pela implantação do Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares – SNBE (BRASIL, 2018, p. 8).

Dentro desta perspectiva, a autora do projeto supre o que até então é considerado uma lacuna, tendo em vista que, a Lei 12.244/2010 não apresenta na sua redação alguma forma de responsabilização ou penalidade para o descumprimento da lei.

Ainda dentro desta proposta, a ex-deputada faz outra alteração relevante no texto da lei, ampliando o conceito de bibliotecas escolares que está definido no Art. 2º da Lei 12.244/10. A autora do projeto descreve um conceito amplo e atualizado para a biblioteca escolar,

contribuindo assim, para extinguir a ideia de que ela seja um mero depósito de livros ou entendida somente como uma coleção de livros didáticos.

No texto a ex-deputada Laura Carneiro, caracteriza a biblioteca escolar como um “equipamento cultural obrigatório e necessário ao desenvolvimento do processo educativo” (BRASIL, 2018, p. 2), além de elencar os objetivos da biblioteca escolar:

- I – disponibilizar e democratizar a informação, ao conhecimento e às novas tecnologias, em seus diversos suportes;
- II - promover as habilidades, competências e atitudes que contribuam para a garantia dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento do(a)s aluno(a)s, em especial no campo da leitura e da escrita;
- III - constituir-se como espaço de recursos educativos indissociavelmente integrado ao processo de ensino e aprendizagem;
- IV - apresentar-se como espaço de estudo, encontro e lazer, destinado a servir de suporte para a comunidade em suas necessidades e anseios.

Na justificação do projeto a ex- deputada Laura Carneiro, afirma que:

Não há quem possa duvidar do papel da leitura para a formação de nossas crianças, adolescentes e jovens e da importância do equipamento cultural “biblioteca” no desenvolvimento do processo ensino e aprendizagem nas escolas. Uma biblioteca escolar tem a função primordial de incentivar a leitura e cultivar este hábito entre os estudantes, dando suporte à aprendizagem de todas as disciplinas na sala de aula e não apenas para o conhecimento da Língua Portuguesa e Literatura. A leitura é essencial para o desenvolvimento de habilidades que se fazem necessárias à própria formação intelectual e cidadã do aluno. (BRASIL, 2018, p. 4).

No entendimento de Laura Carneiro, não basta somente a criação do espaço, uma vez que, nas instituições em que as bibliotecas existem, estas são muitas vezes utilizadas para outros fins ou carecem de recursos para cumprir com a atribuição de fomentar a qualidade do ensino e aprendizagem. Neste sentido, ela afirma:

Para que a biblioteca escolar assuma um papel de destaque na instituição de ensino a gestão organizada do espaço é fundamental. Acervo atrativo e atualizado, catalogação por cores, integração com conteúdo digital, audiovisual e atividades lúdicas de estímulo à leitura e à pesquisa, são algumas das ferramentas que contribuem para redimensionar o papel da biblioteca na escola, neste século XXI, marcado pela massiva utilização de novos suportes de informação e tecnologia. (BRASIL, 2018, p.6).

O Projeto de Lei 9.484/18 tramita em sua fase conclusiva e foi encaminhado para apreciação do Senado Federal em outubro de 2019. A aprovação desse projeto que almeja o aperfeiçoamento da Lei 12.244/10, pode ser considerado também como um avanço, visto que,

além das alterações mencionadas, foi incluída na proposta a criação do Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares (SNBE) que tem como atribuição fortalecer os sistemas de ensino dos Estados, Distrito Federal e Municípios.

Em abril de 2019 outra proposta de alteração da Lei 12.244/2010 é encaminhada para apreciação da Câmara pelo deputado Pedro Lucas Fernandes (PTB/MA), que segue em tramitação. A sugestão do deputado é de incluir no Parágrafo Único, a orientação sobre a existência de títulos de autores locais na formação do acervo. Para o deputado Lucas Fernandes (BRASIL, 2019, não paginado), a inserção destas obras contribuirá “para o fortalecimento da identidade cultural da comunidade escolar e para a promoção da diversidade bibliográfica deste imenso País, em que tantos talentos literários são desconhecidos pela dificuldade de acesso ao leitor”.

Na justificativa do Projeto de Lei 2.131/19, o deputado reconhece que:

Os especialistas na área do livro e da leitura são unânimes em afirmar que, no Brasil, país de dimensões continentais e diferentes realidades socioeconômicas, a melhor maneira de democratizar o livro à população e promover o desenvolvimento da leitura entre os brasileiros é através do fortalecimento e modernização do sistema de bibliotecas do país, sejam elas públicas, comunitárias ou escolares (BRASIL, 2019, não paginado).

Partindo do ponto de vista do deputado Lucas Fernandes, a biblioteca é um recurso fundamental para se estabelecer a relação dos estudantes com o livro e a leitura. Infere-se que somente com a democratização do acesso a um acervo de qualidade será possível motivar a formação de novos leitores e escritores, bem como, promover o interesse pela literatura entre as crianças e os jovens.

Outra proposta, no sentido de complementar a Lei 12.244/2010 é apresentada em agosto de 2020 pela deputada Dayane Pimentel (PSL/BA), com o Projeto de Lei 4.401/20. Para Pimentel (2020), diante do fato do mundo estar passando pela pandemia causada pelo COVID-19³ somado à crise econômica que o Brasil vem enfrentando nos últimos anos, acentuando-se como consequência do cenário econômico mundial, pouco se pôde fazer para o cumprimento da Lei.

Assim sendo, a deputada faz a sugestão de alteração do prazo máximo para a efetivação da lei, ampliando-o para 2022. Outra modificação significativa foi a inclusão de orientações que a autora descreveu como “requisitos mínimos para as bibliotecas”. No texto para

³ É uma doença causada pelo novo tipo de coronavírus, que leva o nome de SARS-CoV-2. Ele pertence à família de vírus de mesmo nome que causa infecções respiratórias. (BRASIL, 2022, *online*).

justificação, a deputada Dayane Pimentel cita o Manifesto para as bibliotecas escolares da (IFLA) fundamentando a ideia de que se faz necessário garantir o acesso a um acervo diversificado, sendo ofertado no mínimo 2.500 títulos por biblioteca.

Além disto, cabe o destaque para a atenção ao espaço físico e a acessibilidade, que até então não havia sido mencionado em outras redações, incluídas pela autora do projeto no Art. 2º “Deverão ser respeitadas a proporcionalidade na relação entre espaço físico e número de alunos e a garantia de acessibilidade nas bibliotecas escolares.”

Ainda em 2020, o deputado Sérgio Vidigal (PDT/ES), também contribuiu para o incremento da Lei 12.244, com o Projeto de Lei 4.003/20, propondo uma nova definição para a BE e sugerindo a alteração do prazo para a efetivação da lei. Para o deputado Sérgio Vidigal (BRASIL, 2020), “Apesar de extremamente meritória, a legislação carece de aprimoramentos, no sentido de prever o acervo virtual de livros, arquivos digitalizados, fotos, vídeos, áudios, e outras ferramentas digitais importantíssimas para o processo de ensino-aprendizagem.”

Neste sentido a nova definição de BE sugerida pelo deputado, inclui a previsão de uma biblioteca digital escolar, assim sendo, no Art. 2º a redação passa a ser a seguinte:

Art. 2º Para os fins desta Lei, considera-se biblioteca escolar o acervo físico e digital de livros, materiais videográficos, áudios, fotos e documentos registrados em qualquer suporte destinados à consulta, pesquisa, estudo ou leitura.

Para o deputado Sergio Vidigal, a instalação de um ambiente conectado de leitura se configura em melhoria nas estruturas das escolas, criando uma maneira alternativa e sustentável de cumprir a lei. Na concepção do autor essa seria uma alternativa para suprir a necessidade de acervo, até que todas as escolas pudessem criar as mais de 100 mil bibliotecas, previstas para a efetivação da Lei 12.244/10. Entretanto, o autor assevera que o espaço de leitura conectado não substitui integralmente a biblioteca física e enfatiza que o acervo físico e o acervo digital são complementares.

Com exceção do Projeto de Lei 9.484 apresentado pela ex-deputada Laura Carneiro em 2018, que aguarda apreciação do Senado Federal, as demais propostas nos Projetos de Lei aqui citados, encontram-se, até o presente momento, em tramitação na Câmara dos Deputados.

Ao retomar os caminhos percorridos pela Lei 12.224/2010, percebe-se o quão ela é importante e significativa para o sistema de ensino do país. A cada projeto apresentado na intenção de aperfeiçoamento dessa lei e a cada justificação para a existência da biblioteca, denota-se a certeza da seriedade com que essa lei foi e ainda é pensada por muitos bibliotecários, professores e por alguns políticos brasileiros.

Contudo, a universalização ainda não é uma realidade. Diante desta situação pode-se afirmar que não há um consenso de que a biblioteca escolar é imprescindível nas instituições de ensino. No entanto, é necessário que esse recurso seja reconhecido como tal por toda sociedade, para que se possa efetivar o que preconiza a lei. Como pontuado por Carvalho Silva (2011, p. 502) “é preciso considerar que a aprovação da Lei 12.244 se configura em um resultado de mobilização que deve ser continuada”.

3.6 CAMPANHA SOU BIBLIOTECA ESCOLAR: PELO CUMPRIMENTO DA LEI 12.244/10

Com o propósito de cobrar do poder público o cumprimento da Lei 12.244/10, houve no decorrer dos anos de sua vigência, diversas ações e mobilização⁴. A mais recente é a Campanha Nacional Sou Biblioteca Escolar, lançada em julho de 2022. A iniciativa foi articulada pelo Conselho Federal de Biblioteconomia em parceria com os Conselhos Regionais (Sistema CFB/CRB), apoiada pela Federação Brasileira de Associação de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições (FEBAB) e outras entidades. O objetivo central da campanha é sensibilizar a sociedade e o poder público sobre a importância da BE para que haja comoção desses públicos em favor da defesa da BE. Como objetivos específicos, o Sistema CFB/CRB (2022, *online*), elencou:

- Contribuir para o diálogo e a construção de políticas públicas continuadas para as bibliotecas escolares;
- Incentivar a implantação das bibliotecas escolares como elemento fundamental para a formação de nossas crianças, garantindo a todas um ensino de qualidade;
- Valorizar a biblioteca escolar como elemento estratégico para o desenvolvimento social, por meio de ações voltadas para a educação e cultura;
- Demonstrar que a biblioteca escolar é fator determinante para a promoção da inclusão social, valorização dos direitos dos cidadãos e das ações para o desenvolvimento sustentável;
- Promover junto à sociedade a percepção de que o bibliotecário é o profissional habilitado para gerenciar o ambiente da biblioteca escolar.

⁴ Campanha #EuQueroMinhaBiblioteca – Essa campanha teve como estratégia, compartilhar informações com gestores públicos e sociedade civil pela universalização de bibliotecas em escolas. Cartilhas foram produzidas como forma de divulgação e orientação sobre a legislação. Disponível em: <http://www.euquerominhabiblioteca.org.br/>

A cerimônia de lançamento ocorreu na 26ª Bienal Internacional do Livro de São Paulo, que teve como tema “Bibliotecas na formação de um mundo melhor”. Estavam presentes entidades federais da área da Biblioteconomia e Ciência da Informação, representantes das áreas da Educação e Cultura, autoridades políticas, estudantes de Biblioteconomia entre outros. A vice-presidenta do CRB 8, Regina Fazioli, foi quem conduziu a apresentação da campanha. A presidenta Ana Cláudia Martins do CRB 8, também se fez presente. No discurso de abertura ela discorre sobre o cenário que motiva essa ação e a expectativa de transformação.

No Brasil, há milhares de escolas desprovidas de bibliotecas. A ausência desses espaços agrava os indicadores de analfabetismo funcional, cria empecilhos ao desenvolvimento crítico e impede o acesso à cultura. A lei possibilitaria obter investimentos para superar essa situação, mas falta vontade dos gestores públicos para implementá-la. Por isso, vamos nos mobilizar pelas redes e buscar meios políticos para torná-la realidade. (CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA, 2022, *online*).

Na ocasião, o presidente do CFB, Fabio Cordeiro, destacou que o cumprimento da lei é o principal compromisso da 19ª Gestão CFB (2022-2024). Os demais membros da classe também tiveram a oportunidade de fala, momento em que foram compartilhadas as dificuldades e as desconformidades vividas em âmbito nacional e que ainda precisam de soluções. (CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA, 2022, *online*).

A campanha se configura como um ato convocatório, um apelo para que todos os setores da sociedade, a partir da compreensão da BE como um direito, possam somar com a classe bibliotecária e com os parlamentares comprometidos com a causa para sua efetivação. Para alcançar essa amplitude, o sistema CFB/CRB, utilizou como recurso de divulgação da campanha as redes sociais⁵, adotando a *hashtag* #SouBibliotecaEscolar, Figura 3.

Figura 3 – Hashtag da campanha



Fonte: CRB 11 (2022).

⁵ A página do Instagram do CFB (@cfb_biblioteconomia), foi um meio de divulgação bastante utilizado. Fazendo uso de mensagens gravadas em vídeos curtos, protagonizados por atores conhecidos nacionalmente, professores universitários, escritores, deputados federais e senadores, representantes religiosos, entre outros, o Sistema CFB/CRB fez o convite para sociedade, para o engajamento na luta em prol das bibliotecas escolares e a efetivação da lei. Além disso, foram confeccionadas camisetas e adesivos com a *Hashtag* da campanha.

Outra ação notável para divulgar a campanha foi a elaboração da cartilha “A biblioteca escolar”, publicada em 2023, por iniciativa do CRB-6 (Estado de Minas Gerais e Espírito Santo) com contribuição do CRB-14 (Estado de Santa Catarina). A cartilha tem como finalidade orientar os gestores de escolas públicas ou privadas sobre a lei. O conteúdo está organizado de forma a expressar precisamente, os conceitos de BE, definição das atribuições do bibliotecário, as legislações específicas, instrumentos normativos e as possíveis fontes de recursos orçamentários para as bibliotecas da rede pública.

Ainda na perspectiva de congregar os setores da sociedade civil para a promoção de debates com o poder público executivo, intencionando refletir sobre possíveis meios que garantirão o cumprimento da lei, os estados da Bahia (CRB-5), São Paulo (CRB-8) e Santa Catarina (CRB-14), organizaram audiências públicas. O debate público também ocorreu na Câmara dos Deputados em Brasília, em novembro de 2022, momento que reuniu representantes de todas as jurisdições.

Nessas audiências são apresentadas alternativas potenciais, fundamentadas na legislação vigente, no histórico das políticas públicas, nos resultados de pesquisas e nas experiências de diversos estados e municípios partícipes. Nesse sentido uma série de propostas são consideradas como encaminhamentos, se configurando em ações que podem trazer resultados satisfatórios. Dentre as proposições destacam-se algumas:

- Inserir os CRBs nos debates dos conselhos estaduais de educação;
- Instituir um fórum permanente para debater a biblioteca escolar;
- Cobrar a efetivação da participação do professor na gestão do acervo, conforme preconiza o Plano Nacional do Livro Didático (PNDL);
- Retomada do Programa Nacional Biblioteca na Escola (PNBE), incluindo na política a estrutura física da biblioteca⁶;
- Criação e regulamentação cargo de técnico em biblioteconomia;
- Reorganização do currículo universitário para a formação e preparação profissional do bibliotecário com perfil para a atuação em BE;
- Definição de rubrica orçamentária específica para as bibliotecas, definindo a responsabilidade do governo federal e a contrapartida dos governos locais.

⁶ O Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), foi desenvolvido em 1997, com o objetivo de promover o acesso à cultura e o incentivo à leitura nos alunos e professores por meio da distribuição de acervos de obras de literatura, de pesquisa e de referência. Foi extinto em 2017.

A elaboração de diretrizes para a construção de um sistema de redes de bibliotecas estaduais, respeitando as perspectivas socioeconômicas e políticas de cada estado também foi mencionada em mais de uma audiência. Os proponentes reforçam que essa é uma forma de otimizar recursos e infraestrutura, instaurando um trabalho cooperativo de modo que se tenha bibliotecas munidas de todos os recursos necessários para cumprirem seu papel.

4 GESTÃO DE BIBLIOTECAS ESCOLARES: UM OLHAR NECESSÁRIO

À medida em que áreas diferentes do globo são postas em interconexão umas com as outras, ondas de transformação social atingem virtualmente toda a superfície da terra e a natureza das instituições modernas.
(Anthony Giddens)

Acompanhar o fluxo das transformações sociais e as tendências ao longo da história é um movimento constante e necessário para as bibliotecas. Neste sentido, adequá-las ao contexto atual, mostra-se como um desafio. Portanto, é importante ter a clareza de que as bibliotecas, independentemente da tipologia, necessitam de um planejamento de gestão.

De acordo com Maciel e Mendonça (2006, p. 7), o gerenciamento de forma planejada, agrega qualidade aos serviços, além de possibilitar “[...] à biblioteca competir, com maior acerto, no ambiente de inovações e incertezas que caracterizam o período”. Diante disso, as autoras convidam-nos a pensar em “Bibliotecas como organizações”.

Para compreender tal proposição é preciso, primeiramente imergir em determinados conceitos cunhados no campo do conhecimento da Administração, definido por Marques e Oda (2012, p. 7) como:

[...] uma ciência social, que reúne teorias e técnicas para a gestão de recursos humanos, naturais, financeiros e informacionais. Tem por objetivo gerar riquezas e promover o desenvolvimento econômico e de bem-estar da sociedade. É uma ciência social aplicada porque estuda o comportamento da sociedade e dos indivíduos que a compõem, pesquisando e analisando como ela se organiza e atua no esforço de se desenvolver no aspecto socioeconômico.

Para Maximiano (2017, p. 6) a arte de administrar antecede a própria disciplina. Segundo ele, alguns autores acreditam que a administração é “[...] tão antiga quanto a humanidade”. Fato este, perfeitamente concebível, à medida que entende-se a administração como um processo fundamental em qualquer contexto de utilização de recursos. Com base nisso, este mesmo autor afirma que a razão primordial para o constante estudo e o aprimoramento dos processos administrativos têm como objeto o impacto sobre o desempenho das organizações.

Maximiano (2017, p. 6-7) define organização como “um sistema de recursos que procura realizar algum tipo de objetivo (ou conjunto de objetivos)”. Esse sistema opera no esforço de transformar os recursos em produtos e/ou serviços. Já a administração é estabelecida como “[...] o processo de tomar decisões que faz as organizações serem capazes de utilizar

corretamente seus recursos e atingir seus objetivos”. O conceito pode ser visualizado na Figura 4.

Figura 4 – Sistema para organização



Fonte: Maximiano (2015, p. 4).

Ao considerar a proposta de Maciel e Mendonça (2006) de visualizar as bibliotecas como organizações, importa, antes de prosseguir com a reflexão, mencionar que se adota nesta pesquisa as definições mencionadas por Maximiano (2017), como conceitos norteadores da discussão que se pretende discorrer para conduzir esta proposta ao seu objetivo central.

Estabelecida a fundamentação conceitual dos termos organizações e administração, cabe ainda mencionar que do ponto de vista sociológico, Chiavenato (2014, p. 2), elucida que vivemos em uma sociedade composta por organizações, sejam estas com fins lucrativos ou não. “Todas as atividades relacionadas à produção de bens (produtos) ou prestação de serviços (atividades especializadas) são planejadas, coordenadas, dirigidas, executadas e controladas pelas organizações”. Dito isso, ele assevera, “[...] a vida das pessoas depende intimamente das organizações e essas dependem da atividade e do trabalho daquelas”.

Planejar as atividades das organizações para que estas alcancem êxito dentro do seu propósito é o papel da administração. Logo, combinar estratégias, dirimir recursos, definir sua aplicação, solucionar problemas e pensar em como gerir os processos de inovação além de mantê-las competitivas no mercado, são suas principais funções (CHIAVENATO, 2014). Com efeito, um paralelo entre o papel desempenhado pela administração e as mudanças socioeconômicas e culturais, converge no sentido de renovação e aperfeiçoamento dos modelos organizacionais existentes, a fim de corresponder ao cenário econômico desenhado a cada período da história.

O cientista social Manuel Castells (2002), ao analisar a sociedade contemporânea do século XXI, examina as transformações econômicas da chamada Era da Informação, que tem como base material para seu desenvolvimento o emprego da informação. Na sua obra *Sociedade*

em rede, o autor discorre sobre a formação de redes como uma estratégia organizacional frente à economia global. Segundo ele, a formação de redes é importante para a concorrência econômica das organizações.

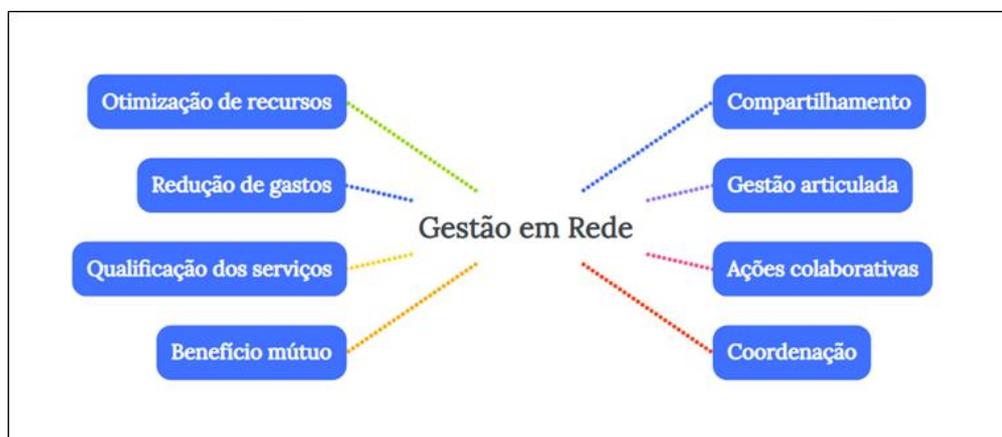
Giddens (2005, p. 299) observa que grande parte das organizações deixaram de funcionar de forma isolada e independente e aderem o formato de redes ao “[...] descobrirem que suas operações funcionam melhor quando estão ligadas a uma rede de relações complexas com outras organizações e empresas”.

Limas (2015, p. 22) infere que “em um contexto globalizado e em um cenário de maior complexidade, as organizações perceberam que, sozinhas, não são capazes de satisfazer a todas as demandas a elas impostas”. Pode-se dizer que daqui resulta, a tendência universal de adotar o compartilhamento de recursos potenciais como estratégia para vitalidade das organizações.

Logo, ao situar as bibliotecas como organizações é compreensível que tenhamos que pensar em modelos de gestão que nos permitam acompanhar as tendências que emergem em decorrência dessa dinâmica. Pois, como sugerem Lanzi, Vidotti e Ferneda (2013, p. 17) “é preciso atender a essas demandas, abandonar os antigos padrões e modelos de gestão ultrapassados. A biblioteca deve caminhar lado a lado com as transformações que acontecem no mundo”.

Dessa forma, a gestão destes espaços sob a perspectiva de rede pode ser uma alternativa, face às demandas apresentadas no novo cenário se estabelecendo como um plano estratégico promissor. Isso porque, esta forma de gestão proporciona um maior aproveitamento de recursos, à medida que estes são compartilhados, sanando ou diminuindo significativamente a escassez. Os potenciais benefícios, podem ser observados na Figura 5.

Figura 5 – Benefícios do modelo de gestão em rede



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Segundo Carvalho (2017, p. 184), as vantagens da atuação das bibliotecas, integradas em rede, estão diretamente relacionadas:

[...] ao poder do grupo para a compra compartilhada, ao desenvolvimento da coleção de recursos impressos e eletrônicos, ao compartilhamento por meio da circulação direta ao usuário final ou do empréstimo entre bibliotecas, ao acesso a recursos eletrônicos, ao compartilhamento de sistemas, e ao desenvolvimento profissional.

A dinamização da rede é feita por um grupo de trabalho com objetivos e metas em comum, o que resulta em otimização nos processos de organizar e disseminar a informação. (CASTRO FILHO, 2018). Portanto, a operacionalização da rede não foge ao padrão do sistema educacional, que depende para seu sucesso, da formação de uma equipe multidisciplinar. Ao adotar o modelo de gestão em rede para BE, reformulações são necessárias. Neste aspecto, a inclusão do bibliotecário no quadro dos servidores da escola é fundamental.

De acordo com Barbosa (2021), duas dimensões devem ser consideradas ao planejar a implementação de uma rede de BE: a organizacional e pedagógica. Para isso demanda a compreensão de dois importantes pressupostos. O primeiro é que as bibliotecas são estruturas que possuem, inerente a sua existência “[...] mecanismos de integração formal dessa estrutura com a instituição que a sustenta.” (MACIEL, MENDONÇA, 2006, p. 8). O segundo, consiste no entendimento de que os resultados pretendidos são pautados de acordo com “[...] a finalidade interna e externas pela qual a biblioteca existe” (DZIEKANIAK, 2009, p, 38), orientados pela razão de ser, missão e valores da instituição a qual está vinculada.

Dentro dessa mesma perspectiva, Castro Filho (2018, p. 224), define a política de atuação de rede como “um equipamento organizacional, pedagógico, social e educativo, na integração curricular com objetivos comuns no percurso dos professores e alunos.” Portanto, pensar na implementação de uma política de rede de BE, remete-nos à necessidade subjacente de sensibilização do poder executivo, na figura das secretarias de educação. Assim como, na mesma proporção, para o desenvolvimento e sucesso da rede torna-se substancial, mobilizar toda a comunidade escolar e seu entorno.

4.3 REDES DE BIBLIOTECAS ESCOLARES

No Brasil, o modelo de rede é amplamente adotado entre as bibliotecas universitárias e públicas como forma de organização institucional, no entanto, essa configuração no contexto da biblioteca escolar é recente. Em uma pesquisa realizada por Limas e Campello (2017), com

o objetivo de compreender o funcionamento de redes de bibliotecas escolares sob aspectos estratégicos, foi verificado que somente em meados da década de 1990 que as redes começaram a surgir.

Neste período o sistema de ensino brasileiro passava por transformações com vistas à democratização e qualificação da educação pública. Houve o surgimento de redes como uma tendência, “tendo como um dos pontos centrais a possibilidade de serem alternativa para superar a infraestrutura precária das bibliotecas escolares.” (LIMAS; CAMPELLO, 2017, p. 29).

No entanto, cabe destacar que em data anterior à mencionada pelos autores supracitados, Pimentel (1977, p. 694), já havia explorado a viabilidade para criação de uma rede de bibliotecas escolares para o estado de Pernambuco. A motivação foi o cenário socioeconômico da região do Nordeste, que neste período “[...] progredia lentamente sofrendo um processo contínuo de empobrecimento”, em decorrência, a educação também era precária. O governo federal, criou programas de investimentos, no intento de promover o desenvolvimento econômico e social da região, contudo, “a educação permaneceu desnivelada a comparar com outras partes do país.”

Pimentel (1977), defendeu a educação como um fator primordial para o desenvolvimento social e para a evolução cultural, o que resulta em uma condição de vida plena, abarcando todas as necessidades humanas. Para ela, neste aspecto, o contexto vivido pelo estado era de descaso, o ensino básico era deficiente, a começar pelo número de escolas e professores que eram insuficientes para a demanda. As bibliotecas das escolas estaduais, quando existiam, sofriam de carências de recursos básicos, não eram organizadas e não havia bibliotecário para fazer a gestão. Já as escolas municipais, não possuíam bibliotecas.

Com base nisso, Pimentel (1997), apresenta um programa para a criação e instalação de bibliotecas nas escolas para atender os estudantes da capital e do interior. As diretrizes do programa incluíam a criação de um órgão central, vinculado à Secretaria de Educação do Estado, com uma equipe de bibliotecários para coordenar todas as atividades relacionadas às bibliotecas da rede. Ao considerar o possível impacto do programa, Pimentel (1977, p. 703), assevera “as bibliotecas a serem criadas, embora pequenas, poderão tornar-se uma fonte de crescimento regional aumentando as possibilidades educativas das pessoas a serem servidas e consequentemente, a melhoria dos seus níveis de vida.”

A disparidade regional manifestada no trabalho de Pimentel (1977), também é mencionada nos estudos de Limas e Campello (2017, p. 23). Para os autores, este é um possível fator que dificulta a criação de uma rede nacional de bibliotecas escolares.

No Brasil, as dificuldades para se implementar uma rede de alcance nacional seriam maiores, dadas as dimensões do país e diferenças regionais e locais. Desta forma, as redes vêm se organizando em âmbito local, nos municípios ou em sistemas particulares de ensino.

O espaço de tempo de um estudo e outro é de quarenta anos. Houve neste ínterim ações do governo federal, voltadas para a leitura e o livro e a institucionalização da biblioteca escolar, com a aprovação da Lei 12.244 (BRASIL, 2010), contudo, há um descompasso ou incompletude nessas medidas, tornando-as insuficientes para transformar o cenário da BE, que permanecem precárias e até mesmo inexistentes em muitas escolas públicas até os dias atuais.

Diante desse contexto, mostra-se oportuna a análise sugestiva de alguns estudos, como o de Castro Filho (2018, p. 74), quanto a criação de redes de bibliotecas escolares no âmbito municipal, partindo do entendimento que este movimento “[...] poderá constituir uma das medidas da política educativa municipal, prezando por uma remediação frente ao que é proposto pela Lei 12.244/10, já que não há vestígios do seu cumprimento [...]”. Já nos estudos de Sena (2021), que buscou diagnosticar as escolas de responsabilidade do governo do Estado de Santa Catarina, a inferência é de que a formação de uma rede estadual, seria o caminho para a universalização das bibliotecas nas escolas.

É fato que as poucas redes de BE existentes no Brasil, são frutos de iniciativa de governos locais ou de instituições privadas, visto que, não há um planejamento a nível nacional. O contato com os resultados de pesquisas publicadas, nos permite conhecer redes de BE existentes no âmbito nacional e internacional, sendo elas de abrangência geográfica variada, operando em nível nacional, estadual e municipal. O número de escolas atendidas e a forma de cooperação entre as bibliotecas também varia, dada a realidade local. No panorama nacional, temos como destaque os seguintes modelos de redes:

➤ Rede de Biblioteca Escolar Municipal de Vitória/Espírito Santo (ES)

Essa rede é descrita por Nader (2014), como uma referência para o país no que tange a serviços prestados por BE. A capital do Espírito Santo, foi o primeiro município, que se tem registro, quanto a atuação de bibliotecários. Atualmente, cada uma das 52 unidades de ensino tem um bibliotecário atuando. De acordo com Limas (2015), a rede teve origem em 1997, ano em que o governo municipal lançou o Projeto de Revitalização dos Espaços Escolares da Prefeitura de Vitória.

A intenção com o projeto era tornar os espaços agradáveis, mais atrativos e alegres para os alunos. A biblioteca, então ganha visibilidade, pois, era neste espaço que ocorriam as atividades culturais, contribuindo significativamente para as representações lúdicas e um

ambiente altamente atrativo para as crianças. Professores de diversas áreas e bibliotecários, apresentavam as mais diversas propostas para dar corpo ao projeto.

Atualmente, o trabalho realizado pelos bibliotecários das unidades é acompanhado pela Coordenação de Biblioteca Escolar, vinculada à Secretaria Municipal de Educação através da Subsecretaria de Gestão Pedagógica. “As bibliotecas das unidades de ensino do município de Vitória têm por objetivo estimular nos alunos o prazer pela leitura, motivando-os para a frequência e utilização dos serviços da biblioteca física e virtual ao longo da vida.” (SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE VITÓRIA, 2022, *online*).

O sistema de ensino municipal atende em média 26.938 alunos do ensino fundamental (QEdU, 2022). Os projetos de incentivo à leitura são registrados no *site* da Secretaria. Percebe-se que há um trabalho que ocorre de forma conjunta e contínua. As ações neste sentido são as mais diversas e abrangem todas as áreas do conhecimento. Em 2021, momento em que as aulas presenciais estavam suspensas em função da pandemia causada pelo COVID-19, foi criada a Biblioteca Virtual. O objetivo do grupo de bibliotecários que idealizou o projeto foi proporcionar uma forma de manter o vínculo dos alunos com a biblioteca da escola.

➤ Rede de Biblioteca Escolar de Belo Horizonte/Minas Gerais (MG)

Teve origem em 1997 com o projeto que revitalizou as bibliotecas das escolas da rede municipal de ensino, com o intuito de torná-las espaços privilegiados para incentivar o gosto pela leitura, a realização de atividades de pesquisa e suprir demandas de informação da comunidade escolar. Assim, a biblioteca foi integrada ao trabalho pedagógico desenvolvido na sala de aula, ganhando notoriedade pela comunidade escolar. Em 2019, cria-se a Rede Municipal de Bibliotecas Escolares de Belo Horizonte (RMBE), com objetivo de aprimoramento e padronização técnica das bibliotecas, incluindo para isso, a capacitação dos profissionais que atuam nesse setor. (PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE, 2022, *online*).

Constituem a rede, o Centro de Referência de Bibliotecas Escolares (CRBE) e 191 escolas que compõem a Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte (RME/BH). A rede de BE está estruturada com 37 Bibliotecas-Pólo, onde atua um bibliotecário, que é o responsável técnico por mais cinco bibliotecas situadas na mesma região. O quadro de servidores é composto por 37 bibliotecários e 423 auxiliares de biblioteca. Há um projeto que prevê a contratação de bibliotecários, para a lotação em cada uma das bibliotecas.

A rede de bibliotecas tem a promoção da leitura e a formação de leitores como base para toda a ação desenvolvida. A apropriação da leitura, em suas mais variadas formas de

manifestação, perpassa por todas as atividades propostas no currículo escolar e, dessa forma, toda a comunidade escolar é envolvida neste processo. O trabalho é realizado de forma integrada com professores de todas as disciplinas e com as equipes das bibliotecas.

A rede possui um sistema de gestão de acervos automatizado, o que otimiza o compartilhamento do acervo entre as bibliotecas da rede, padronizando o tratamento técnico das informações. Neste sentido houve a valorização do acervo, proporcionando melhores condições para os usuários do serviço de empréstimos. (PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE, 2022, *online*).

➤ Rede de Biblioteca Escolar do Município de Florianópolis/Santa Catarina (SC)

A instalação de bibliotecas nas escolas do sistema municipal de ensino de Florianópolis foi proposta pelo então secretário de educação municipal em 1984. No ano de 1988 é criada a Divisão de Bibliotecas Escolares e Comunitárias. Inicialmente contava com 28 escolas. Atualmente a rede é coordenada pelo Departamento de Bibliotecas Escolares e Comunitárias (DEBEC).

É responsabilidade do DEBEC assessorar as ações desenvolvidas pelas bibliotecas da rede além de gerenciar a aquisição de acervo, mobiliário e equipamento para suprir as bibliotecas e as salas de leitura. A rede é composta por 29 bibliotecas, sendo uma biblioteca situada no Centro de Educação Continuada, uma no Polo de Educação de Jovens e Adultos (EJA) e 27 nas escolas de ensino fundamental. Atuam 30 bibliotecários para a dinamização da rede. (SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE FLORIANÓPOLIS, 2022, *online*).

Essas redes de BE, são alguns exemplos de redes consolidadas, desenvolvidas no âmbito das políticas públicas municipais. A seguir, exemplos de experiências vividas por outros países:

➤ Sistema de Bibliotecas da Costa Rica

A decisão do Ministério de Educação Pública em organizar o Sistema de BE foi motivada pela necessidade de acompanhar as tendências educacionais que passavam por transformações e exigiam novos métodos. De acordo com Ocampo (1979, p. 105, tradução nossa), as principais considerações para esta decisão foram:

1. A situação de cada biblioteca e seu ambiente, em termos de aspectos físicos, geográficos, socioeconômicos, técnicos e outros.
2. As funções da biblioteca escolar atual e futura como uma sequência da interação de ações e reações impostas pelo equilíbrio dinâmico, ambiente-biblioteca, é o que se traduz em decisões políticas e estratégicas sobre a aplicação de meios e recursos.

3. O fato de considerar todo o conjunto de bibliotecas escolares interligadas através de um órgão central com o objetivo de alcançar um objetivo comum e cuja principal atração é que sua utilidade ou poder é maior do que a de seus componentes individuais somados.

4. As pessoas que trabalham nas bibliotecas escolares têm sido consideradas como o elemento-chave, pois as interações que são obtidas são uma consequência das relações interpessoais.

Destacam-se como as principais contribuições do Sistema, a criação de uma política geral definindo o novo conceito de BE, a ser institucionalizado, treinamentos e cursos para os professores que atuam como bibliotecários, oferecidos pela parceria feita com o departamento de tecnologia da biblioteca da Universidade da Costa Rica e ampliação e atualização do acervo de todas as escolas que integram o sistema. A Organização dos Estados Americanos (OEA), contribuíram tecnicamente e financeiramente com o projeto.

➤ Rede de Biblioteca Escolar de Donauwoerthian (Baviera)

Na Alemanha, não há um Programa para Bibliotecas Escolares e nem a obrigatoriedade de uma biblioteca no contexto escolar. De acordo com Lammers-Harlander (2017), não há diretrizes quanto a necessidade e propósito das BE, assim, quando a gestão imediata de uma escola decide por instalar uma unidade, a ação tem um caráter local. Isso significa que cada escola estabelece a própria estratégia de administração e atuação pedagógica da BE.

Segundo os números relatados por Lammers-Harlander (2017, p. 16, tradução nossa), “das 43.000 escolas gerais e 9.000 vocacionais, estima-se que pouco mais de 15% possuem bibliotecas.” Algumas dessas bibliotecas carecem de recursos e apresentam infraestruturas inadequadas. Em muitas escolas, as bibliotecas dependem, para o seu funcionamento, do trabalho voluntário desempenhado por professores e pais de alunos. A falta de competências financeiras e jurídicas, e de estruturas organizacionais vinculadas nas esferas federal, estadual e municipal, são apontadas por Lammers-Harlander (2017) como a principal causa para esta situação.

Neste contexto, ao reconhecer a escassez de recursos, duas escolas da cidade de Donauwoerthia e mais a biblioteca pública, formaram uma aliança estratégica para readequar as bibliotecas escolares. A proposta foi implementar uma rede norteada pelos padrões estabelecidos pelo Manifesto para Biblioteca Escolar da IFLA. As duas BE formalizaram com a biblioteca pública um contrato de apoio e passam a ser consideradas extensões da mesma. Em função disso, os recursos também passam a ser compartilhados.

Em 2012, cria-se a Rede de Mídia e Educação, que possibilita as BE utilizar os equipamentos de mídia disponíveis pela biblioteca pública, que através de um serviço interno, são transportados de uma biblioteca para outra. Além disso, a biblioteca pública proporciona treinamento e formação continuada para os funcionários das BE, e quando necessário, as equipes das bibliotecas apoiam-se mutuamente.

A parceria formada entre as instituições foi o que deu condições para que as bibliotecas das escolas se transformassem em verdadeiras ferramentas de fomento à leitura, à prática da pesquisa, e torna-se uma referência em fonte de informação para toda comunidade escolar. O trabalho de cooperação entre as bibliotecas foi reconhecido, alcançando excelente reputação, sendo, inclusive, premiado com o selo de Qualidade Bávaro – “Bibliotheken Partner der Schulen” (Bibliotecas Parceiras de Escolas).

➤ Rede de Bibliotecas Escolares de Portugal

O Programa de Rede de Biblioteca Escolar de Portugal (PRBE) é uma referência da atuação em nível nacional. A ideia da rede surgiu em 1995, por iniciativa conjunta do Ministério de Educação e do Ministério da Cultura. Buscava-se uma alternativa para sanar a insuficiência do hábito de leitura da população portuguesa. O objetivo era instituir uma política de promoção ao uso do livro e o incentivo à leitura no método de ensino em todos os níveis de formação. Cria-se então um grupo de trabalho incumbido de realizar um diagnóstico da BE e a partir daí estabelecer um planejamento para a ação.

O lançamento do Programa ocorre no ano seguinte, com a proposta de implementar e desenvolver as bibliotecas das escolas públicas com os recursos necessários para torná-las eficientes ao acesso à informação e à formação de leitores. Para execução e desenvolvimento do projeto, foi instaurado o Gabinete de Rede de Bibliotecas Escolares.

Em 2001 com a intenção de expandir o projeto, há necessidade de ampliação do grupo de trabalho, bem como a reorganização dentro do Ministério, motivado pela revisão curricular do ensino básico que tramitava na ocasião. O gabinete passa a ser denominado Gabinete Coordenador da Rede de Bibliotecas Escolares, e mantém-se integrado aos Ministérios de Educação e Cultura, e seu funcionamento alinhado com o Instituto de Inovação Educacional António Aurélio da Costa Ferreira.

A preocupação era que o Gabinete desse continuidade no trabalho desenvolvido, priorizando a consolidação da rede, alargando o número de BE, entendida como um recurso indispensável para contribuição com o novo plano curricular aprovado para entrar em vigência nos anos subsequentes (2002-2003).

Através de um trabalho sistemático e colaborativo, incorporando nesta tarefa as Direções Regionais de Educação a rede se consolidou ao longo de sua trajetória, atualmente 2.426 bibliotecas compõem o PRBE com a atuação de 1301 professores bibliotecários⁷. (REDE DE BIBLIOTECAS ESCOLARES, 2022, *online*). Houve um salto qualitativo em termos de recursos e principalmente uma conscientização sobre o papel da biblioteca para a formação dos alunos. De acordo com a missão:

O Programa RBE cria condições para que todas as comunidades educativas tenham excelentes bibliotecas escolares, que respondam de forma eficaz e inovadora aos desafios colocados à educação e à escola, garantindo a todos, e com todos, ambientes de informação e conhecimento, conducentes ao desenvolvimento dos saberes e competências indispensáveis numa sociedade cada vez mais dinâmica, imprevisível, digital e global. (REDE DE BIBLIOTECAS ESCOLARES, 2022, *online*).

A missão está pautada na excelência e na equidade, alinhado com a estratégia nacional de uma educação para a cidadania.

Diante do contexto local e internacional, percebe-se que tanto a estratégia de gestão, quanto a atuação nessa configuração em rede se mostra satisfatória. Destacam-se como fatores condicionantes que tornam essas redes um modelo de boas práticas, o comprometimento da gestão imediata, o investimento de recursos pelo poder público, a integração da biblioteca na proposta pedagógica curricular e um grupo de trabalho multidisciplinar com profissionais especializados.

A criação de redes locais, pode ser um ideal, ao passo que, transforma um cenário de abandono e obsolescência, ressignificando o papel da biblioteca escolar como um espaço de formação, conforme observado nos históricos das redes de Vitória/ES, Belo Horizonte/MG e Florianópolis/SC, onde as bibliotecas foram incluídas no planejamento pedagógico curricular das escolas. E cabe destacar, que isso só foi possível à medida que foram projetos contemplados pelas políticas públicas educacionais municipais.

O relato de Lammers-Harlander (2017), também elucida uma real transformação nesse sentido, apontando que as BE que aderiram à rede, ampliaram seus espaços físicos, tornando-os agradáveis, incorporando diversificados meios de comunicação e informação, além de contar

⁷ A figura do professor bibliotecário foi criada pela Portaria nº 756/2009 de 14 de Julho. Art. 2º Designação de professores bibliotecários - Em cada agrupamento ou escola não agrupada deve ser designado para o exercício da função de professor bibliotecário um ou mais docentes, independentemente do nível de ensino ou da categoria a que pertençam, tendo em conta a tabela constante do anexo I da presente portaria. Disponível em: <https://dre.tretas.org/dre/256838/portaria-756-2009-de-14-de-julho>.

com suporte técnico especializado. Essas alterações foram decisivas para que a BE fosse vista como um equipamento fundamental no processo de ensino e aprendizagem, e que passou a fazer parte da vida dos alunos e professores.

O Programa de Redes de Bibliotecas Escolares de Portugal, de atuação nacional, mostra, sobretudo, que é possível alterar um cenário desfavorável há muito estabelecido, quando essa alteração se torna de fato, uma prioridade na agenda das lideranças de uma nação. É, portanto, uma constatação com base prática, à questão já posta por outros estudiosos da temática BE, quanto a necessidade irrefutável de um pacto nacional consistente de políticas públicas educacionais, comprometidas em primazia pela qualidade da educação pública.

As considerações baseadas nas redes aferidas são fundamentalmente pertinentes quando se problematiza a situação da BE. São experiências transformadoras, oriundas de uma mesma estratégia (gestão em rede) adotada em contexto socioeconômico e cultural diferente, mas que sob uma perspectiva analítica, apresentam resultados semelhantes de melhorias significativas.

4.4 CONTRIBUIÇÕES DA GESTÃO EM REDES PARA A BIBLIOTECA ESCOLAR: O QUE DIZEM AS PESQUISAS

Com o objetivo de explorar a contribuição da gestão em rede para a BE, fez-se uma busca do que vem sendo produzido e discutido sobre a temática no âmbito acadêmico. Para isso foi realizado um mapeamento dos trabalhos desenvolvidos nas áreas da Biblioteconomia e Ciência da Informação, abrangendo pesquisas publicadas em teses, dissertações, artigos, relatórios e livros que tratam especificamente da gestão de bibliotecas escolares na modalidade rede.

O levantamento bibliográfico foi realizado em dezembro de 2022, elencou-se como fontes de pesquisa a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (BDTD/IBICT), a Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI), o Portal de Periódicos do Centro de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Para definir as expressões de busca foram consideradas as formas variantes do conceito de rede de bibliotecas escolares encontrados na literatura, conforme alertado por Limas e Campelo (2017) e Barbosa (2021). Assim, as nomenclaturas “sistemas de biblioteca” e “programa de bibliotecas”, foram incluídas no levantamento. As expressões foram formuladas entre aspas, recurso utilizado quando se trata de um termo composto, a fim de alcançar documentos que correspondam especificamente ao assunto desejado. Também foram aplicados

os termos correspondentes no idioma inglês e espanhol. Não houve recorte temporal. As expressões utilizadas estão descritas no Quadro 4.

Quadro 4 – Expressões para a busca

Português	Inglês	Espanhol
“Rede de biblioteca escolar”	“School library network”	“Red de bibliotecas escolares”
“Biblioteca escolar e rede”	“School library and network”	“Biblioteca escolar y red”
"Sistema de biblioteca escolar"	“School library system”	“Sistema de biblioteca escolar”
“Programa de biblioteca escolar”	“School library program”	“Programa biblioteca escolar”

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Como resultado da busca obteve-se a soma de 1.226 documentos recuperados, sendo este um número expressivo para explorar a contribuição da gestão em redes, detalhadas nos estudos, estabelecido como objetivo específico desta proposta. Deste modo foi necessária a aplicação dos filtros de forma a separar documentos trazidos como relevantes dos documentos selecionados. A seleção dos documentos se deu conforme os recursos disponíveis em cada uma das bases. Além disso, foi preciso estabelecer os critérios para exclusão e seleção da amostra de documentos que contribuem de alguma forma para o entendimento da gestão em redes de BE.

Tabela 1 – Resultados de busca

Base	Documentos recuperados	Documentos relevantes	Documentos selecionados
BDTD	95	12	2
BRAPCI	348	50	10
CAPES	783	136	48
TOTAL	1226	198	60

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Critérios para exclusão

Frente ao total de documentos recuperados, o primeiro filtro adotado foi a seleção por assunto, recurso disponibilizado por algumas bases de dados e que permite direcionar ainda

mais os resultados para especificidade do tema reduzindo a revocação. Como resultado obteve-se um conjunto de documentos que são representados na Tabela 1 como documentos relevantes, que se configuram como um resultado parcial.

A segunda etapa foi a leitura dos títulos e palavras-chave destes itens, neste processo foram excluídos aqueles que não traziam nenhum elemento que possibilitasse fazer uma relação entre biblioteca escolar e rede, programa ou sistema, além da eliminação dos títulos duplicados. Após a leitura, os documentos selecionados como relevantes foram exportados para uma planilha *Microsoft Excel* para controle dos dados.

O processo acima detalhado foi repetido na BDTD e CAPES. Já a BRAPCI não possui recurso para filtrar por assunto, contudo, por se tratar de uma base bem específica, a revocação apresentada foi moderada, o que possibilitou a leitura de todos os títulos logo que foram recuperados. Com os documentos relevantes sistematizados na planilha, fez-se a leitura dos resumos. Esta prática foi adotada como estratégia de exclusão porque os resumos permitem identificar além do tema, os objetivos, metodologia e resultados finais.

Obteve-se por fim, um conjunto de 60 documentos que engloba artigos, relatórios, dissertações e teses que abordam o tema “rede de bibliotecas escolares” e estão representados na Tabela 1 como documentos selecionados.

Critérios para seleção

Para compor o *corpus* de análise foram elencados os relatos de pesquisas que tiveram como objeto de investigação a gestão de bibliotecas escolares sob a perspectiva de redes no panorama da educação pública e que foram publicadas na íntegra. Desta forma 14 artigos (Quadro 5), que compreendem o período de 1977 a 2021, 3 dissertações e uma tese (Quadro 6) compõem uma amostra a ser estudada de forma a subsidiar cientificamente o tema dando credibilidade à proposta apresentada na introdução desta dissertação.

Quadro 5 – Artigos selecionados

Título	Autor	Periódico	Ano
Programa para criação e instalação de bibliotecas escolares na rede de ensino oficial.	PIMENTEL, Cléa Dubeux Pinto	Revista de Biblioteconomia de Brasília	1977
Sistema de bibliotecas escolares de Costa Rica.	OCAMPO, Elia María Vam Patten de	Revista Interamericana de Bibliotecología	1979
Reflexiones sobre calidad en el sistema de	RODRÍGUEZ, Gilberto Méndez	E-Ciências de la Información	2011

bibliotecas escolares de Costa Rica.			
As competências do bibliotecário na educação básica: reflexões de rede.	GARCEZ, Eliane Fioravante	Perspectivas em Ciência da Informação	2014
Biblioteca escolar na Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte: avanços e possibilidades.	BARROS, Leila; PAULA, Carolina Teixeira de	Educação em Foco	2016
Rede de Bibliotecas Escolares: uma proposta ao sistema educacional municipal de Ribeirão Preto (SP).	CAMILLO, Everton da Silva; CASTRO FILHO, Cláudio Marcondes de	Biblionline	2016
Um projeto de rede de bibliotecas para as escolas públicas estaduais de Santa Catarina, Brasil: relato de experiência.	GARCEZ, Eliane Fioravante; EGGERT-STEINDEL, Gisela; PEREIRA, José Paulo Speck	Perspectivas em Ciência da Informação	2016
Boas práticas do gerenciamento das bibliotecas escolares da rede municipal de ensino de Vila Velha.	BARBOSA, Eliana Terra	Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação	2017
Redes de bibliotecas escolares no Brasil: estudos de caso em sistemas municipais de ensino.	LIMAS, R. F. de, & CAMPELLO, B. S.	Biblioteca Escolar em Revista	2017
Rede de Bibliotecas Escolares em Portugal: um programa modelo.	CASTRO FILHO, Cláudio Marcondes de	Informação & Sociedade	2018
Rede de bibliotecas escolares: discursos sobre a importância da manutenção de recurso.	CAMILLO, Everton da Silva; JESUS, Miriam Fernandes; CASTRO FILHO, Cláudio Marcondes de	Páginas a&b	2019
Redes de Bibliotecas Escolares Brasileiras: contribuições no processo educativo.	BARBOSA, Eliana Terra; PEREIRA, Gleice	Páginas a&b	2020
As competências do Bibliotecário em uma Rede de Bibliotecas Escolares para o Estado de Santa Catarina, Brasil.	FIORAVANTE, Eliane; CUNHA, Miriam Figueiredo Vieira da	Informação & Sociedade	2020

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

Dentre as abordagens presentes nestes artigos, encontram-se propostas para a criação de redes de BE nos estudos de Pimentel (1977), Garcez (2014), Camilo e Castro Filho (2016), e Garcez *et al.* (2016). Já as pesquisas de Ocampo (1979), Barros e Paula (2016), Limas e Campello (2017), Barbosa (2017), Castro Filho (2018), Camilo, Jesus e Castro (2019) e Barbosa e Pereira (2020), trazem como foco a avaliação de programas existentes e as vantagens e os desafios da atuação na modalidade de rede.

Os estudos de Rodriguez (2011) e Fioravante (2020), têm como objetivo fazer uma reflexão acerca das competências e da formação profissional dos bibliotecários que atuam no âmbito da educação básica e que fazem parte das equipes pedagógicas das redes e sistemas de BE. Contudo, importa esclarecer que discussões sobre a importância e as contribuições do bibliotecário no contexto da educação básica, perpassam por todos os artigos.

De acordo com os resultados obtidos na revisão bibliográfica, o primeiro artigo publicado a discorrer sobre atuação de BE em redes no Brasil, é da autora Pimentel (1977). Nesta publicação a então Chefe do Departamento de Biblioteconomia da Universidade de Pernambuco, levanta dados descrevendo o panorama da educação e detalha a situação das BE do estado de Pernambuco e em seguida apresenta uma proposta de criação de redes de BE, articulado com um Programa para criação de Bibliotecas Escolares coordenado pelo governo do estado.

Nesta proposta, Pimentel (1977) menciona também a necessidade da elaboração de um Plano Nacional de Bibliotecas Públicas e Escolares, como uma política de governo. O intento é que o programa estabeleça diretrizes a partir da ideia central de funcionamento da BE definida pelo Plano Nacional, que terá a incumbência de padronizar técnicas gerais e práticas possíveis de executar em todo território nacional. Na perspectiva da autora, ainda que dentro das condições díspares das regiões, uma melhoria progressiva nas bibliotecas das escolas e a consequente elevação dos níveis de qualidade da educação seriam possíveis dando maiores proporções às diretrizes do programa em um esforço contínuo de expansão.

Pimentel (1977) adverte que não há um modelo padrão a ser estabelecido e ressalta que as condições locais devem ser meticulosamente observadas para que o programa contribua de forma efetiva com tal realidade. Além disso, devem ser constantemente avaliados e transformados à proporção que, as condições do meio (econômico, social, cultural) exigirem mudanças. Por fim, ela sugere as medidas básicas para o desenvolvimento, funcionamento e avaliação do programa.

Na mesma perspectiva, o trabalho de Camilo e Castro Filho (2016), tem como objetivo elaborar um projeto piloto para propor a implementação de uma rede de bibliotecas escolares para o sistema educacional municipal de Ribeirão Preto (SP). Segundo os autores, pensar nas possibilidades de criação de redes de BE é coerente diante da realidade brasileira em que as bibliotecas das escolas se encontram em estado de precariedade ou inexistência.

Para Camilo e Castro Filho (2016), a rede deve se configurar num órgão ligado à secretaria municipal de educação, para centralizar serviços como aquisição e processos técnicos das coleções das bibliotecas interligadas, e para atividades de cunho cultural e educacional. Os

autores descrevem os serviços e as atividades culturais que podem ser oferecidos pela rede e por fim, destacam que a sensibilização do governo local e uma equipe de profissionais especializados e comprometidos é de fundamental importância para que o projeto se torne exequível.

Outra proposta de criação de redes de BE é apresentada por Garcez *et al.* (2016), em que se indica o percurso para implementação de uma rede de bibliotecas escolares para o estado de Santa Catarina. Neste trabalho é retomada a trajetória de esforços dos bibliotecários e dos órgãos de classe que lutam em prol da BE no estado. O projeto foi reformulado e apresentado para o poder executivo catarinense em 2013 e traz como destaque a formação de uma equipe de profissionais como fator fundamental para efetivação da rede, estabelecendo um quantitativo de 300 cargos de bibliotecários.

Pode-se dizer que uma rede estadual se caracteriza como uma rede de grande porte, no caso do estado de Santa Catarina, há 295 municípios e 1.112 escolas. De acordo com Garcez *et al.* (2016, p. 251), “pensar numa rede de bibliotecas nos obrigou a pensar numa rede de profissionais para fazê-la funcionar”. Vê-se novamente, a formação de um corpo profissional como fator decisivo. Neste sentido, a proposta especifica as atribuições do cargo de bibliotecário, que vão além da função técnica. Seguindo a abordagem da qualificação e atuação profissional, o artigo de Garcez (2014) tem o objetivo de discutir o papel do bibliotecário frente a dinamização dessa rede.

Uma das questões levantadas pela autora para nortear a importante reflexão é como fazer essa rede funcionar. A partir daí, Garcez (2014) define três níveis de competência bibliotecária para a dinamização da rede e a relaciona com a função a ser desempenhada em cada um dos cargos de bibliotecários: (1) Órgão central da Secretaria do Estado da Educação - responsáveis pela gestão. (2) Gerências regionais (36 sedes) - responsáveis pela gestão técnica. (3) Unidades escolares - função técnico-pedagógica.

Considerando a dificuldade do estado em contratar um bibliotecário para cada escola, Garcez *et al.* (2016) destacam que o projeto não prevê um bibliotecário em tempo integral para cada biblioteca, mas, vislumbram com esta proposição uma estratégia para atender as necessidades mais urgentes da rede estadual de ensino.

A pesquisa de Limas e Campello (2017) tem como finalidade analisar os aspectos estratégicos das redes de bibliotecas escolares dos municípios brasileiros. Os pesquisadores partem do pressuposto que a BE é um elemento estratégico para melhorar o nível educacional, pois tem forte impacto no processo do letramento e no desenvolvimento da competência informacional, potencializando o dinamismo do ensino e aprendizagem. Outro pressuposto

levantado nessa pesquisa é que a precarização destes espaços seja decorrência do trabalho isolado e da dissociação da BE com os órgãos gestores da educação.

Nesse estudo os autores buscaram identificar qual o diferencial alcançado pelas bibliotecas que são geridas na modalidade de redes. Para a escolha das redes investigadas definiram como critérios: o estágio de implementação, presença de bibliotecário na secretaria de educação para tratar das demandas das bibliotecas, existência de bibliotecário no quadro de funcionários da escola e o desenvolvimento de ações corporativas entre as bibliotecas da rede. As redes investigadas foram: Programa de Bibliotecas da Rede Municipal de Belo Horizonte (BH), Rede de bibliotecas da Prefeitura Municipal de Vitória (ES), Sistema Integrado de Bibliotecas do Município de São Carlos (SP).

Limas e Campello (2017, p. 40) concluem que mesmo com alguns desafios, a configuração em rede tende a fortalecer a BE, e chamam atenção para o que eles definiram como “movimento de setorização e profissionalização da biblioteca escolar”. Neste movimento, as secretarias de educação passam a pensar em departamentos ou coordenadorias para mediar as bibliotecas escolares enquanto setor. E neste sentido a BE passa a integrar a estrutura administrativa, ganhando visibilidade.

Como principais benefícios da organização em rede, os autores mencionam: infraestrutura e suporte comum a todas as bibliotecas, melhora no espaço/aspecto físico, acervo, organização, computadores e serviços. Por fim, destacam que a centralização da aquisição de materiais bibliográficos proporciona um melhor aproveitamento dos recursos, possibilitando o desenvolvimento de uma coleção de qualidade.

O estudo de Castro Filho (2018), tem como objetivo descrever os princípios, estrutura, ações e projetos e os padrões de qualidade do Programa de Redes de Bibliotecas Escolares de Portugal (PRBE). O propósito é incutir a reflexão sobre uma possível criação de um programa semelhante para o Brasil. Criado em meados de 1996 em uma força conjunta dos Ministérios de Educação e da Cultura, o PRBE teve como principal objetivo o provimento de bibliotecas em todas as escolas públicas do país.

O escopo do PRBE é alcançar bibliotecas excelentes com recursos informacionais diversificados para a promoção da leitura. Os projetos e ações são voltados para as questões educacionais, comunicacionais e sociais, portanto, são desenvolvidos compreendendo todas as áreas do conhecimento, contribuindo para o desenvolvimento intelectual da comunidade. Segundo Castro Filho (2018), novas atribuições estão sendo pensadas para o PRBE até 2027, com o intuito de estabelecer uma política integrada de promoção da leitura, escrita e das múltiplas competências em informação (cultural, científica e digital).

Em consonância com as propostas de redes de BE de Pimentel (1977), Camilo e Castro Filho (2016), Gracez *et al.* (2016), os recursos humanos, são apontados pelo autor como a parte mais nobre da escola. Castro Filho (2018) assevera que para o sucesso de um programa desse porte, como é o PRBE, em que os professores bibliotecários são responsáveis por articular as atividades desenvolvidas na biblioteca com o currículo escolar, uma equipe qualificada é essencial. Há uma regulamentação que garante a qualificação do professor bibliotecário e define os atributos e competências para sua atuação na biblioteca escolar. A rede também conta com bibliotecários que possuem graduação em biblioteconomia e mestrado acadêmico em biblioteca escolar.

Outro aspecto interessante é que o PRBE firma parcerias com agentes educativos tanto do poder local, quanto da sociedade civil e outros projetos da área da educação, concebendo assim, no que o autor definiu como “filosofia de rede”. Por fim, Castro Filho (2018) destaca que as avaliações dos projetos desenvolvidos pelo Programa comprovam que há qualidade na melhoria do ensino e aprendizagem contribuindo para a formação social e política do cidadão.

O artigo de Ocampo (1979) tem como finalidade detalhar os objetivos do Programa de Desenvolvimento de Biblioteca Escolares e Centro de Recursos da Costa Rica. Trata-se de um projeto que iniciou em 1974 e teve como base incorporar às novas correntes da Biblioteconomia que tendem a formação de redes e sistemas, para organizar as BE do país. O principal objetivo do Sistema de Bibliotecas era melhorar os serviços prestados à comunidade escolar a fim de alcançar a excelência no processo educativo.

Para determinar o funcionamento da rede, foram consideradas como metas: melhorar a qualidade dos serviços ofertados, otimizar a utilização dos recursos (instalações, materiais, equipamentos e pessoal) das bibliotecas constituintes da rede, definir uma estrutura centralizada para racionalizar as despesas, padronização técnica e a facilitação da formação de um sistema nacional de informações integrando todas as bibliotecas do país.

A autora aponta que houve um resultado satisfatório, destacando como um dos fatores de suma importância a preparação técnica dos professores que atuam como bibliotecários. A Organização dos Estados Americanos (OEA), foi responsável por treinar todos os professores bibliotecários, além de contribuir com a documentação técnica. Uma política geral para a organização das BE foi instituída.

Barros e Paula (2016) versam sobre o Programa de Bibliotecas da Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte. Neste artigo, as autoras que já contribuíram como gestoras frente a coordenação do programa, discutem as diretrizes para o trabalho a ser desenvolvido pelas bibliotecas, no sentido de avaliar e propor melhorias ao programa. A dimensão pedagógica da

BE e o desafio de integração da biblioteca com as propostas de sala de aula são o foco desta discussão.

Cabe destacar que neste mesmo trabalho é apresentado um histórico das ações realizadas pelo programa ao longo de sua trajetória. Observa-se que há um processo contínuo de avaliação e esforços para promover melhorias. De acordo com Barros e Paula (2016), dentro do cenário nacional a comparar com a realidade de outros municípios, as bibliotecas da rede municipal de Belo Horizonte são privilegiadas. Fruto da iniciativa de revitalização das BE e a melhora na qualidade da educação, o programa possibilitou implementar bibliotecas em todas as escolas de ensino fundamental da rede e o provimento de cargos de bibliotecários e auxiliares de biblioteca, por meio de concurso público, além do investimento em acervo, mediante verba prevista na Lei Orgânica Municipal.

Barbosa (2017), traz um relato de experiência como bibliotecária-gestora no gerenciamento de bibliotecas escolares da rede municipal de ensino da Prefeitura de Vila Velha (ES) no ano de 2013 a 2017, junto ao setor de coordenação de bibliotecas da Secretaria Municipal de Educação (SEMED). A rede de bibliotecas escolares do município é composta por 61 escolas de ensino fundamental, que segundo ela estavam em grande número fechadas ou funcionando como depósito de livros.

De acordo com Barbosa (2017), os municípios que empreenderam esforços para revitalizar suas bibliotecas, a exemplo de Vitória (ES) e Vila Velha (ES), tiveram grande êxito, pois, as bibliotecas passaram a ter visibilidade dentro das escolas e também nos sistemas de ensino. Contudo, ainda se encontra situações como a mencionada no parágrafo anterior, bibliotecas fechadas, transformadas em salas de multiuso ou bibliotecas improvisadas tanto no que tange ao acervo quanto aos recursos humanos.

No entanto, o relato de Barbosa (2017) contribui para comprovar que a setorização, mencionada no estudo de Limas e Campelo (2017), faz toda a diferença. O bibliotecário atuando junto à Secretaria de Educação, seja na coordenação da rede, ou integrando a equipe pedagógica, tem condições de propor melhorias e ser atendido. No caso da rede de Vila Velha (ES), a primeira ação da gestora foi realizar o diagnóstico dos recursos humanos, constatando que as bibliotecas que tinham bibliotecários, possuíam um bom funcionamento, realizavam projetos de leitura, educação do usuário e um acervo organizado.

Para padronizar as bibliotecas da rede houve um planejamento que englobou dentre outras ações a automação do acervo com implementação de software, a elaboração de guias baseados nas diretrizes da IFLA, planejamento anual de atividades das bibliotecas

contemplando as práticas pedagógicas e culturais, construído com todos os bibliotecários da rede, como parte do projeto institucional da SEMED.

Importa ainda destacar que houve treinamento para todos os servidores que atuam nas bibliotecas e palestras para os demais professores e diretores a fim de conscientizá-los da função do bibliotecário na escola. Somado a isto houve também formação de parcerias com o setor de Tecnologia Educacional, Pedagógico da SEMED e com a Academia de Letras Vila Velha. Barbosa (2017), conclui que o trabalho colaborativo entre a equipe escolar é o que garante o sucesso dos projetos que contribuem para a aprendizagem do aluno e para a formação de leitores.

Barbosa e Pereira (2020) também publicaram um estudo sobre a referida rede municipal. O objetivo foi investigar como as redes de bibliotecas escolares no Brasil podem contribuir para melhorar as práticas pedagógicas e potencializar a biblioteca no processo educativo. A rede de bibliotecas escolares de Vila Velha (ES), foi escolhida como estudo piloto. Para tanto, a atuação nas dimensões organizacionais (gestão, política e infraestrutura) e pedagógicas (ensino e aprendizagem, ação bibliotecária) da rede norteiam o processo de investigação.

Neste estudo as autoras apontam como contribuição às ações oriundas do poder executivo municipal, tais como: a ampliação do número de vagas para bibliotecário, garantindo que as bibliotecas tenham profissional qualificado, a inclusão de um capítulo sobre a BE na Resolução de Diretrizes para o Ensino Fundamental e previsão orçamentária para investimento na BE. Pode-se dizer que parte dessas ações são decorrentes do processo de revitalização que teve início em 2013, marco da criação do setor de Coordenação Geral das Bibliotecas Escolares, incluso no organograma da Secretaria de Educação.

Como resultado, Barbosa e Pereira (2020) inferem que a formação de redes é importante, pois tende a fortalecer a BE. A gestão nesses moldes privilegia a integração cooperativa entre os profissionais que formam o corpo profissional de atendimento à rede, que por sua vez, influenciam no alcance da missão e nos objetivos da BE. As autoras concluem que as bibliotecas da rede de Vila Velha, contribuem com as práticas voltadas para a aprendizagem.

O objetivo do trabalho de Rodriguez (2011), é analisar a questão da qualidade e a sua relação com o trabalho realizado pelas Bibliotecas Educativas e Centros de Recursos de Aprendizagem (CRA) da Costa Rica, pelos bibliotecários educacionais. A base para tecer sua reflexão é o documento “Centro de Educação de Qualidade como eixo da Educação costarriquenha” aprovado em 2008. Trata-se de uma política educacional do Ministério da Educação Pública.

Rodriguez (2011), discorre por cada uma das diretrizes do referido documento e as relaciona com propostas de ações e serviços que o sistema de bibliotecas pode adotar visando a elevação da qualidade. O autor destaca que é de suma importância os bibliotecários que atuam no sistema assumam um papel de liderança na busca do aperfeiçoamento profissional. Para ele, alcançar qualidade tanto do Sistema de Biblioteca Escolar, quanto o Sistema Nacional de Educação exigem a contribuição de uma equipe de profissionais treinados e atualizados.

Compartilhando da preocupação com a formação do bibliotecário mencionada por Rodriguez (2011), o artigo de Fioravante e Cunha (2020), dá seguimento a discussão da atuação do bibliotecário e o papel desse profissional na rede de bibliotecas escolares da educação básica. Para as autoras a atuação do bibliotecário na escola exige um perfil de educador, e para isso, buscar conhecimentos que não são inerentes de sua formação são necessários.

No entendimento de Fioravante e Cunha (2020), é essencial que os bibliotecários que atuam frente à biblioteca da escola tenham consciência do importante papel que desempenham como mediadores de informação, incentivo à leitura e a pesquisa, auxiliando a comunidade escolar a explorar as possibilidades que a BE pode oferecer. O trabalho cooperativo entre professores e bibliotecários possibilita essa dinâmica. A gestão de BE em redes, segundo as autoras, pode representar um ganho nesse sentido, uma vez que o bibliotecário deverá integrar a equipe pedagógica.

A pesquisa de Camilo, Jesus e Castro Filho (2019), teve como objetivo compreender como são estruturados os recursos humanos, físicos, financeiros, tecnológicos e de informação para sustentar a funcionalidade da rede de biblioteca escolar. Partindo da ideia de que a biblioteca é um sistema organizado e que a má distribuição destes recursos ou a ausência de gestão acarreta serviços precários e a insuficiência da atuação da BE.

Para Camilo, Jesus e Castro Filho (2019), esses recursos são imprescindíveis para o bom funcionamento da BE. Quando estas unidades são organizadas em rede, a expectativa é de ofertar bibliotecas com espaços agregadores munidos de recursos informacionais diversificados. Somente dentro destas condições as BE podem servir de suporte às práticas educativas, apoiando o currículo escolar no que tange às questões de desenvolvimento de competências digital, informacional e na formação de leitores.

Como resultado, o estudo evidenciou que a configuração de rede oportuniza o desenvolvimento equilibrado das unidades de informação vinculadas à rede. Os autores constataram que garantir a funcionalidade da rede exige esforço e planejamento constante para a gestão dos diferentes recursos, de forma a assegurar que os serviços voltados para a informação sejam ofertados. Também destacam a pluralidade profissional na formação da

equipe de trabalho como uma característica positiva, pois favorece a exploração das práticas educacionais e culturais de formas e competências diversificadas, além da economia e melhor aproveitamento dos vários tipos de recursos.

A tese e as dissertações (Quadro 6), abordam o tema redes de BE sob diferentes enfoques, contudo, todas essas pesquisas, em alguma medida, trazem elementos essenciais para a compreensão da importância da gestão de BE e um planejamento pensado estrategicamente para estas unidades de informação, nesses estudos, a gestão na modalidade de redes se mostrou promissora.

Quadro 6 – Teses e dissertações

Titulo	Autor	Programa/instituição	Data de publicação da pesquisa
Bibliotecas escolares: políticas públicas para a criação de possibilidades	VIANNA, Lilian	Pós-graduação em Ciência da Informação - Universidade de São Paulo (USP).	2014
Rede de bibliotecas escolares no Brasil	LIMAS, Rubeniki Fernandes de	Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação - Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).	2015
Redes de biblioteca escolar em Portugal e Brasil: diálogos entre políticas públicas para educação	CASTRO FILHO, Claudio Marcondes de	Tese de Livre Docência apresentado à Universidade de São Paulo (USP).	2018
Rede de biblioteca escolar no Espírito Santo: estudo de caso da rede de Vila Velha	BARBOSA, Eliana Terra	Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).	2021

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

A pesquisa de Viana (2014) teve como objetivo conhecer e sistematizar as categorias implicadas na implantação de políticas públicas para as bibliotecas escolares. O objeto de investigação foi a Rede Escolar de Bibliotecas Interativas (REBI), implementada em 1999, na cidade de São Bernardo do Campo (SP) como uma ação do governo municipal em convênio firmado com o Programa de Serviços de Informação em Educação (PROESI), do Departamento de Biblioteconomia e Documentação da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (CBD/ECA/USP).

Viana (2014, p. 12) defende que a relevância da BE é “a garantia do direito de saber informar-se, de apropriar-se de informação e cultura”. Considerando a redação da Lei 12.244/10, ela destaca que há um contraste, ao passo que define a BE como coleção, reduzindo

assim, o direito que neste contexto, fica limitado somente à garantia do acesso à informação. Neste sentido ela se propõe a refletir sobre o desenvolvimento de políticas públicas para bibliotecas escolares democráticas, que em outras palavras, faz referência a uma BE com significado e intenção definida para que sejam úteis à sociedade.

Segundo Viana (2014) a pesquisa proporcionou um conhecimento detalhado das dificuldades, negociações e oportunidades para a implementação de uma política considerada diferenciada, pois, além de propor a BE como um espaço físico, a REBI trouxe um conceito inovador de BE. Dentre as categorias implicadas na implantação de políticas públicas para BE ela identificou: a vontade política, protagonismo profissional, visibilidade (construção de novas representações da BE), qualificação do quadro profissional, avaliação, renovação da política e a participação da comunidade.

A pesquisa de Limas (2015) teve como foco compreender as estratégias adotadas para o funcionamento das redes de bibliotecas escolares. Especificamente objetivou conhecer como essas redes se organizam administrativamente, analisar as ações cooperativas e o papel do bibliotecário, descrever os serviços e produtos viabilizados pela atuação nessa configuração e por fim, identificar os obstáculos e benefícios da gestão em rede. Com uma abordagem qualitativa e exploratória, o pesquisador investiga três redes de bibliotecas escolares da esfera municipal, apoiado no método comparativo.

Limas (2015) apresenta como problemática a dissociação da BE com o sistema educacional como um todo. O pesquisador observa a inexistência de um planejamento para a inclusão das bibliotecas no plano pedagógico por parte dos órgãos que definem as políticas e diretrizes. Assim sendo, as bibliotecas carecem de sustentação para suas iniciativas, ocasionando na atuação isolada das bibliotecas no contexto escolar. Esse fator é destacado pelo autor como a possível resposta para o seu enfraquecimento e para a dificuldade em conceber a BE como um potencial recurso educativo.

Ao analisar a estrutura e funcionamento das três redes, Limas (2015), infere que a atuação conjunta das bibliotecas favorece a cooperação entre as unidades, o que as fortalece individualmente. Surge assim, o pressuposto de que este modelo apresenta resultados mais satisfatórios. Para a consolidação das redes em questão, o pesquisador menciona que são aspectos relevantes a formalização legal e documental, apoio financeiro, recursos humanos, incorporação na estrutura administrativa das secretarias e nas políticas públicas educacionais.

Castro Filho (2018), apresenta um estudo analítico do Programa de Redes de Bibliotecas Escolares de Portugal (PRBE) e as políticas públicas que viabilizam e sustentam sua atuação. O objetivo específico desta análise pormenorizada é encontrar alternativas para a composição

de um programa ou rede de bibliotecas para o Brasil. O autor discorre a análise fazendo uma comparação entre as políticas públicas para o livro, leitura e a biblioteca de ambos os países. Para Castro Filho (2018), a configuração de rede de bibliotecas escolares mostra-se fundamental para educação, portanto, uma questão a ser analisada sob a ótica da política pública para a BE, que no Brasil inexistente.

Com os resultados da pesquisa, Castro Filho (2018), conclui que o PRBE pode ser considerado como uma referência neste aspecto, um modelo que pode ser implementado no contexto brasileiro, tanto na esfera estadual, municipal e nacional ou ainda aprimorar as redes existentes. O pesquisador destaca dois aspectos que considera positivos da rede estudada que seriam fundamentais para pensar as redes de BE no Brasil: (1) A formação dos professores bibliotecários. (2) Projetos desenvolvidos em parceria com a iniciativa privada.

Situando no contexto nacional, a formação dos professores bibliotecários (atualização e aprofundamento dos conhecimentos na área da educação), seria uma forma de atualização profissional do bibliotecário ou complemento da formação, capacitando-os para a gestão das bibliotecas escolares. Já a parceria com a iniciativa privada é vista como uma alternativa socioeconômica, frente os contrastes sociais, pois, envolve a sociedade como um todo e possibilita a captação de recursos financeiros, possibilitando articular o público e o privado em projetos de cunho social, cultural e educacional com a responsabilidade de promover a qualidade na formação dos estudantes.

A pesquisa de Barbosa (2021), teve como objetivo central analisar a configuração e formação da rede de biblioteca escolar no estado do Espírito Santo, sob a perspectiva da atuação nas dimensões organizacional e pedagógica. Especificamente buscou responder se podem essas redes contribuir para o fortalecimento e a qualificação das bibliotecas, tornando-as um ambiente significativo para o processo de aprendizagem. A pesquisadora apresenta como estudo de caso a rede de biblioteca escolar municipal de Vila Velha (ES).

Ainda dentro desta proposta, Barbosa (2021) tece uma discussão sobre o papel da biblioteca e do bibliotecário escolar para a sociedade, apoiada nos documentos norteadores (IFLA, OEA, Resolução CFB 220/2020, entre outros) e nas políticas públicas ligadas à biblioteca, aos livros e a leitura. Nesse sentido, ela reforça a necessidade dos esforços tanto dos profissionais quanto da sociedade civil para que a BE seja compreendida como um equipamento social e alcance a visibilidade tanto no campo da educação como no campo das políticas públicas.

Partindo desse entendimento, e com base nos resultados obtidos com o diagnóstico da rede de Vila Velha, a pesquisadora infere que a configuração de redes se mostra uma estratégia

de gestão exitosa. Quanto à dimensão organizacional, destaca que estabelecer uma coordenação central, dentro da secretaria de educação como forma de representação no âmbito municipal, tende a fortalecer as ações da BE e o reconhecimento do bibliotecário.

Além disso, outras vantagens são constatadas como: otimização dos recursos, redução de custos, elaboração de documentos legais, previsão orçamentária e o engajamento em políticas públicas para BE. Na dimensão pedagógica a autora observou que o trabalho desenvolvido de forma cooperativa entre a equipe (professores e bibliotecários) proporciona resultados mais satisfatórios no processo de aprendizagens.

A revisão bibliográfica, apresentada nesta seção, exemplifica como a gestão na modalidade de redes, contribui para que a BE seja efetivamente integrada ao processo de ensino e aprendizagem. Ao ilustrar a imagem de uma biblioteca potencializada por possuir recursos (físicos, humanos, tecnológicos e informacionais) e pelas ações de cunho informacional, cultural como propostas pedagógicas, entende-se que esta, se distancia do panorama conhecido tradicionalmente pela inexistência, precarização ou inutilização no cotidiano escolar.

Observa-se, dentre os fatores de grande relevância elencados nas pesquisas, que a concepção de BE para os gestores e os profissionais da educação que compõem as redes de ensino, se amplia e se reconfigura no sentido de atender às necessidades contemporâneas de formação do indivíduo. A integração dos saberes (professores e bibliotecários), trazidas na fala dos autores, para a dinamização da biblioteca, se mostra substancial para a construção e o sucesso das ações desenvolvidas de forma conjunta, mas que visam como único propósito, a qualidade na formação dos alunos.

Em suma, a literatura estudada, aponta que mesmo com alguns desafios e obstáculos, a formação de rede de BE, em nível municipal se mostra como uma alternativa oportuna e exequível. Para tanto, a formação de parceria entre o poder público, profissionais da educação e sociedade civil é fundamental. As redes apresentadas nestas pesquisas, têm muitos pontos em comum, entretanto, não seguem um padrão operacional, revelando que não há um modelo prático de gestão de redes estabelecido. Compreende-se, portanto, que cada rede de ensino deve avaliar suas possibilidades e desenvolver um modelo de gestão que atenda a sua realidade.

5 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS

*[...] necessitamos de bibliotecas melhores. Isso pressupõe que, primeiro, precisamos de bibliotecas.
(R. David Lankes)*

Essa seção é dedicada à apresentação e discussão dos dados coletados, norteados pela proposta central desta pesquisa, que se debruçou em desenvolver um modelo de gestão em rede para as BE das SMEd. A partir dessa perspectiva três fatores preponderantes foram fortemente observados: a literatura pertinente da área, trazendo especificamente o que há de mais recente e exitoso no que diz respeito à gestão de BE - explicitada ao longo dessa dissertação, a identificação dos elementos constitutivos das redes de BE vigentes e o diagnóstico das BE da SMEd de Erechim.

5.3 ELEMENTOS CONSTITUTIVOS DA REDE DE BIBLIOTECA ESCOLAR: UM ENFOQUE A PARTIR DA ANÁLISE DE CONTEÚDO

Conhecer os elementos que constituem uma rede de BE foi uma etapa fundamental para configurar o modelo de gestão para as bibliotecas escolares da SMEd de Erechim, produto almejado nesta pesquisa. Para isso a análise de conteúdo foi aplicada. Bardin (2016, p.48), a define como:

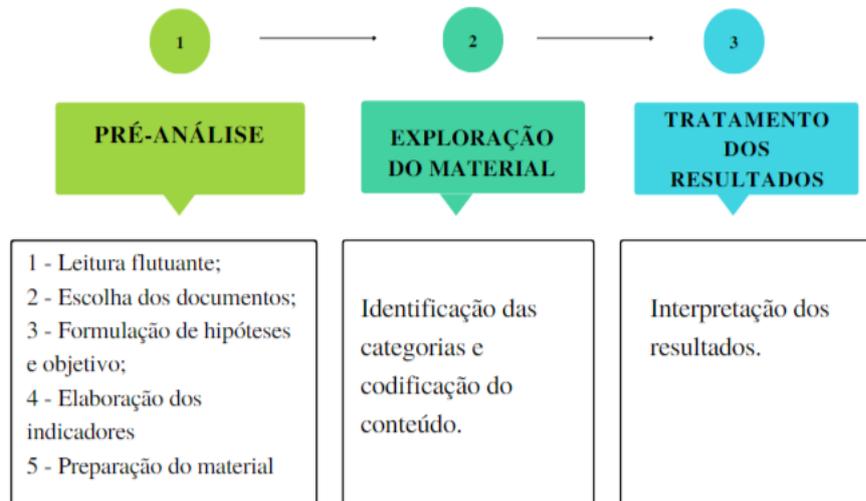
Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens.

A partir da revisão de literatura, percebeu-se que identificar os elementos que promovem as condições favoráveis para a atuação da BE, na perspectiva de gestão em redes e compreender os requisitos essenciais para uma estrutura funcional de gestão, são basilares para a criação de um modelo que atenda a realidade e as necessidades do SME de Erechim, resultando em melhorias para as bibliotecas.

Em vista disso, a técnica de análise de conteúdo, foi empreendida com o intento de delinear as características organizacionais comum nas redes pesquisadas e também constatar as melhores práticas, sejam estas comuns a todos os modelos analisados ou ações inéditas, mas, que as tornam referência dentro desta proposta de gestão.

Segundo Bardin (1977) a análise de conteúdo é desenvolvida em três etapas, conforme Figura 6.

Figura 6 – Etapas da análise de conteúdo



Fonte: Adaptado de Bardin (1977).

A primeira fase da análise de conteúdo é a pré-análise, que se constitui de 5 atividades conforme a Figura 6. Bardin (1977, p. 95), a define como “fase de organização” que tem como objetivo “tornar operacionais e sistematizar as ideias iniciais, de maneira a conduzir a um esquema preciso de desenvolvimento das operações sucessivas, num plano de análise.”

A leitura flutuante é a primeira atividade da análise de conteúdo em que se tem o contato inicial com os materiais encontrados na revisão de leitura. De acordo com Bardin (1997, p. 96) “a escolha dos documentos depende dos objetivos”. Conforme mencionado na subseção 4.2, foram encontrados 14 artigos, 3 dissertações e uma tese. A partir da leitura flutuante foram identificadas 3 dissertações específicas sobre a temática da pesquisa e que farão parte da análise de conteúdo de fato, descritos no Quadro 7.

Quadro 7 – Documentos selecionados para análise de conteúdo

Título	Pesquisador	Data	Programa
Bibliotecas escolares: políticas públicas para a criação de possibilidades	VIANNA, Liliam	2014	Pós-graduação em Ciência da Informação - Universidade de São Paulo (USP)
Redes de bibliotecas escolares no Brasil	LIMAS, Rubeniki Fernandes de	2015	Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação - Universidade

			Federal de Minas Gerais (UFMG)
Redes de biblioteca escolar no Espírito Santo: estudo de caso da rede de Vila Velha	BARBOSA, Eliana Terra	2021	Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Essa seleção foi realizada com base no objetivo geral da pesquisa, fundamentada na premissa de Bardin (1977, p. 96), que afirma que quando a análise parte de um objetivo determinado “convém escolher o universo de documentos suscetíveis de fornecer soluções sobre o problema.” Desse modo, as dissertações supracitadas foram elencadas porque relatam os processos de formação, implementação e operacionalização de redes de BE, o que as tornou de grande relevância para responder o problema dessa pesquisa. Estes estudos revelam os elementos constitutivos de uma rede de BE, abordando sob diferentes perspectivas os aspectos organizacionais e pedagógicos.

Todos esses materiais foram lidos e organizados em uma única pasta no *Google drive*. O fichamento dos elementos que constituem a gestão da rede, tanto equivalentes quanto os de contraste, foram destacados do texto com o recurso de marcações e anotações disponível pelo leitor de *Portable Document Format (PDF)*, da *Adobe Reader*. Ao finalizar esta primeira fase da análise de conteúdo, prosseguiu-se para a seguinte, que se tratou de categorizar e codificar o conteúdo.

Nessa fase a exploração do material foi realizada e as unidades de contexto e conteúdo foram definidas. De acordo com Bardin (1977), a unidade de contexto é o conteúdo a ser analisado na sua dimensão ampla, servindo como unidade de compreensão para codificar as unidades de registro (unidades menores), atribuindo-lhes sentido. Dessa forma, as quatro redes de BE, identificadas nas dissertações exploradas na primeira fase, compõe a unidade de contexto dessa análise e são descritas no Quadro 8.

Quadro 8 – Rede de bibliotecas escolares

Rede	Município	Data de implementação	Nº de bibliotecas	Nº de bibliotecários
Rede de Bibliotecas Escolares Interativas (REBI)	São Bernardo do Campo (SP)	1999	104	6 ⁸

⁸ Os dados das Rede de Bibliotecas Escolares Interativas (REBI) e Rede de Biblioteca Escolar Municipal de Vila Velha, foram atualizados por meio de informações fornecidas pela coordenação das respectivas redes, em resposta

Rede de Bibliotecas da Prefeitura Municipal de Vitória.	Vitória (ES)	1999	65	50
Programa de Bibliotecas da Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte.	Belo Horizonte (MG)	1997	190	43
Rede de Biblioteca Escolar Municipal de Vila Velha.	Vila Velha (ES)	2006/2007	60	49

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Esses redes foram escolhidas para serem utilizadas nessa etapa da pesquisa, por pertencerem ao sistema público municipal de ensino, partindo do entendimento de que elas apresentam um contexto que se aproxima do objeto central desta pesquisa. Desse modo foi possível identificar, a partir do conhecimento de atuação dessas redes, elementos que puderam ser replicados no modelo de gestão, elaborado como produto desse estudo.

Além das redes, foi possível encontrar na literatura outros elementos que constituem indicadores importantes e que foram considerados para a análise de conteúdo. Aqui, cabe um destaque para o trabalho de Barbosa (2021), que descreveu os pilares para uma rede de BE, explicado no Quadro 9.

Quadro 9 – Pilares para uma rede de biblioteca escolar

Parâmetro	Descrição
Planejamento	Desenvolvimento a partir das fases: exploratória, de desenvolvimento, operacional e avaliação.
Gestão administrativa central	Atuação na prestação de serviços e produtos; formação dos profissionais que atuam nas bibliotecas; padronização e normalização técnica de Biblioteconomia a ser aplicada.
Recursos potenciais	Físicos, humanos (destacando a inserção do profissional bibliotecário), informacionais, tecnológicos e financeiros.
Legislação e documentação	Cumprimento legal e engajamento em políticas públicas
Contribuição no processo ensino-aprendizagem	Desenvolvimento de programas/projetos/atividades
Identidade da rede	Relações sociais por meio dos atributos culturais.

da solicitação feita por e-mail em julho de 2023. A Rede de Bibliotecas da Prefeitura Municipal de Vitória e o Programa de Bibliotecas da Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte, seguem com os dados coletados em 2015 (ano da publicação da dissertação de LIMAS, 2015), por falta de resposta a solicitação dos dados atualizados.

Trabalho em equipe	Cooperação, integração, proatividade e trabalho colaborativo entre os bibliotecários, professores, equipes gestoras e pedagógicas
--------------------	---

Fonte: Barbosa (2021, p. 83).

Os pilares para a formalização da rede de BE apresentados por Barbosa (2021, p. 83) foram definidos a partir do aprofundamento no referencial teórico e na documentação da área de Biblioteconomia e Educação, de modo a “delinear a configuração identitária para o estabelecimento de uma rede de BE”. Por conta disso, tais pilares foram considerados uma referência para elaboração de indicadores e para a definição das categorias de análise de conteúdo.

Segundo Bardin (1977, p. 117) as categorias podem ser entendidas como classes “as quais reúnem um grupo de elementos (unidades de registro)” que apresentam características comuns. Para a análise, que será apresentada no decorrer desta seção, as categorias foram definidas em razão do objetivo central da investigação, que nessa etapa buscou identificar os elementos constitutivos das redes analisadas e obter subsídios para a formulação do modelo de gestão.

Cabe ainda destacar que adotou-se nesta pesquisa a categorização semântica, que consiste na organização do conteúdo por temas específicos. Assim sendo, tem-se os elementos constitutivos da rede de BE, representados pelas categorias, e as unidades de registros, que são parágrafos extraídos dos documentos, por corresponderem aos indicadores de boas práticas. Foram identificadas sete categorias e oito indicadores detalhados a seguir:

Categoria 1 – Vínculo administrativo

Unidades de registro: versam sobre o vínculo administrativo da BE com a Secretaria de Educação.

Quadro 10 – Vínculo administrativo

Rede	Indicadores
	I - Representação na Secretaria de Educação
Rede de Bibliotecas Escolares Interativas (REBI)	[...] o poder público [municipal] determinou a criação de uma Seção de Biblioteca Escolar (SBE). (VIANA, 2014, p. 81).

<p>Rede Municipal de Ensino de Vitória.</p>	<p>Desde o início, um profissional atuava dentro da Secretaria de Educação. [...] 1 bibliotecário atuava na secretaria de educação [...]. Ele fazia essa ponte entre as escolas e a rede de ensino... e a rede de bibliotecas (Informante RB-PMV). (LIMAS, 2015, p. 56).</p> <p>[...] o assessor técnico cumpre o papel de liderança da rede de bibliotecas, embora não tenha um status de coordenação dentro da SEME. Ele atua dentro da secretaria nas questões ligadas às bibliotecas, fazendo uma “ponte” com as escolas. (LIMAS, 2015, p. 86).</p>
<p>Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte.</p>	<p>[...] a gestão do Programa de Bibliotecas é feita pela Coordenadoria do Programa de Bibliotecas [...] a coordenação é desenvolvida de forma compartilhada, por uma bibliotecária, que também é formada em pedagogia, e por uma professora de língua portuguesa [...] (LIMAS, 2015, p. 82).</p>
<p>Rede de Biblioteca Escolar Municipal de Vila Velha.</p>	<p>No ano de 2013, com a mudança de gestão municipal, iniciou-se novamente o processo de revitalização e implantação da rede de bibliotecas escolares, quando foi instituído o setor de biblioteca escolar funcionando com estrutura organizada na Semed. (BARBOSA, 2021, p. 100).</p> <p>Sobre a estrutura organizacional, destacou-se a formalização da rede por meio da documentação legal e de organograma. (BARBOSA, 2021, p. 104).</p> <p>Resolução nº 4 do Conselho Municipal de Educação, que dispõe sobre as Diretrizes para o Ensino Fundamental. O capítulo X, seção II, arts. 45 a 50 tratam sobre as bibliotecas escolares do município, garantindo a coordenação de bibliotecas no organograma da Semed. (BARBOSA, 2021, p. 104).</p>

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Categoria 2 - Legislação e documentação

Unidades de registro: versam sobre a formalização legal da BE na agenda de políticas públicas locais, menção da BE na lei orgânica municipal e também no planejamento municipal de educação.

Quadro 11 – Legislação e documentação

Rede	Indicadores
	I - Inserção nas políticas públicas.

Rede de Bibliotecas Escolares Interativas (REBI)	Sem unidade de registro.
Rede Municipal de Ensino de Vitória.	[...] Plano Plurianual da cidade de Vitória (PPA) – Lei Municipal Nº 7.845, de 9 de dezembro de 2009 – a biblioteca escolar foi mencionada no planejamento dos custos das ações da agenda de políticas públicas do Município, formalizando os compromissos a serem cumpridos. (LIMAS, 2015, p. 72).
Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte.	<p>Lei Orgânica do Município foi incorporado o Artigo 163, em que se [...] determina que toda verba que chegue na escola, no mínimo 10% dessa verba seja investida em acervo.</p> <p>§ 1º - O Município garantirá o funcionamento de biblioteca em cada escola municipal, acessível à população e com o acervo necessário ao atendimento dos alunos. § 2º - Cada escola municipal aplicará pelo menos dez por cento da verba referida no art. 161 na manutenção e ampliação do acervo de sua biblioteca. (BELO HORIZONTE, 1990, p. 50).</p> <p>“Orientações para ensino fundamental e educação de jovens e adultos na rede municipal de educação” (BELO HORIZONTE, 2014a). [...] O documento prevê diretrizes diretas para envolvimento da biblioteca escolar:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Para promover a alfabetização na perspectiva do letramento e numeramento em todas as áreas do conhecimento, é de fundamental importância, na organização dos tempos e espaços escolares: [...] - Utilizar a biblioteca escolar como um espaço de formação do leitor, levando as crianças a frequentá-la periodicamente de forma orientada; [...]. (LIMAS, 2015, p. 70).
Rede de Biblioteca Escolar Municipal de Vila Velha.	<p>Lei nº 5.677, de 26 de novembro de 2015, que amplia o quantitativo de vagas para bibliotecário no município de 25 para 63 profissionais, além de alterar as atribuições do cargo para atender às especificidades do bibliotecário escolar. (BARBOSA, 2021, p. 104).</p> <p>Plano Municipal de Educação (Lei nº 5.629/2015): contempla oito estratégias relacionadas com as bibliotecas e sua atuação (PMVV, 2015). (BARBOSA, 2021, p. 104).</p> <p>Plano Municipal do Livro e Leitura (Lei nº 4.921/2010): dispõe sobre a política municipal do livro e de estímulo à leitura, sobre a criação de novos locais de leitura e dá outras providências (PMVV, 2010). (BARBOSA, 2021, p. 104).</p> <p>A rede de bibliotecas possui um Guia para Organização das BE, “[...] com o objetivo de orientar, detalhar e especificar todas as demandas e procedimentos técnicos que uma</p>

	biblioteca escolar precisa para seu funcionamento”. (BARBOSA, 2021, p. 104).
--	--

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Categoria 3 – Recursos humanos

Unidades de registro: versam sobre a equipe responsável por dinamizar as bibliotecas que compõem a rede e os processos de capacitação e formação continuada dos profissionais que integram esse grupo de trabalho.

Quadro 1 – Recursos humanos

Rede	Indicadores
	I- Equipe qualificada e diversificada.
Rede de Bibliotecas Escolares Interativas (REBI)	<p>A Seção de Biblioteca Escolar iniciou suas atividades contando com um quadro de quatro bibliotecárias, incluindo a chefe. A partir de demanda da SEC, as profissionais passaram a se ocupar com a implantação de três bibliotecas escolares. (VIANA, 2014, p. 82).</p> <p>[...] a definição do quadro profissional, fundamentalmente constituído por bibliotecárias e educadoras, que trabalharam de forma articulada, a partir de diferentes níveis de atuação, tendo em vista a implantação e desenvolvimento das bibliotecas escolares. (VIANA, 2014, p. 82).</p> <p>As atividades de formação envolveram todas as profissionais da SBE: bibliotecários, orientadores pedagógicos e PABEs, que dariam sustentação ao projeto e desenvolveriam ações no âmbito das BEIs. (VIANA, 2014, p. 115).</p>
Rede Municipal de Ensino de Vitória.	<p>[...] além do bibliotecário tinha um estagiário para cada turno. Então o trabalho fluía de uma forma muito melhor (Informante RB-PMV). (LIMAS, 2015, p. 91).</p> <p>[...] Um ponto forte na rede de Vitória, refere-se justamente ao fato de as bibliotecas terem um bibliotecário por unidade. (LIMAS, 2015, p. 91).</p>
Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte.	<p>[...] há auxiliares permanentes coordenados sempre por um bibliotecário.</p> <p>[...] o Programa de Bibliotecas oferecia uma variedade de possibilidades de formação para o pessoal das bibliotecas. Há atividade em caráter contínuo para os auxiliares de</p>

	<p>biblioteca quando ingressam no Programa. (LIMAS, 2015, p. 111).</p> <p>A partir de 2010, houve a possibilidade de os profissionais das bibliotecas participarem de processo seletivo para pós-graduação, em parceria entre SMED e instituições de ensino superior. (LIMAS, 2015, p. 112).</p>
<p>Rede de Biblioteca Escolar Municipal de Vila Velha.</p>	<p>A segunda ação, no eixo de democratização do acesso à leitura, foi o fortalecimento da rede atual das bibliotecas. Para isso aconteceram capacitações permanentes para os bibliotecários e auxiliares como promotores de leitura. (BARBOSA, 2021, p. 99).</p> <p>[...] coordenação central na sede: a equipe atual é formada por uma bibliotecária (gestora do setor); uma professora/pedagoga que dá suporte pedagógico para planejamento e execução das ações; uma professora que atua como contadora de histórias nas escolas e em eventos da Semed; uma estagiária em Biblioteconomia. (BARBOSA, 2021, p. 100).</p> <p>Quanto aos recursos humanos, foi indicado, inicialmente, o quantitativo de 62 profissionais: 28 bibliotecários e 34 auxiliares. Essa equipe participa do ciclo de Formações Contínuas promovidas pela Semed, com foco nos objetivos das bibliotecas e melhoria contínua dos serviços e produtos. (BARBOSA, 2021, p. 104).</p>

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Categoria 4 – Recursos físicos

Unidades de registro: versam sobre o ambiente da BE, abrangendo a organização do espaço físico, mobiliário e equipamentos.

Quadro 13 – Recursos físicos

Redes	Indicador
	I - Espaço físico e mobiliário adequados
Rede de Bibliotecas Escolares Interativas (REBI)	A concepção arquitetônica das bibliotecas era de construção de um ambiente propício ao desenvolvimento das relações do sujeito com educação, informação e cultura, numa perspectiva que priorizava a interação criativa e participativa com a biblioteca [...] no espaço infantil foram utilizadas cores próprias, assim como no juvenil; além de espaços destinados ao estudo em grupo e para assistir a filmes e encenações teatrais. (VIANA, 2014, p. 96).

	<p>Já o mobiliário, alinhava-se às necessidades de arranjos do ambiente para as diferentes atividades e programações da biblioteca, considerando a faixa etária dos alunos. (VIANA, 2014, p. 97).</p> <p>Quanto aos equipamentos, a BEI dispunha de computadores, televisão, aparelho de som e vídeo, que garantiam o contato dos alunos com informações apresentadas de maneiras variadas. (VIANA, 2014, p. 99).</p>
Rede Municipal de Ensino de Vitória.	[...] conseguiu-se melhorar muito a infraestrutura física, com aquisição de mobiliário atrativo, padronizado, adequado ao público infantil e com uma configuração melhor dos ambientes. (LIMAS, 2015, p. 106).
Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte.	Não há unidades de registro.
Rede de Biblioteca Escolar Municipal de Vila Velha.	[...] o município tem buscado esforços para obter instalações físicas, equipamentos e materiais adequados para o bom atendimento [...], porém, não tem um padrão estabelecido. (BARBOSA, 2021, p. 104)

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Categoria 5 – Recursos informacionais

Unidades de registro: versam sobre a formalização da política de desenvolvimento da coleção e os recursos informacionais disponíveis nas BE, tais como: acervo físico, recursos de mídia (revistas, jornais, vídeos), computadores e acesso à internet.

Quadro 14 – Recursos informacionais

Rede	Indicadores
	<p>I – Formação de acervo com diferentes suportes de informação, incluindo acesso à rede (computadores e internet).</p> <p>II – Formalização de políticas de desenvolvimento de coleção</p>
Rede de Bibliotecas Escolares Interativas (REBI)	O acervo da BEI constituía-se de materiais diversos como livros de ficção e não- ficção, jornais e revistas, histórias em quadrinhos, vídeos de ficção e documentários, CDs musicais, áudio livros, fantoches e globos terrestres. Tais acervos também tiveram papel preponderante no reconhecimento pela comunidade escolar de que as bibliotecas da REBI constituíam uma proposta diferenciada. (VIANA, 2014, p. 99).

	O reconhecimento de que a seleção dos recursos informacionais era uma categoria fundamental à qualidade do produto oferecido à população, incluiu na estrutura administrativa da REBI uma profissional especializada, para desempenhar funções de seleção de livros e outros recursos para as bibliotecas escolares. (VIANA, 2014, p. 99).
Rede Municipal de Ensino de Vitória.	Não há unidades de registro.
Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte.	Em 2009 foi concluída a Política de desenvolvimento de acervo das bibliotecas escolares da Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte, documento que sistematiza “as diretrizes para a formação e desenvolvimento dos acervos das bibliotecas das escolas da RME-BH [...] Tais definições contribuíram para maior racionalização do desenvolvimento dos acervos das 189 bibliotecas nas escolas, otimizando a qualidade das coleções. (LIMAS, 2015, p. 71).
Rede de Biblioteca Escolar Municipal de Vila Velha.	Quanto à política de desenvolvimento de coleções, é realizada análise e seleção de acervo para garantir a diversidade e a qualidade.

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Categoria 6 – Recursos financeiros

Unidades de registro: versam sobre os recursos financeiros e como se dá a gestão das verbas destinadas para BE.

Quadro 25 – Recursos financeiros

Rede	Indicador
	I - Verba destinada especificamente para as bibliotecas.
Rede de Bibliotecas Escolares Interativas (REBI)	[...] além da destinação de verba específica, foi adotado um modelo diferenciado para a gestão dos recursos financeiros que seriam utilizados para construir e equipar as bibliotecas escolares. Na perspectiva de agilizar o processo, optou-se pelo repasse das verbas públicas para a Associação de Pais e Mestres (APM). (VIANA, 2014, p. 128).
Rede Municipal de Ensino de Vitória.	Os livros recebidos pelo PNBE complementam as compras da SEME, feitas com recursos da Prefeitura, de forma centralizada, o que simplificou os custos e aperfeiçoou o processo. (LIMAS, 2015, p.107).
Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte.	[...] existe verba própria para aquisição de materiais bibliográficos e especiais para as bibliotecas desde 2001. (LIMAS, 2015, p.106).

Rede de Biblioteca Escolar Municipal de Vila Velha.	Os profissionais que atuam na Seção de BE elaboram e atualizam semestralmente uma compilação de obras que norteiam a aquisição de cada unidade escolar com verba específica para tal. (VIANA, 2014, p. 76).
---	---

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Categoria 7 – Trabalho em equipe

Unidades de registro: versam sobre planejamento, projetos e execução de atividades em parceria entre professores e bibliotecários.

Quadro 16 – Trabalho em equipe

Redes	Indicador
	I – Trabalho integrado entre bibliotecários e professores
Rede de Bibliotecas Escolares Interativas (REBI)	<p>O quadro profissional foi constituído tendo em vista a articulação de saberes e fazeres dos campos da Educação e Informação, fundamentais ao desenvolvimento da REBI. (VIANA, 2014, p. 108).</p> <p>Além do acompanhamento do papel da biblioteca, as orientadoras pedagógicas eram responsáveis por planejar e garantir que as ações, no âmbito das BEIs, estivessem integradas ao planejamento de ensino da SEC. [...] A função da orientadora pedagógica mostrou-se fundamental à REBI, na medida em que ela atuava como ponte, constituída para garantir vínculos entre biblioteca e sala de aula. (VIANA, 2014, p. 111).</p>
Rede Municipal de Ensino de Vitória.	As equipes – professores de dança, música, oficinairos, contadores de história, etc. – organizavam ações culturais a serem levadas às escolas tendo as bibliotecas como mote para atividades extraclasse. (LIMAS, 2015, p. 54).
Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte.	<p>[...] Encontro de Profissionais das Bibliotecas da RME-BH, com troca de experiências e divulgação de projetos. Também é realizado o Fórum de Integração da Biblioteca com a Sala de Aula, onde se discutia a ampliação dos espaços de alfabetização e letramento nas escolas e se promove a integração das equipes das bibliotecas com os professores. (LIMAS, 2015, p. 111).</p> <p>Em suas orientações sobre o trabalho dos profissionais da educação, há uma orientação aos coordenadores pedagógicos para que promovam e potencializem, “com os bibliotecários, projetos de trabalho com a biblioteca escolar. (LIMAS, 2015, p. 70).</p>

<p>Rede de Biblioteca Escolar Municipal de Vila Velha.</p>	<p>[...] fortes traços de cooperação, integração, proatividade e trabalho colaborativo entre a Coordenação Central, os bibliotecários, professores, equipes gestoras e pedagógicas. Porém, em alguns gráficos, observou-se que essa articulação ainda carece melhorar em algumas escolas. (BARBOSA, 2021, p. 124).</p>
--	--

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Ao concluir a análise de conteúdo percebeu-se que este olhar sistemático só comprovou o que a revisão de literatura já havia apontado. Os indicadores considerados como boas práticas, distribuídos nas sete categorias ora aqui descritas e que foram encontrados em todas as redes analisadas, devem ser entendidos como elementos imprescindíveis para a elaboração das diretrizes do modelo de gestão em redes para a BE. Como vem sendo demonstrado ao longo desta dissertação, esses indicadores sustentam o sucesso das redes, mostrando que o desempenho das BE que atuam nesse molde em comparação com as que atuam de forma isolada é de efetividade e eficiência.

Outro aspecto importante observado a partir da análise de conteúdo foi que as pesquisas detalham as redes de BE, trazendo informações que extrapolam as disponibilizadas nos sites das secretarias municipais dessas escolas. Essas informações foram obtidas pelos pesquisadores por meio de entrevistas, ou seja, são registros das percepções e as experiências dos profissionais que atuaram ou que ainda atuam nessas escolas e que participaram do processo de implementação da rede. A relevância dessas informações reside no fato de possibilitar avaliar de forma comparativa o cenário anterior com o posterior à formação das redes, o que ajudou não somente a responder o problema desta pesquisa, como serve como um exemplo prático para a compreensão da importância do planejamento de gestão dessas unidades de informação.

Todos esses fatores observados, somados aos dados obtidos por meio da entrevista e do questionário, para compor o diagnóstico que será apresentado a seguir, foram decisivos para a construção do modelo de gestão em redes para as BE das escolas da esfera municipal de Erechim.

5.4 BIBLIOTECAS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE ERECHIM: DIAGNÓSTICO

Como anunciado na seção 2, que trata da metodologia dessa pesquisa, o questionário e a entrevista foram os instrumentos utilizados para compor o diagnóstico das bibliotecas escolares de Erechim. Portanto, os dados obtidos por meio destes instrumentos serão apresentados nessa seção de forma simultânea, buscando assim, complementaridade das

informações para permitir a compreensão com relação à perspectiva da gestão sobre as bibliotecas da rede de ensino e o que elas oferecem na prática cotidiana das escolas.

O roteiro de perguntas foi baseado na lei 12.244/2010, logo, na introdução da conversa (APÊNDICE D) buscou-se de forma objetiva discorrer sobre ela, partindo da pergunta: Qual seu conhecimento sobre a Lei nº12.244, aprovada em 2010?

A gente sabe da lei, que temos que implementar nas escolas, o que nós hoje estamos vendo é a questão do bibliotecário que é algo que nós não temos nas escolas, geralmente é um professor que acompanha, mas sim, todas a gente está tentando adequar para que as escolas tenham a biblioteca formada. (Secretária Adjunta – SMed, 2022, informação verbal).

Observa-se na fala da secretária que há ciência por parte da gestão de que existe uma irregularidade no que refere-se ao profissional qualificado para fazer a gestão das bibliotecas das escolas.⁹ Em suma, a referida lei determina que todas as escolas tenham biblioteca em funcionamento, com acervo mínimo de um título por aluno matriculado e que a Lei 4.084/62 que dispõe sobre a profissão do bibliotecário, regulamentada pelo Decreto 56.725/65 e Lei 9.674/98, seja respeitada.

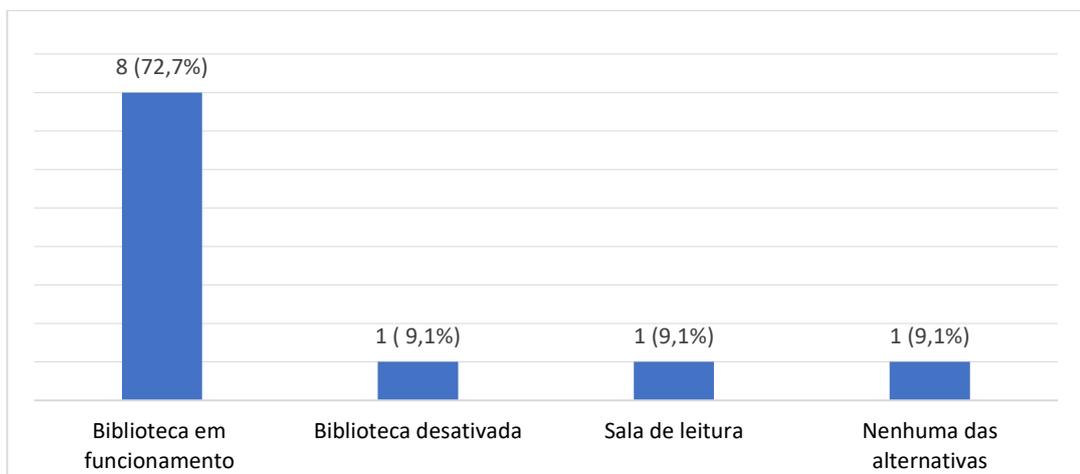
Outra situação que diverge da lei é o fato constatado de que algumas escolas não possuem biblioteca em funcionamento:

As escolas de educação infantil não são todas que têm o espaço, elas têm o acervo, muitas vezes fica no espaço mas tem algumas escolas que não tem espaço próprio assim, que tem lá que as crianças vão na biblioteca. Tem o acervo que as profes utilizam e levam pra sala de aula. Em função dos espaços das escolas não são todas que têm, mas elas têm o acervo pra levar pra sala de aula pra trabalhar. Mas todas as escolas têm acervo bibliográfico. (Secretária Adjunta – SMed, 2022, informação verbal).

As informações obtidas por meio do questionário, corroboram com a fala da secretária. Das 11 escolas participantes, 8 (73%) possuem bibliotecas em funcionamento, conforme pode ser observado no Gráfico 1:

⁹ Cabe mencionar que esta informação foi constatada no percurso de revisão documental, realizada para fundamentar a construção da proposta desta pesquisa. Nesse sentido foram observadas a Lei nº 5.148 de 30 de Dezembro 2011 - Estabelece o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público do Município de Erechim/RS, neste documento não há menção ao cargo de bibliotecário. Já a Lei nº 3.919 de 09 de Dezembro 2005, alterada pela lei complementar, Lei nº 43 de 13 de janeiro de 2022 - Dispõe sobre o quadro de cargos de provimento efetivo e estabelece o plano de carreira dos servidores, o cargo de bibliotecário é mencionado para provimento da biblioteca pública municipal.

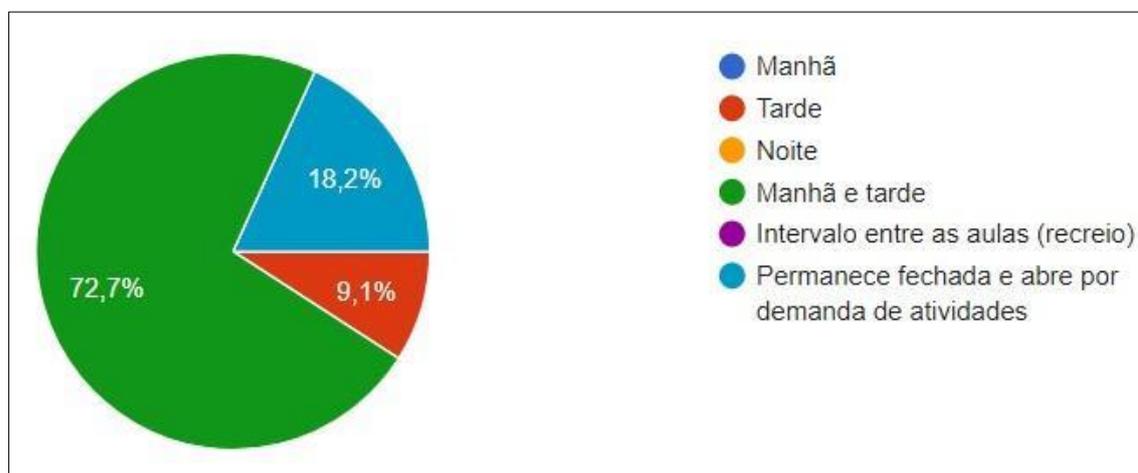
Gráfico 1 – Bibliotecas em funcionamento



Fonte: Dados da pesquisa (2023).

As outras 3 escolas possuem: 1 sala de leitura, 1 biblioteca desativada e uma biblioteca itinerante. Com relação aos turnos de atendimento das bibliotecas, ilustrados no Gráfico 2, 8 (72,7 %), funcionam nos turnos manhã e tarde, 2 (18,2 %), permanecem fechadas e abrem por demanda de atividades e 1 (9,1%), funciona somente à tarde.

Gráfico 2 – Horário de atendimento da biblioteca



Fonte: Dados da pesquisa (2023).

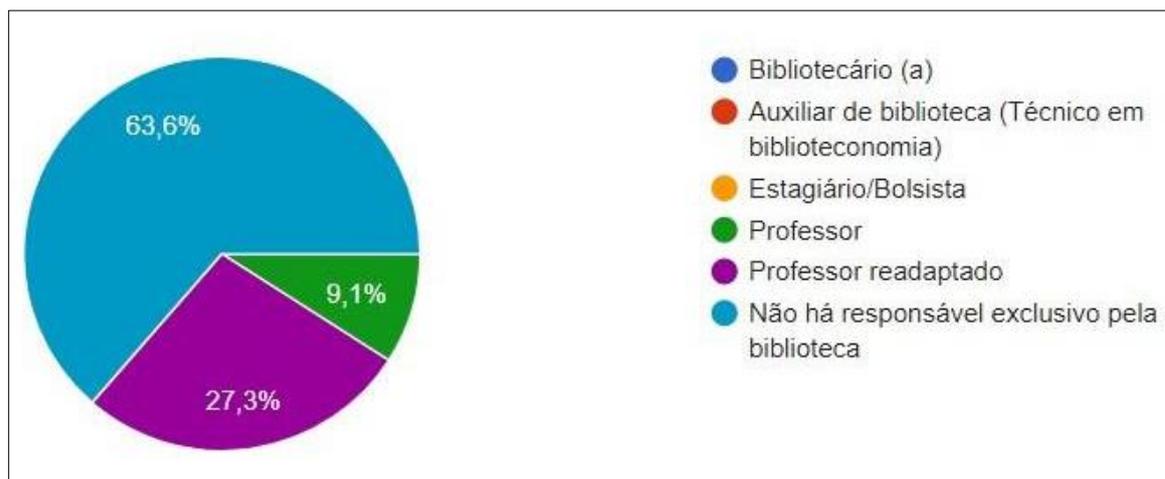
No espaço destinado para comentar outros horários específicos para atendimento, foi mencionado que:

- ✓ A biblioteca permanece em funcionamento também durante o intervalo de meio dia.
- ✓ Cada turma tem uma hora por semana para explorar a biblioteca, junto com a professora regente.
- ✓ Nossa biblioteca é itinerante, temos um carrinho que leva os livros

até a sala de referência.

Com relação ao responsável pela biblioteca, 7 (63,3%) escolas não possuem um responsável, 3 (27, 3%) é o professor readaptado e 1 (9,1%) é o professor, sem especificação, conforme Gráfico 3.

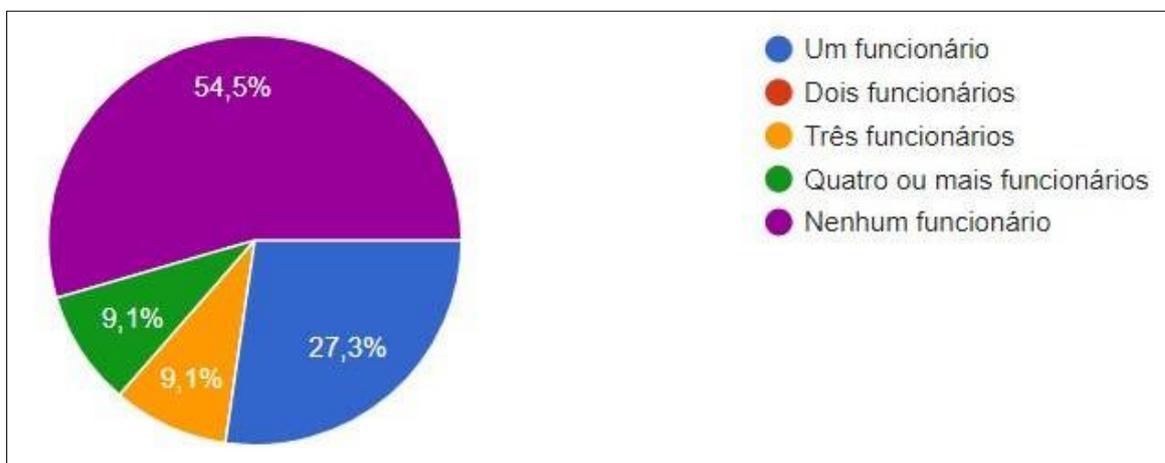
Gráfico 3 – Responsável pela biblioteca



Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Para complementar a questão anterior, foi questionado quantos funcionários atuam exclusivamente na biblioteca, como resposta obteve-se a informação: “não há um funcionário exclusivo” em 6 (54, 5%) escolas, 3 (27, 3%) responderam que há “um funcionário”, 1 (9,1%), “três funcionários” e 1 (9,1%) “quatro ou mais funcionários”, conforme Gráfico 4.

Gráfico 4 – Número de funcionários exclusivos para atender na biblioteca



Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Os dois gráficos acima, demonstram uma situação preocupante, pois, além de não ter o bibliotecário para fazer a gestão, não há um responsável que atue exclusivamente na biblioteca da escola, uma evidência disto é que as respostas deste questionário foram emitidas majoritariamente pelos diretores das escolas. Não ter um responsável pela biblioteca implica em bibliotecas fechadas, ou seja, a maioria delas, quando existem, são utilizadas apenas por demanda de atividades.

Os bibliotecários a gente não tem, realmente hoje quem atende são professores da escola, são professores que estão lá e que fazem o papel de bibliotecário. (Secretária Adjunta – SMed, 2022, informação verbal).

Para a gestora, a situação observada no parágrafo acima é o maior desafio enfrentado pela gestão municipal para o cumprimento da Lei 12.244/2010:

Os espaços que nós temos nas escolas e a questão do bibliotecário é realmente isso. Não temos concurso disso ainda né. Não temos. Então saiu concurso agora, mas não foi prevista a vaga de bibliotecário, então a gente adequa com os professores que temos nas escolas. Mas essa é a principal fator. (Secretária Adjunta – SMed, 2022, informação verbal).

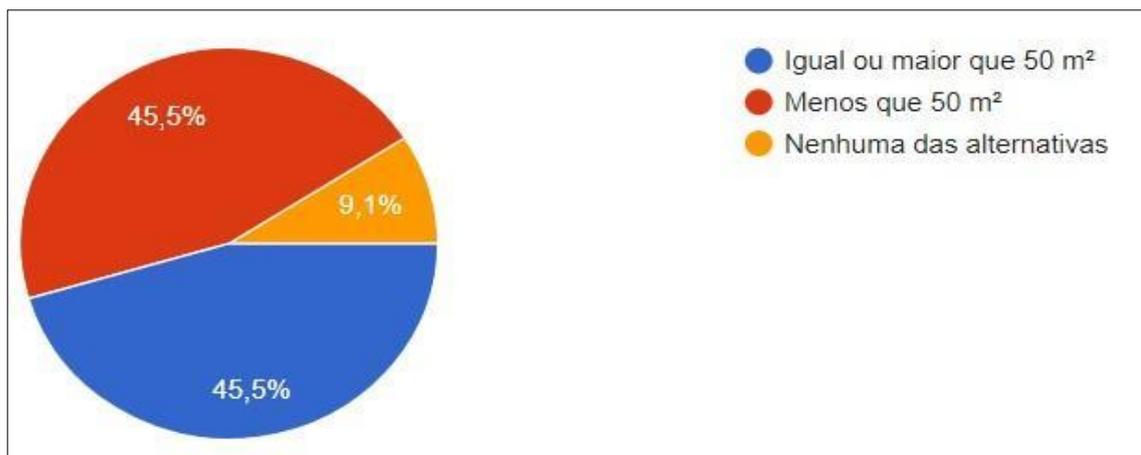
Questionada sobre a existência de algum projeto em tramitação para a inclusão do Bibliotecário no quadro do magistério, a resposta foi “*não tem nada*”. (Secretária Adjunta – SMed, 2022, informação verbal).

Com relação aos recursos físicos, condições ambientais, serviços e procedimentos técnicos das bibliotecas existentes, buscou-se informações baseadas nas orientações estabelecidas pela Resolução CFB 220/2020, que dispõe sobre os parâmetros a serem adotados para a estruturação e o funcionamento das bibliotecas escolares em consonância com a lei 12.244/2010.

5.4.1 Espaço físico e acessibilidade

A área física mínima estabelecida pela Resolução CFB 220/2020, para que seja assegurada qualidade e acessibilidade é de 50m².

Gráfico 5 – Área física da biblioteca

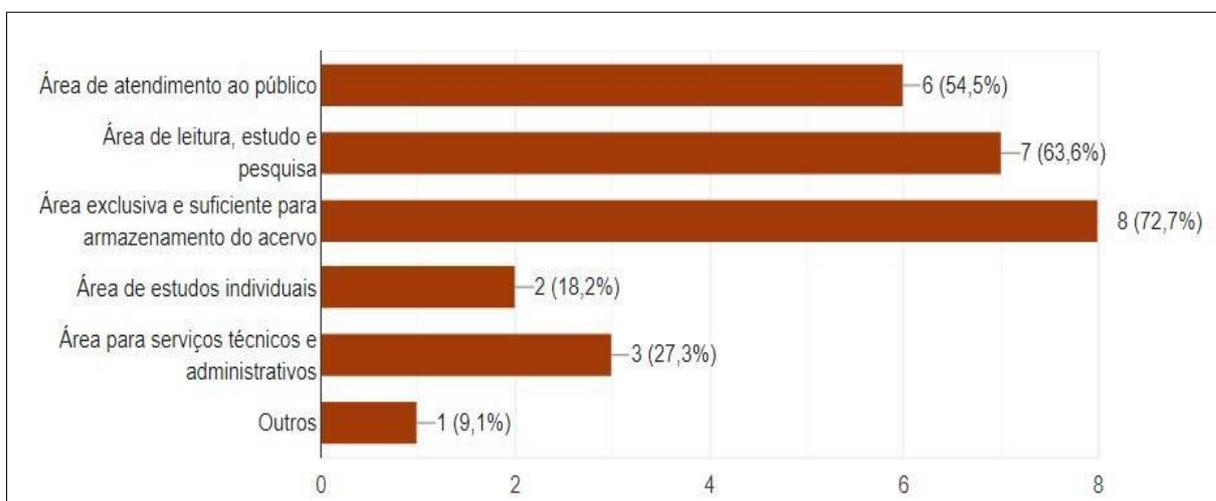


Fonte: Dados da pesquisa (2023).

No Gráfico 5, observa-se que 5 (45,5%) escolas, apresentam uma biblioteca com área igual ou superior ao determinado pela resolução. Outras 5 (45,5%) possuem um espaço menor que 50m². 1 (9,1%), respondeu nenhuma das alternativas, pois, esta escola não possui biblioteca.

As áreas físicas específicas da biblioteca também são muito importantes e agregam qualidade. De acordo com a Resolução CFB nº 220/2020, as escolas devem dispor, além do espaço físico adequado para o acervo, espaços destinados para o atendimento ao público, oferta de serviços variados e para as atividades técnicas e administrativas. Foi questionado quais as áreas específicas as bibliotecas possuem, nessa questão o respondente poderia marcar mais de uma opção, o resultado está descrito no Gráfico 6.

Gráfico 6 – Áreas físicas específicas da biblioteca

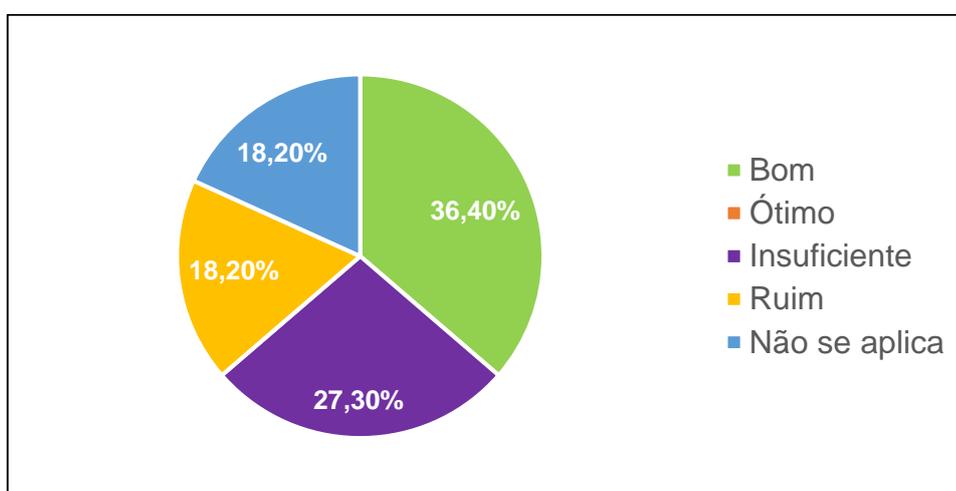


Fonte: Dados da pesquisa (2023).

O Gráfico 6, aponta que a maioria das bibliotecas possui: “área de atendimento ao público”, 6 (54,5%) “área de leitura, estudo e pesquisa” 7 (63,3%), “área exclusiva e suficiente para o armazenamento do acervo” 8 (72,7%). Somente 2 (18,2%) possuem “área de estudos individuais” e 3 (27,3%) “área para serviços técnicos e administrativos”.

Quanto às condições de acessibilidade (Piso tátil, linguagem braile, sinais sonoros, entre outros, de acordo com a Lei 10.098, de 19 de dezembro de 2000), indagou-se como elas são avaliadas, as respostas estão ilustradas no Gráfico 7.

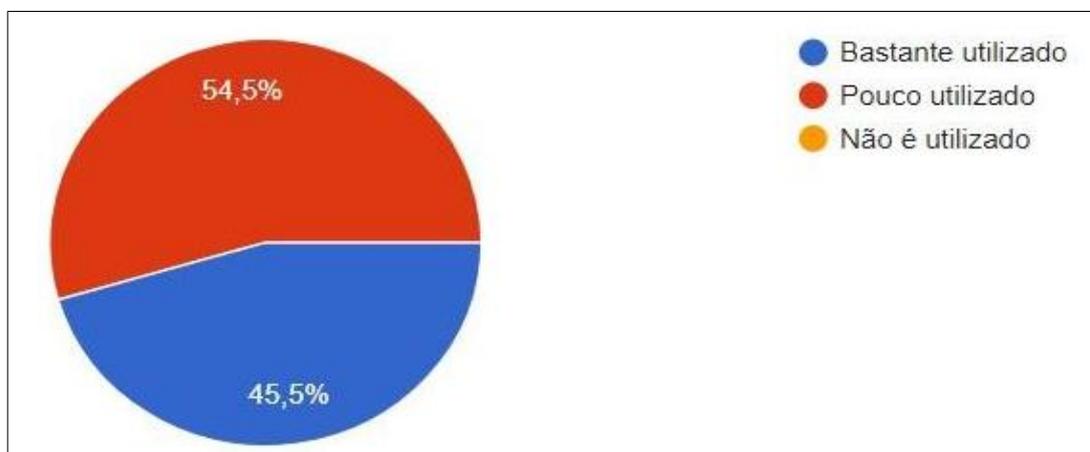
Gráfico 7 – Condições de acessibilidade



Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Observa-se no Gráfico 7, que 4 (36,4%) das escolas avaliam possuir boas condições de acessibilidade, 3 (27,3%) às consideram “insuficientes”, 2 (18,2%) declaram que as condições são “ruins”.

Gráfico 8 – Utilização do espaço



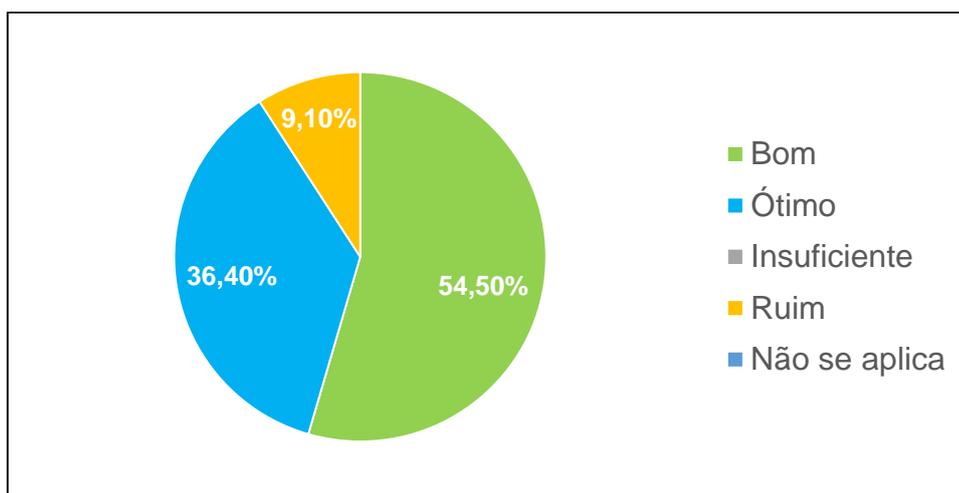
Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Quanto à utilização do espaço, para a realização de atividades, a maioria das escolas 6 (54,5%) respondeu que é “pouco utilizado”, enquanto 5 (45,5%) considera “bastante utilizado”.

5.4.2 Condições ambientais

As condições ambientais devem ser observadas também como fator que atribui qualidade e segurança para o espaço da biblioteca. Para identificar a conformidade das condições ambientais, solicitou-se a avaliação do respondente quanto a iluminação, climatização, mobiliário e equipamento de prevenção de incêndio. Os resultados são representados pelos Gráficos 9, 10, 11 e 12 a seguir.

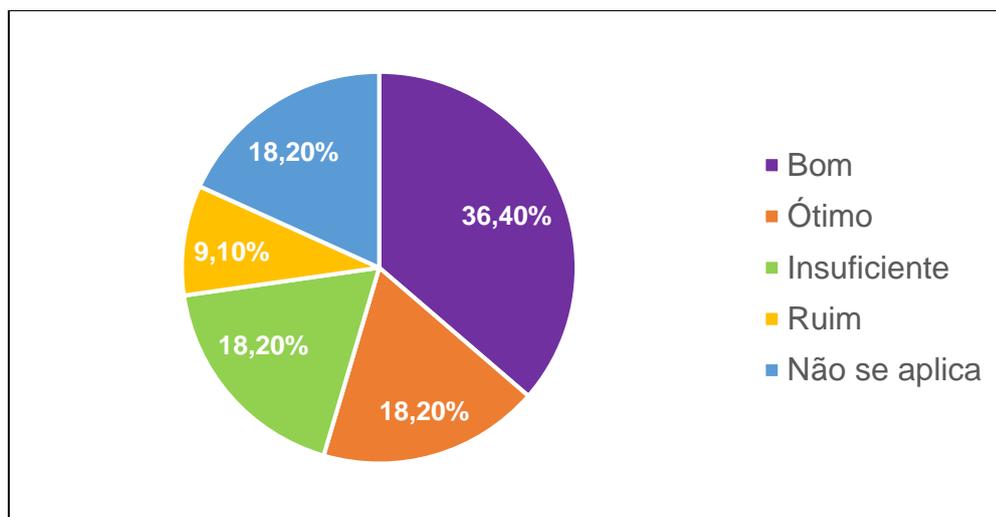
Gráfico 9 – Condições de iluminação



Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Conforme o Gráfico 9, a iluminação recebeu conceito “bom” da maioria das escolas, totalizando 6 (54,5%), já o conceito “ótimo” foi atribuído por 4 (36,4 %) e 1 (9,1%), atribui a iluminação como “insuficiente”.

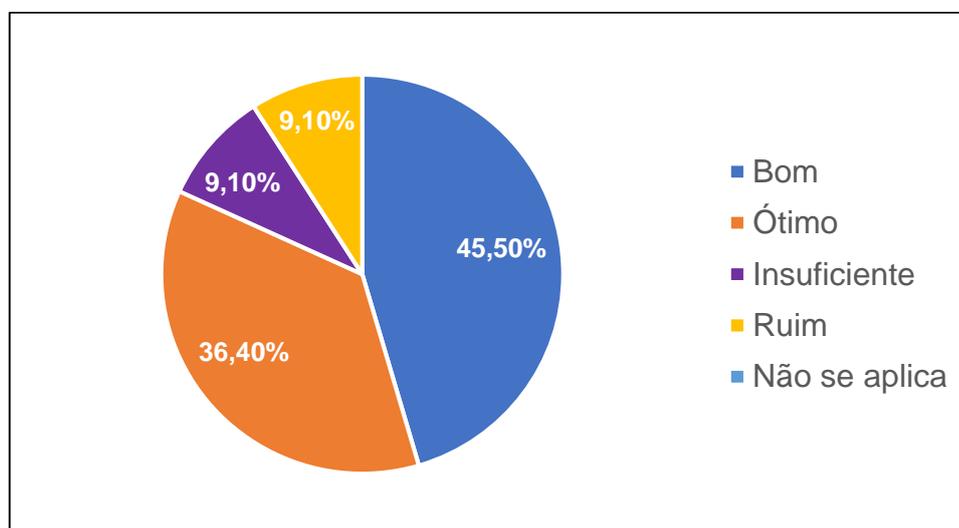
Gráfico 10 – Condições de climatização



Fonte: Dados da pesquisa (2023).

A climatização, representada no Gráfico 10, recebeu conceito “bom” de 4 (36,45%), 2 (18,2%) consideram “insuficiente”, já o conceito “ótimo” foi atribuído somente por 2 (18,2%). Uma escola 1 (9,1%), avaliou como “ruim”.

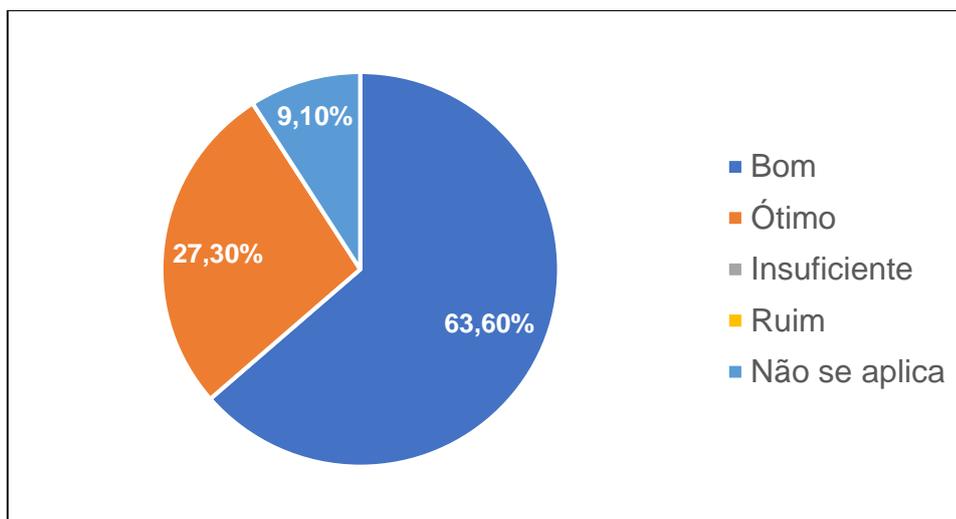
Gráfico 11 – Condições do mobiliário



Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Com relação às condições do mobiliário, apresentadas no Gráfico 11, observa-se que 5 (45,5%) escolas consideram “bom”, 4 (36,4%) escolas atribuíram conceito “ótimo”, as demais consideram o mobiliário “insuficiente” 1 (9,1%) e 1 (9,1%) “ruim”.

Gráfico 12 – Equipamento de prevenção a incêndio



Fonte: Dados da pesquisa (2023).

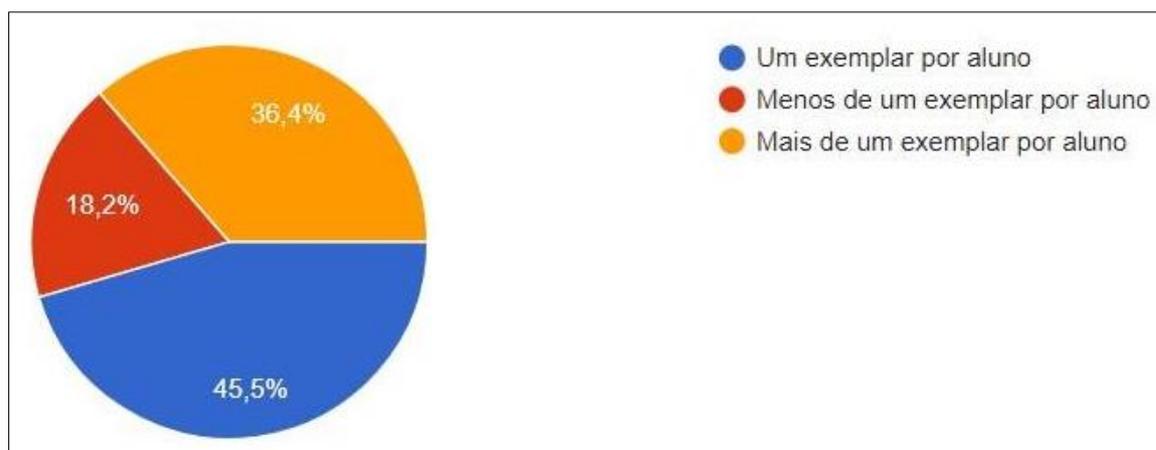
Quanto às condições dos equipamentos de prevenção a incêndio, ilustradas no gráfico 12, a maioria das escolas 7 (63,3%) avalia como “bom”, 3 (27,3%) avaliaram como “ótimo”.

Os resultados obtidos nas questões que buscaram identificar as condições ambientais, evidenciam diferenças de condições nas bibliotecas, ou seja, não há um padrão. Essa observação baseia-se nos resultados que se mostram díspares, ao passo que, para o mesmo quesito, algumas escolas têm ótimas condições, outras condições insuficientes, ruim e até escolas que não possuem os recursos.

5.4.3 Acervo

A Lei 12.244/10, estabelece que o acervo deve ser composto de no mínimo um livro por aluno matriculado, a Resolução CFB nº 220/2020, reforça essa orientação e complementa que a coleção deve ser formada por obras diversificadas contemplando autores nacionais e estrangeiros, a diversidade de gêneros e estilos literários. O resultado das questões, com o objetivo de conhecer o acervo das bibliotecas, o processo de formação da coleção e os procedimentos técnicos, estão ilustrados nos gráficos a seguir.

Gráfico 13 – Quantidade de exemplares



Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Concernente a quantidade de exemplares por aluno, observa-se no Gráfico 13, que 5 (45,5%) escolas, possuem o mínimo exigido, 4 (36,4%) mencionaram possuir “mais de um exemplar por aluno” e 2 (18,2%), apresentam um acervo com “menos de um exemplar por aluno”. No espaço destinado para detalhar a quantidade de títulos (questão opcional), obteve-se como respostas:

- ✓ 300 livros;
- ✓ Mais de 1000 livros, entre didáticos e literatura;
- ✓ 450 livros;
- ✓ Mais de 500 livros infantis;
- ✓ Não temos ideia de quantos livros e não temos bibliotecária;
- ✓ Insuficiente.

Para saber quais os itens estão presentes na coleção das bibliotecas, formulou-se uma questão de múltipla escolha com a opção de complementar com algum item não informado na lista. Conforme o Quadro 17, os “livros de literatura brasileira” 9 (81,8%), “literatura infantil” 9 (81,8%), “fantoques, jogos e fantasias” 8 (72,7%) e “globo”, foram os itens que se destacaram.

Quadro 3 – Itens que compõem a coleção da biblioteca

Itens	Número de escolas/Percentual
Atlas/Dicionário	6 (54,5%)
Globo	7 (63,6%)
E-book	1 (9,1%)
Fantoques/Jogos/Fantasias	8 (72,7%)
Livros didáticos	6 (54,5%)
Livros de literatura brasileira	9 (81,8%)
Livros de literatura em outros idiomas	2 (18,2%)
Livros de literatura infantil	9 (81,8%)
Multimídias (CDs, DVDs, etc.)	5 (45,5%)

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Com relação a acessibilidade e inclusão, foi indagado se a biblioteca possui no acervo itens que atendam às necessidades especiais tais como: livros em braile e audiolivros. A maioria das escolas 6 (54,5%) não possui um acervo inclusivo. Apenas 5 (45,5%) das escolas dizem possuir itens que atendem a necessidades especiais.

Na entrevista com a secretária adjunta, o acervo também foi pauta, buscou-se entender como ocorre a aquisição, atualização e a diversificação do acervo.

Sobre o acervo, o que que nós fizemos no início do ano: a gente faz um levantamento com os próprios professores de obras que eles queiram tanto para eles, teórico enfim prática pedagógica para eles, quanto para as crianças. Então a gente faz uma seleção do que tá mais atualizado do que é mais interessante para os alunos e aí se faz essa aquisição. E os estudantes eles também têm seu acervo próprio em casa, porque dentro do sistema de ensino que nós temos eles recebem cinco livros. São quatro módulos no ano, que eles recebem de apostilas e cinco livros em cada módulo para eles terem a biblioteca deles em casa. São selecionados e eles levam pra casa os livros. (Secretária Adjunta – SMEd, 2022, informação verbal).

Em consonância com a fala da secretária, o resultado obtido no questionário evidencia que a aquisição é feita majoritariamente por intermédio da SMEd, entende-se que ela ocorre de forma centralizada. Conforme o Quadro 16, 10 (90,9%), escolas responderam que a solicitação da compra é feita pela SMEd, 9 (81,8%) por professores e diretores, já o Programa Nacional do Livro Didático é mencionado por 4 escolas (36,4%).

Quadro 18 – Aquisição de acervo

Intermédio	Número de escolas
Diretores	9 (81,8%)
Professores	9 (81,8%)
Secretaria da Educação	10 (90,9%)
Responsável pela biblioteca	3 (27,3%)
Programa Nacional do Livro Didático	4 (36,4%)
CPM da Escola	1 (901%)

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Ainda com relação a aquisição de acervo, a secretária discorre sobre uma ação da SMEd implementada em 2022, o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), que consiste em uma verba destinada para escola investir nos recursos que julgar necessário.

As escolas possuem o PDDE que é o Programa Dinheiro Direto na Escola. Elas recebem um valor todo ano e dentro desse valor elas podem fazer aquisição de material bibliográfico também. Então se elas querem o que não

tem e não foi encaminhado, elas podem fazer essa aquisição também. O dinheiro elas gestão como quiser então elas compram o que é necessário pra escola e muitas escolas adquirem livros para as crianças.

Quanto ao tratamento técnico do acervo, identificou-se que não existe uma forma automatizada de organização, o controle do acervo é feito manualmente no “livro de controle”. A maioria das escolas, 10 (90%), respondeu que não há nenhuma orientação como (guias, manuais etc.), para os procedimentos técnicos de catalogação.

Com base nos dados apresentados, pode-se inferir que o acervo conta com materiais diversificados, no entanto, os recursos digitais ainda não foram incorporados à realidade das bibliotecas. Quanto à quantidade de exemplares ofertados, observou-se que o quantitativo está de acordo com o que está preconizado pela Resolução CFB nº220/2020, na maioria das escolas, contudo não há padronização no desenvolvimento da coleção e nem padronização técnica.

5.4.4 Serviços e projetos

Os serviços básicos que devem ser ofertados pela biblioteca escolar, de acordo com a Resolução CFB nº220/2020, são: “consulta local ao acervo, empréstimo domiciliar de itens do acervo, atividades de incentivo à leitura e orientação à pesquisa escolar”.

Nesse sentido, foi solicitado para assinalar, em uma lista de opções preestabelecidas, quais os serviços a biblioteca oferece, o resultado está descrito no Quadro 19.

Quadro 19 – Serviços que a biblioteca oferece

Serviços	Número de escolas
Acesso a acervo digital	2 (18,2%)
Consulta local ao acervo	5 (45,5%)
Cursos/Oficinas de informática	0%
Empréstimos domiciliar	8 (72,7%)
Hora do conto	8 (72,7%)
Orientação à pesquisa escolar	6 (54,5%)
Projetos culturais (Clubes de leitura, exposições, sarau literário)	3 (27,3%)
Wifi	2 (18,2%)

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Os serviços que mais se destacaram foram: “Empréstimo domiciliar de itens do acervo” e “Hora do conto”, ofertados por 8 (72,7%) bibliotecas. O segundo mais ofertado, foi a “Orientação à pesquisa escolar”, realizada por 6 (54,5%) bibliotecas e a “Consulta local do

acervo” por 5 (45,5%) bibliotecas. Apenas 2 (18,2%) bibliotecas possuem o serviço de *Wifi* e acervo digital.

Quanto aos projetos, foi questionado se a biblioteca promove atividades de incentivo à leitura, 6 (54,5%) responderam que “sim”, 5 (45,5%) não realizam nenhuma atividade.

Para complementar a questão, foi destinado um espaço (opcional) para as bibliotecas que responderam “sim”, pudessem descrever quais as atividades são realizadas. Como respostas obteve-se:

- ✓ *Exposição de livros como sugestão de leitura;*
- ✓ *Construção de cartazes para despertar o gosto pela leitura;*
- ✓ *Envio de livro semanalmente para casa;*
- ✓ *Hora do conto;*
- ✓ *Momentos de leitura deleite;*
- ✓ *Pequenos cidadãos leitores.*

Quanto aos projetos realizados com parcerias entre professores, a maioria das bibliotecas 8 (72,7%), responderam que “sim”, 3 (27,3%), não realizam atividades em parceria.

Indagou-se quais projetos foram realizados, obteve-se como resposta:

- ✓ *Sarau literário;*
- ✓ *Apresentação de obras literárias para a comunidade da escola;*
- ✓ *Biblioteca móvel;*
- ✓ *Caixas de leitura na sala de aula;*
- ✓ *Hora do conto temático;*
- ✓ *De acordo com a curiosidade das crianças, desenvolvemos os projetos.*
- ✓ *Visitação a Biblioteca pública e Arquivo histórico (Pequenos cidadãos leitores).*

Foi questionado se existe cooperação entre bibliotecas da SMEd, para a realização de projetos e atividades, 7 (63,6%) bibliotecas, responderam que “não”, enquanto 4 (36,4%), responderam que há cooperação. Solicitou-se que fosse descrito a forma como se dá essa cooperação, como resposta, obteve-se:

- ✓ *Acervos;*
- ✓ *Projetos culturais;*
- ✓ *Hora do conto na biblioteca pública.*

Observando os resultados sobre serviços e projetos, percebe-se que as bibliotecas oferecem os serviços estabelecidos como fundamentais, pela Resolução CFB nº220/2020. Quanto aos projetos de incentivo à leitura, não são todas as escolas que realizam, portanto, entende-se que não há dinamização da biblioteca em algumas escolas, esse fato corrobora para

que ela seja pouco frequentada ou nem considerada como um recurso para o desenvolvimento das atividades pedagógicas, conforme constatado anteriormente, em que a maioria das escolas respondeu que considera o espaço “pouco utilizado”.

5.4.5 A biblioteca da escola na visão dos participantes da pesquisa

Buscou-se conhecer a opinião dos participantes acerca do funcionamento da biblioteca. Para isso, foi elaborada uma questão dissertativa (obrigatória): “Descreva o que você, enquanto educador considera necessário para o bom funcionamento da biblioteca de sua escola”. Obteve-se as seguintes respostas:

- 1 – *Ampliação do acervo, responsável com formação específica ou curso de aperfeiçoamento.*
- 2 – *Um responsável pela organização, cuidado e incentivador de projetos de leitura e uso de biblioteca.*
- 3 – *Ter uma pessoa responsável para ficar na biblioteca.*
- 4 – *Um bom acervo literário que aguce a curiosidade e a pesquisa.*
- 5 – *Uma pessoa que tenha disponibilidade de carga horária para trabalhar especificamente na biblioteca.*
- 6 – *A frequência da comunidade escolar.*
- 7 – *Ter um profissional responsável que organize o espaço e proponha atividades para as crianças.*
- 8 – *Considero muito importante, gostaríamos de ter esse espaço na nossa escola.*
- 9 – *Que ela se mantenha ativa no ambiente escolar, sendo exploradas por todos, com itens atrativos e atualizados.*
- 10 – *Espaço acolhedor, bom acervo e bom atendimento.*
- 11 – *Motivar os estudantes para frequentarem a biblioteca e desenvolverem o gosto pela leitura.*

Ao ler as opiniões dos participantes, dois fatores se destacaram: o primeiro foi a carência de profissional qualificado, com dedicação exclusiva para atuar na biblioteca, o segundo está relacionado ao acervo, que de acordo com as descrições, não atende plenamente os requisitos de quantidade, diversidade e atualização. Como pode-se constatar, esses fatores foram mencionados pela maioria das escolas.

Na opinião da secretária adjunta, quando questionada se as bibliotecas das escolas atendem de forma satisfatória as demandas da comunidade escolar, obteve-se a seguinte resposta:

Sim, acredito que sim. Tem um bom acervo nossas bibliotecas e a gente sempre tenta, que nem eu te falei, a gente sempre tenta adquirir aquilo que é mais atualizado e aquilo que é de interesse dos estudantes

também. Porque a gente sabe que tem alguns livrinhos, principalmente da área da educação infantil que não somam nada pra criança, então a gente procura fazer uma seleção boa pra ter um bom material. (Secretária Adjunta – SMEd, 2022, informação verbal).

A opinião expressada pela secretaria vai de encontro com o que foi identificado como satisfatório para os diretores das escolas (respondentes do questionário). A percepção dos professores que vivenciam o dia-a-dia da escola é divergente, entendo que ainda faltam recursos fundamentais para o bom funcionamento das bibliotecas.

5.4.6 Considerações sobre a SMEd e suas bibliotecas

As informações obtidas por meio da entrevista demonstram haver consciência por parte da gestão com relação ao descumprimento de alguns dispositivos da Lei 12.244/10. Somadas as respostas objetivas e descritivas, colhidas através do questionário, tem-se um diagnóstico que aponta para uma situação de desconformidade em aspectos que transcendem a legislação. Os problemas identificados nas bibliotecas da SMEd, são comumente observados na literatura científica, quando se trata de biblioteca escolar, observados majoritariamente no âmbito da educação pública e estão descritos na Figura 7.

Figura 7 – Aspectos críticos das bibliotecas

01	Biblioteca transformada em sala de aula, por falta de espaço
02	Bibliotecas fechadas por falta de profissional para fazer atendimento
03	Falta de bibliotecário para fazer a gestão
04	Biblioteca reduzida a acervo
05	Falta de padronização nas condições físicas e ambientais
06	Falta de padronização técnica
07	Professores distantes da biblioteca

Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

No panorama da educação brasileira, salvo algumas exceções, pode-se inferir que a BE é entendida equivocadamente como um recurso dispensável. Ao passo que, suprimir a

biblioteca da escola quando a oferta de vagas é superior ao que a escola comporta e faltam salas de aulas, por exemplo, é considerada uma alternativa. Assim como, inativar a biblioteca por falta de pessoal para o atendimento e transformá-la em depósito de livros didáticos também são de praxe.

Os resultados aqui apresentados, remetem ao entendimento de que apesar da SMEd investir em recursos para a qualificação da educação¹⁰, concernente a biblioteca da escola, a gestão opera dentro de um “conceito convencional” de biblioteca escolar. Conceito este, ilustrado no parágrafo acima, que foi se desenhando na prática cotidiana e sendo naturalizado na cultura escolar pública brasileira no decorrer de décadas. Com efeito, nos deparamos com a biblioteca da escola excluída do planejamento pedagógico, do projeto arquitetônico das escolas e das políticas públicas educacionais e do fazer pedagógico do professor em sala de aula.

Outro fato observado, foi que a biblioteca é em muitos momentos entendida como acervo, ou ainda que o acervo pode contornar ou minimizar o impacto da ausência da biblioteca. Esse aspecto fica evidente quando a secretária enfatiza que há um bom acervo nas escolas e que há investimento anual para ampliar e atualizar a coleção. A atenção dada a coleção com a prática de atualização anual, e o próprio PDDE que pode ser utilizado para aquisição de livros, mencionado na entrevista, são muito positivos, além disso, de acordo com as informações complementares, obtidas na página da SMEd:

Os estudantes do Ensino Fundamental têm, também, as apostilas, livros literários, e todo este material na plataforma digital que é utilizado com projetores nas salas de aula, isto é, a Transformação Digital é ferramenta de estudo. Tudo isso, é avaliado, periodicamente, com a realização de provas, simulados, com os estudantes do 2º ao 9º ano, esta avaliação é utilizada para traçar as ações pedagógicas e melhorar os processos de ensino e aprendizagem nas nossas Escolas Municipais. (SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ERECHIM, 2023, *online*).

Com relação a acessibilidade e inclusão:

As Escolas Municipais de Ensino Fundamental de Erechim, receberam nesse ano letivo de 2023, materiais didáticos e livros literários ampliados como parte do Sistema de Ensino SIM-FTD, para as crianças/estudantes com deficiência/autistas/baixa visão. Neste projeto foram beneficiadas 38 estudantes com quatro volumes de apostilas e quatro livros literários, todos

¹⁰ É importante ressaltar que há investimento no sentido de avanços para educação, em entrevista a Secretária de Educação, Verenice Lipsch, anuncia que “o município de Erechim vem fazendo grandes investimentos na educação no Sistema Municipal de Ensino. Aumentamos o salário dos professores em 61,16% de 2021 a 2023, implantamos o uniforme escolar, e, relacionado ao processo pedagógico, implantamos o Sistema de Ensino FTD nas escolas de Ensino Fundamental, o que está colaborando muito para o avanço da Transformação Digital nas escolas”. (SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ERECHIM, 2023, *online*).

ampliados. (SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ERECHIM, 2023, *online*).

No entanto, observa-se que não há menção da biblioteca escolar como coadjuvante em nenhuma iniciativa anunciada pela SMEd. Assim como, nota-se que os recursos (apostilas e os livros literários) da plataforma digital¹¹ não foram mencionados pelos respondentes nas questões acerca do acervo. Esse fenômeno pode ser explicado pela não inclusão da biblioteca no currículo escolar. Conforme dito anteriormente, o distanciamento da biblioteca nesse processo a torna estranha, algo à parte, isolada. Isso pode ser observado também nas respostas obtidas pelo questionário, quando os educadores apelam para um profissional que proponha as atividades de incentivo à leitura.

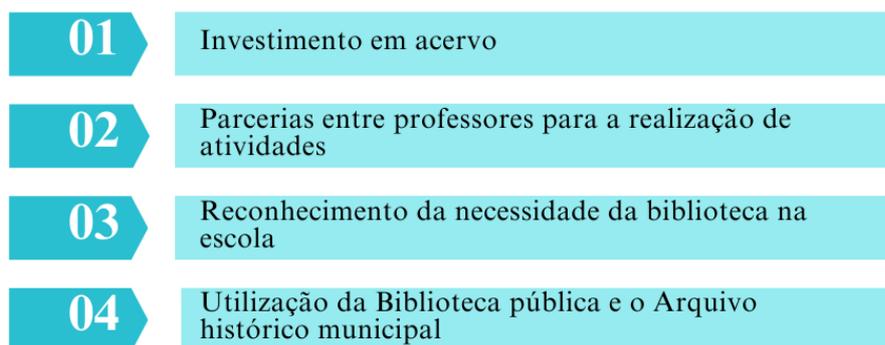
Outro fato que merece destaque foi o atendimento por demanda, o que significa que a maioria das bibliotecas permanecem fechadas sendo utilizadas somente quando o professor programa uma atividade. Situação posta em decorrência da falta de profissional exclusivo para o atendimento na biblioteca, o que impossibilita mantê-la em funcionamento em turno integral. Esse fato explica também a falta de padronização técnica do acervo, organização do espaço físico da biblioteca e a carência de ampliação dos projetos culturais e incentivo do uso da biblioteca, mencionados no questionário, como requisitos necessários para o bom funcionamento da biblioteca.

Em suma, percebe-se que investir somente em acervo, sem investir nos demais recursos para o funcionamento da biblioteca não supre as demandas postas pelos educadores. Assim como, pode-se ir além e dizer das necessidades do educandos de circular livremente por um espaço seguro, acolhedor e convidativo para realizarem as atividades propostas em sala de aula, a leitura de entretenimento, a troca no diálogo para realização dos trabalhos em grupo e a autonomia na busca pela informação e lazer.

Ainda de acordo com as informações obtidas pelo questionário e entrevista, constatou-se como fatores positivos, conforme Figura 8.

¹¹ Em entrevista ao Jornal Bom Dia, a secretária Municipal de Educação, Verenice Lipsch, explica que o Sistema de Ensino SIM – FTD foi implantado, neste ano [2022], nas Escolas de Ensino Fundamental e é mais uma ação do Investe + Erechim, maior programa de investimentos da história de Erechim, para qualificar a educação pública municipal de Erechim. O Sistema de Ensino FTD envolve uma série de apostilas com material didático para estudantes do 1º ao 9º anos. [...] Além disso, há também a plataforma educacional, pedagógica, que envolve a formação permanente dos professores. “Na plataforma tem atividades dos mais variados conteúdos para serem desenvolvidos com os estudantes. O professor tem disponível, também, planos de aulas, material, jogos, muita informação para tornar as aulas ainda mais dinâmicas”, observa a secretária.

Figura 8 – Aspectos positivos das bibliotecas



Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

Por fim, considerando que o objetivo é desenvolver um modelo de gestão em rede para as bibliotecas escolares do Sistema Municipal de Ensino de Erechim, de modo a ampliar e fortalecer o seu trabalho enquanto unidade de informação educadora e socialmente responsável, indagou-se a secretaria de educação: A exemplo do Sistema de Gestão Educacional, implementado em abril de 2022, integrando as funções administrativas das 19 escolas.¹² Qual é a sua opinião para a gestão articulada das bibliotecas do SME, com a configuração de uma “Rede de bibliotecas”?

Acho que é válido, porque como hoje nós temos o sistema de gestão né e tudo funciona no sistema de gestão, eu acho que é válido sim.com certeza.

Diante do exposto, conclui-se que há potencial para a proposta de gestão em redes para as bibliotecas das escolas da SMEd. De acordo com o diagnóstico, existem problemas tradicionais que necessitam de reparos, mas, na busca por ações da Secretaria de Educação, os resultados apontam também para uma gestão que investe em educação, esses investimentos vão desde, distribuição de uniformes escolares, recursos tecnológicos¹³ e a formação dos professores. Há, portanto, indicativos comprovados de esforços no sentido de otimizar os

¹² O Sistema de Gestão Educacional, da empresa System Sistemas de Gestão, foi implantado em 2022, integrando administrativamente as 18 Escolas Municipais do Sistema Público de Ensino. Esse sistema proporciona melhor agilidade nos processos de inscrições, matrículas e rematrículas e outras demandas das secretarias das escolas. (SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ERECHIM, 2022, *online*).

¹³ A secretária, Verenice Lipsch, ressalta que cada um dos 3.237 estudantes do Ensino Fundamental municipal têm acesso a um computador para ser utilizado, diariamente. “Os notebooks ficam disponíveis nas escolas de Ensino Fundamental em carrinhos apropriados, que já fazem o carregamento das baterias. Os notebooks são utilizados para acessar as plataformas digitais de ensino em sala de aula. Além disso, os professores do Sistema Municipal de Ensino também têm um notebook para dar aula e planejar as atividades” (SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ERECHIM, 2023, *online*).

processos educacionais, tanto os de cunho administrativos quanto os pedagógicos, almejando qualificar a educação ofertada pelo sistema municipal de ensino.

Esses indicativos mostram um cenário favorável para elaboração de uma proposta que ambicione incluir as bibliotecas nesses esforços, culminando numa possível rede de recursos integrados. Os benefícios da atuação em redes já foram colocados no decorrer desta dissertação, confirmando que quando a gestão lança o olhar especificamente para o planejamento da biblioteca escolar o cenário, ora desenhado pelo diagnóstico, pode ser transformado. No caso das bibliotecas da SMEd, a falta do bibliotecário, que é o profissional capacitado formalmente para a gestão de bibliotecas, pode ser a lacuna entre o saber teórico e a contribuição com a gestão para propor ações voltadas para a biblioteca.

Nesse sentido, cabe mencionar que o modelo de gestão que será apresentado como produto dessa pesquisa, será pautado nas legislações vigentes, que respaldam a educação de qualidade, a biblioteca escolar e o bibliotecário. As questões técnicas terão como base o que estabelece a Resolução CFB 220/2020 e as Diretrizes para a Biblioteca Escolar (IFLA/UNESCO, 2015).

6 MODELO DE GESTÃO EM REDES PARA AS BIBLIOTECAS DA SMED ERECHIM: A CONSTRUÇÃO

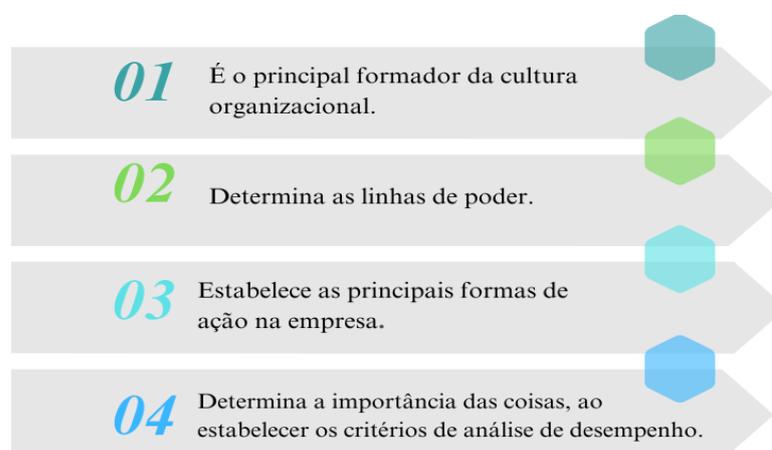
[...] cabe à biblioteca ser um espaço para os membros da comunidade transformarem seu amor e paixão em algo para o bem da comunidade e/ou para o seu próprio.
(R. David Lankes)

Um modelo de gestão é um instrumento que determina a dinâmica de uma organização, com o objetivo de obter resultados eficientes. Para Crozatti (1998, p. 13) “o modelo de gestão é o conjunto de normas e princípios que devem orientar os gestores na escolha das melhores alternativas para levar a empresa a cumprir sua missão com eficácia”. Ainda de acordo com o mesmo autor, o modelo de gestão é visto como o instrumento mais importante da organização, sendo este o “produto do subsistema institucional e tem como fundamento as crenças e valores dos líderes da empresa [...]”.

Corroborando Chiavenato (2021, p. 45), alegando que para além da adequação estrutural, uma organização requer uma conjunção de crenças, ideias, princípios e valores que lhe dão consistência e identidade própria. Todo negócio deve ter uma missão para cumprir, uma visão do futuro que o norteie e valores que pretende consagrar.” A missão é definida pelo autor como “a própria razão de ser e de existir da organização e qual é o seu papel na sociedade.”

Entende-se, portanto, que os produtos e serviços de uma organização são materializados com base na sua missão. Nesse sentido, o modelo de gestão deve ser elaborado de forma a conjugar os valores organizacionais e as transformações/exigências do meio. As principais características de um modelo de gestão são descritas na Figura 9.

Figura 9 – Principais características de um modelo de gestão



Fonte: Adaptado de Crozatti (1998).

Apesar das principais características comuns presentes nos modelos de gestão, não há um padrão preestabelecido, os modelos de gestão são engendrados de forma a atender especificamente os objetivos de determinada organização. Isso significa que o modelo é pensado de forma estratégica, considerando os recursos (existentes ou previstos) e sendo ajustado conforme a filosofia da organização, com foco nos resultados que se pretende alcançar.

Diante disso, a rede de bibliotecas escolares deve ser entendida aqui como uma organização. No entanto, no caso da SMEd de Erechim, essa organização inexistente, portanto, se configura numa proposta que engendra um modelo de gestão em rede para integrar as 19 bibliotecas. Para isso, foi necessário definir princípios como: a missão, visão, finalidade, serviços, formação de equipe, entre outros, possibilitando idealizar essa rede e assim, traçar um planejamento de forma propositiva, mas consistente.

Como observado na revisão bibliográfica, consta na literatura da CI, um planejamento estratégico para a gestão de bibliotecas escolares na modalidade de redes, apresentado recentemente na dissertação de Barbosa (2021, p. 43). Ela definiu as cinco fases (Figura 10) que apresentam aspectos, que de acordo com o seu estudo de caso “darão identidade a qualquer tipo de rede de biblioteca”. A partir deles é possível estabelecer “condições necessárias para focar a prestação de serviços e produtos; oferecer suporte para alcançar os objetivos propostos, ampliar a oferta de recursos compartilhados, evitando esforços desnecessários.” (BARBOSA, 2021, p. 44).

Figura 10 – Fases para o planejamento da rede



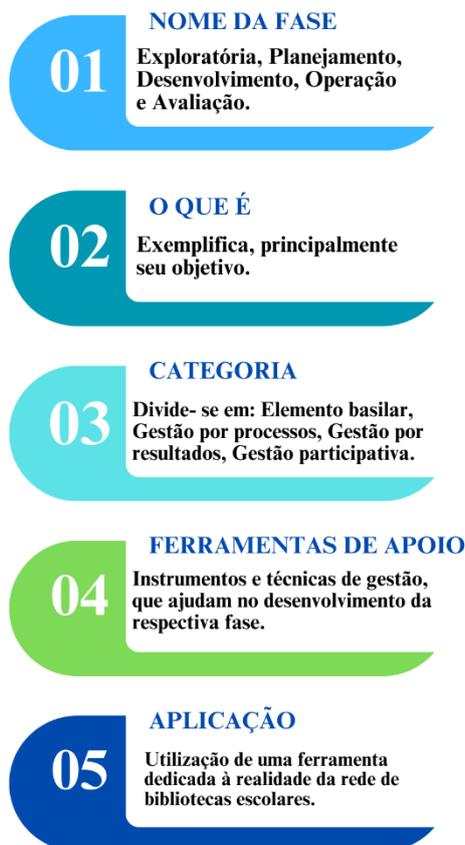
Fonte: Elaborado pela autora baseado em Barbosa (2021, p. 43).

Assim, com o conhecimento dos elementos constitutivos de uma rede de BE e o diagnóstico das bibliotecas da SMEd, elaborou-se o modelo de gestão em redes, seguindo as fases ilustradas na Figura 10:

- **Fase exploratória:** aplicou-se a matriz SWOT (forças, oportunidades, fraquezas e ameaças), no sentido de mapear as condições organizacionais da SMEd, para identificar a viabilidade de implementação de uma rede de bibliotecas escolares.
- **Fase de planejamento:** elaborou-se o plano de ações. Os elementos constitutivos, extraídos da análise de conteúdo, foram traduzidos nas sete metas: (1) Definir a identidade da rede, (2) Estabelecer vínculo administrativo, (3) Elaborar a legislação e documentação, (4) Definir os recursos humanos, (5) Definir os recursos físicos, (6) Recursos tecnológicos e (7) Recursos financeiros. Os indicadores de boas práticas constituíram as ações para o alcance das sete metas estabelecidas, distribuídas nas fases correspondentes.
- **Fase desenvolvimento:** sugeriu-se a institucionalização da rede, estabelecendo o vínculo administrativo, a criação do cargo de bibliotecário e a definição das atribuições, a formação de equipe e estimativa dos recursos físicos, tecnológicos e financeiros.
- **Fase de operação:** um rol de ferramentas de apoio para a execução de cada atividade detalhada, para o alcance das metas elencadas no plano de ações, foi sugerido.
- **Fase de avaliação:** salientou-se a importância dessa fase, visto que, o processo avaliativo pode ser aplicado para fases macro e para atividades mais pontuais. Assim, foi definido exemplos de atividades e ferramentas para executar a avaliação.

As atividades que compõem as cinco fases para o planejamento, foram categorizadas em: elemento basilar, gestão por resultados, gestão por processos e gestão participativa. O modelo de gestão foi estruturado conforme apresentado na Figura 11.

Figura 11 – Estrutura do modelo de gestão



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Por meio da proposição desse modelo de gestão, buscou-se exemplificar em cada uma das fases, como a SMEd poderá articular e otimizar recursos instituindo a Rede de Bibliotecas Escolares. Considerando transformar essas bibliotecas em um equipamento educacional robusto, disponibilizando os recursos necessários para o apoio ao currículo escolar. Instaurando assim, unidades de informação que contribuam efetivamente com o processo de ensino e aprendizagem no que tange as habilidades do uso da informação, criticidade, gosto pela leitura e no desenvolvimento da escrita.

O modelo de gestão proposto pauta-se principalmente, na cooperação entre profissionais e na formação de parcerias entre a Secretaria Municipal de Educação e a Secretaria Municipal de Esporte e Cultura, compartilhando os recursos existentes. Ao instituir uma rede de bibliotecas escolares, a SMEd poderá alcançar condições ideais para que todas as escolas tenham bibliotecas de qualidade em funcionamento, entrando assim em conformidade com o que determina a Lei 12. 244/10.

Por fim, destaca-se que o modelo aqui proposto (APÊNDICE E) não tem o intuito de esgotar o tema, visto que a dinamicidade das organizações, inclusive uma rede de bibliotecas escolares, é viva, permeada por relações sociais, culturais, econômicas e políticas que devem sempre ser consideradas. Os exemplos de aplicação a partir de ferramentas de gestão devem ser entendidos meramente como sugestões e adequados tanto para a realidade da biblioteca presente na rede, como no olhar sistêmico das 19 bibliotecas escolares. Consideramos ainda que, a medida que o trabalho em rede vai ganhando robustez e maturidade, certas etapas do modelo flexibilizam-se naturalmente.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Uma escola sem biblioteca é uma escola sem alma.
(Magda Soares)*

Retomando o que foi dito na introdução desta dissertação, a discussão em torno da biblioteca escolar e a busca por compreender, avaliar e transformar a realidade de precariedade ou inexistência de bibliotecas nas escolas, não é um empreendimento inédito ou recente. No campo da CI e da Biblioteconomia, disciplinas que têm como objeto de estudo a informação e as bibliotecas, respectivamente, os esforços para atender as demandas sociais oriundas das transformações históricas, por meio de aprimoramentos desses objetos são contínuos.

Partindo desse fundamento, esta pesquisa foi desenvolvida com a expectativa de responder como o Sistema Municipal de Ensino de Erechim poderia ampliar e fortalecer o trabalho de suas bibliotecas a partir de um modelo de gestão em rede. Com base nessa problemática, estabelecemos como objetivo geral desenvolver um modelo de gestão em rede para as bibliotecas SME, de modo a ampliar e fortalecer o seu trabalho enquanto unidade de informação educadora e socialmente responsável.

Nos debruçamos primeiramente na tarefa de explorar a contribuição da gestão em rede de bibliotecas por meio da revisão de literatura, sendo este o primeiro objetivo específico. Nessa imersão bibliográfica, nos deparamos com instituições de ensino que lançaram um olhar construtivo para as bibliotecas escolares. Ao adotarem uma gestão estratégica dos recursos, alcançaram infraestrutura e serviços satisfatórios, potencializando essas unidades de informação. Desse modo, compreendemos como a atuação em rede possibilitou que as bibliotecas projetadas como um espaço apartado da comunidade escolar, cujas ações não foram consideradas para a formulação do currículo, tornaram-se parte do cotidiano dessas instituições.

Sintetizamos em uma única seção a descrição da experiência dessas instituições, apresentadas nos resultados das pesquisas, legitimando contribuições significativas, para os sistemas de ensino que adotaram a formação de redes. Essa ocorrência pôde ser confirmada tanto no âmbito nacional como internacional. Ademais, observamos também que o pressuposto mencionado pelos pesquisadores Pimentel (1977), Limas e Campello (2017), Castro Filho (2018) e Sena (2021), de que a formação de redes locais (regionais ou municipais) se mostra uma alternativa viável para efetivação de bibliotecas nas escolas, foi comprovado.

Como segundo objetivo específico, buscamos identificar os elementos constitutivos das redes de bibliotecas escolares. Com o método de análise de conteúdo extraímos da revisão de literatura os requisitos essenciais comuns que sustentam o funcionamento destas redes.

Apoiados pela pesquisa de Barbosa (2021), que definiu os pilares para uma rede de BE, elaboramos as categorias de análise e como resultado obtivemos sete elementos essenciais: (1) Vínculo Administrativo, (2) Legislação e documentação, (3) Recursos humanos, (4) Recursos físicos, (5) Recursos informacionais, (6) Recursos financeiros e (7) Trabalho em equipe.

A sistematização dessas categorias e posterior comparação das redes analisadas, foram parte importante para a elaboração do modelo de gestão e o cumprimento do objetivo geral desta dissertação. Essas categorias foram convertidas em metas, e os indicadores de boas práticas, desdobrados em ações, dando corpo ao planejamento para integrar em rede as bibliotecas do SME de Erechim.

No terceiro objetivo específico nos propusemos analisar as recomendações de diretrizes, leis, guias e outros documentos sobre bibliotecas escolares que tenham relação com a gestão desses espaços. Discorremos sobre o Manifesto para Biblioteca Escolar: a biblioteca escolar no ensino e aprendizagem para todos. (IFLA, 1999) e Diretrizes para bibliotecas escolares (IFLA, 2015). Dedicamos uma subseção para descrever os trâmites da Lei 12.244/2010. Traçamos o caminho percorrido pela referida lei, desde a sua concepção como um projeto de lei até a aprovação como lei ordinária.

Esse objetivo contribuiu fortemente para fundamentar a defesa da BE não somente sob a perspectiva legal e normativa, mas também discutir as suas dimensões pedagógicas, sociais e políticas. Esses componentes, de forma imbricada, sustentam a função dessa tipologia de biblioteca e evidenciam a sua importância no contexto educacional.

O quarto objetivo específico, teve como proposta realizar um diagnóstico referente aos recursos disponíveis por cada uma das bibliotecas e conhecer as ações e estratégias realizadas pela Secretaria Municipal da Educação de Erechim. O diagnóstico foi o meio de examinar o cenário atual das bibliotecas das escolas e compreender quais são as perspectivas da gestão. Como resultado, chegamos ao conhecimento de que as bibliotecas das escolas carecem de recursos básicos para desempenhar sua função. Algumas escolas carecem de biblioteca. Não há relação estreita entre a biblioteca da escola e a comunidade escolar. O que existe são trabalhos isolados e esporádicos, bibliotecas fechadas e atendimentos por demanda.

Em suma, percorremos um caminho teórico e empírico no sentido de responder à questão que norteou essa pesquisa, partindo da premissa de que a biblioteca na escola se configura em uma unidade de informação educadora e socialmente responsável. A discussão teórica e a observação do universo da pesquisa atestaram que uma biblioteca fechada não pode contribuir para o fomento à educação de qualidade, como preconizam alguns dispositivos legais e comprovam inúmeros estudos acadêmicos.

Indo mais além, podemos dizer que uma biblioteca fechada, não é democrática e não exerce sua função social. Ao explorarmos as legislações que têm relação com a biblioteca escolar, compreendemos que bibliotecas, quando existem somente registradas nos documentos normativos que se replicam em todos os níveis de atuação governamental (federal, estadual e municipal), não têm chance de contribuir nem mesmo com uma atuação trivial. Atuação esta que descrevemos na introdução desta pesquisa como presente no imaginário social, que tem a biblioteca como o lugar onde se guardam os livros didáticos, lugar do silêncio e da ordem absoluta, lugar do castigo.

A pesquisa evidenciou que para cumprir sua função social, as bibliotecas do SME de Erechim, necessitam de “corpo e sentido”. Em outras palavras, independente do todo investimento em recursos tecnológicos para o acesso a um acervo de qualidade, a biblioteca escolar necessita ser um espaço físico tangível, por isso “corpo”. É necessário condições para o acesso. Nesse aspecto importam as condições ambientais, o mobiliário apropriado, o acervo diversificado, disponível em vários suportes e organizado sistematicamente que possa ser facilmente localizado. Importa ainda manter as portas abertas e horário definido para atender a comunidade escolar.

Já o sentido reside na utilidade, na atuação catalisadora do processo de ensino e aprendizagem, na inclusão dessa biblioteca no projeto pedagógico curricular da educação municipal. Essa inclusão deve refletir nas atividades propostas em sala de aula. Nos recursos informacionais de apoio para a prática docente, na presença do bibliotecário para qualificar a gestão e promover a dinamização desse espaço. Sentido é acolher a comunidade escolar e atender às suas necessidades de acesso à informação, a bens culturais, à arte e à leitura recreativa.

Dar corpo às bibliotecas e estabelecer uma relação de sentido entre este espaço com a comunidade escolar e com a sociedade em geral, é ainda o grande desafio, é o motivo das lutas, das pesquisas, das mobilizações que não cessam. Como dito na abertura da campanha #Sou BibliotecaEscolar, pela então vice-presidenta do CRB 8, Regina Fazioli (2022, *online*), é um “ativismo, o tempo todo lutando por um ideal”. Isso porque, como advertido por Fragoso (2005), é uma relação que necessita ser construída. Ela ainda inexistente para grande parte da sociedade. A biblioteca escolar ainda é um ideal a ser materializado na educação pública.

Conforme exemplificado nesta dissertação, uma vez que esse propósito é parte da agenda política, seja de um país, estado ou município é possível construir uma relação de sentido com a BE. Por conta desse panorama, elaboramos uma proposta para integrar as 19 escolas do SME de Erechim, de forma a dar “corpo e sentido” as suas bibliotecas. O projeto

foi pensado para ser um suporte, um ponto de partida para a SMEd, não só garantir que todas as escolas tenham este espaço funcionando, mas para ressignificar a relação da comunidade escolar com as suas bibliotecas. As sugestões apresentadas na proposta de gestão em rede foram baseadas no propósito da educação básica, firmado na legislação e em documentos referenciais, como PNE (BRASIL, 2014), a BNCC (BRASIL, 2018), Diretrizes para Bibliotecas Escolares (IFLA, 2015).

Por fim, destacamos que apesar de ser uma estratégia bastante promissora, com resultados exitosos, a gestão em redes também tem desafios, lacunas e deve ser constantemente avaliada. A formação da rede não garante a resolução de todas as variáveis que conferem os problemas vividos historicamente pelas bibliotecas escolares no Brasil. Contudo, pode-se pensar nas redes como uma alternativa para elaboração de novas políticas públicas, nos níveis federal, estadual e municipal, voltadas para essa configuração, no sentido de melhor aproveitamento e distribuição de recursos.

Esperamos que a proposta construída como produto dessa pesquisa seja de grande valia para o município de Erechim. E que a partir desse modelo de gestão, elaborado para atender a demanda do SME, possa ser aprimorado com estudos futuros complementares para o fortalecimento da ideia que defendemos nesta dissertação: **a formação de rede de bibliotecas escolares como forma de fortalecer o trabalho dessas unidades de informação, socialmente responsáveis.**

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, Eliana Terra. Boas práticas do gerenciamento das bibliotecas escolares da rede municipal de ensino de Vila Velha – ES. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, [S. l.], v. 13, p. 826–839, 2017. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/1919>. Acesso em: 10 dez. 2023.
- BARBOSA, Eliana Terra; PEREIRA, Gleice. Redes de bibliotecas escolares brasileiras: contribuições no processo educativo. **Páginas A&B, Arquivos e Bibliotecas (Portugal)**, n. Especial, p. 34-45, 2020. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/140533>. Acesso em: 2 dez. 2023.
- BARBOSA, Eliana Terra. **Rede de biblioteca escolar no Espírito Santo**: estudo de caso da rede Vila Velha. 2021. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória. 2021. Disponível em: <https://cienciadainformacao.ufes.br/pt-br/pos-graduacao/PPGCI/detalhes-da-tese?id=15309>. Acesso em: 26 maio 2023.
- BARBOSA, Eliana Terra; MATA, Marta Leandro da; PEREIRA, Gleice. Ações de competência em informação voltadas para as bibliotecas escolares da rede municipal de ensino de Vila Velha – ES. **Páginas a&mp: arquivos e bibliotecas**, [S. l.], p. 112–132, 2020. Disponível em: <https://ojs.letras.up.pt/index.php/paginasueb/article/view/8117>. Acesso em: 10 jun. 2023.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BARROS, Leila; PAULA, Carolina Teixeira de. Biblioteca escolar na Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte: avanços e possibilidades. **Educação em foco**. Minas Gerais, v.19, n.29, p. 199-214, set/dez., 2016. Disponível em: <https://revista.uemg.br/index.php/educacaoemfoco/article/view/1931/1046>. Acesso em: 2 dez. 2023.
- BAVARESCO, Paulo Ricardo; TACCA, Daiane Paula. Multiculturalismo e diversidade cultural: uma reflexão. **Unoesc & Ciência - ACHS**, [S. l.], v. 7, n. 1, p. 61–68, 2016. Disponível em: <https://periodicos.unoesc.edu.br/achs/article/view/8511>. Acesso em: 31 ago. 2023.
- BRASIL. **Projeto de Lei nº 3549 de 2000**. Dispõe sobre a universalização das bibliotecas escolares e determina outras providências. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=19835>. Acesso em: 5 jan. 2023.
- BRASIL. **Projeto de Lei nº 1831 de 2003**. Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=130497>. Acesso em: 5 jan. 2023.

BRASIL. **Projeto de Lei nº 3230 de 2004**. Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do país. Disponível em:
<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=157802>
Acesso em: 5 jan. 2023.

BRASIL. **Projeto de Lei nº 9484 de 2018**. Altera a Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010, que dispõe sobre a universalização das bibliotecas escolares nas instituições de ensino do País, para dispor sobre uma nova definição de biblioteca escolar e cria o Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares (SNBE). Disponível em:
<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2167716>
Acesso em: 2 abr. 2023.

BRASIL. **Projeto de Lei nº 2131 de 2019**. Altera a Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010, que "Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do país", para incentivar a presença de títulos de autores locais nas bibliotecas escolares. Disponível em:
<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2197170>
Acesso em: 5 jan. 2023.

BRASIL. **Projeto de Lei nº 4401 de 2020**. Dispõe sobre os requisitos mínimos para as bibliotecas escolares e amplia o prazo de universalização para 2022. Disponível em:
<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2167716>
Acesso em: 5 jan. 2023.

BRASIL. **Projeto de Lei nº 4401 de 2020**. Dispõe sobre os requisitos mínimos para as bibliotecas escolares e amplia o prazo de universalização para 2022. Disponível em:
<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2167716>
Acesso em: 5 abr. 2023.

BRASIL. **Lei 12.224, de 24 de maio de 2010**. Dispõe sobre a universalização das bibliotecas escolares nas instituições de ensino do País. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112244.htm. Acesso em: 2 abr. 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm. Acesso em: 2 abr. 2023.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 5 abr. 2023.

BRASIL. **Lei nº 14.407, de julho de 2022**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para estabelecer o compromisso da educação básica com a formação do leitor e o estímulo à leitura. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2022/lei/L14407.htm. Acesso em 20 jul. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Terceira versão revista. Brasília, MEC, 2018. Disponível em:

http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 24 ago. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Sobre a doença**. Disponível em: <https://coronavirus.saude.gov.br/sobre-a-doenca>. Acesso em: 20 ago. 2022.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Comissão de Educação. **Lei 12.244/2010: universalização das bibliotecas escolares** [audiência pública]. [S. l.: s. n.], 2022. 1 vídeo (132 min 25s). Publicado pelo canal da Câmara dos Deputados. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=omys1vrRdNI&list=WL&index=16>. Acesso em 14jul. 2023.

CAMILLO, Everton da Silva; CASTRO FILHO, Cláudio Marcondes de. Rede de Bibliotecas Escolares: uma proposta ao sistema educacional municipal de Ribeirão Preto/SP. **Biblionline**, João Pessoa, v. 12, n. 4, p. 117-131, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/biblio/article/view/31136>. Acesso em: 12 maio 2023.

CAMILLO, Everton da Silva; JESUS, Miriam Fernandes; CASTRO FILHO, Cláudio Marcondes. Rede de bibliotecas escolares: discursos sobre a importância da manutenção de recursos. **Páginas A&B, Arquivos e Bibliotecas (Portugal)**, n. 12, p. 88-107, 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/127709>. Acesso em: 2 dez. 2022.

CAMPELLO, Bernadete Santos *et.al.* **A biblioteca escolar: temas para uma prática Pedagógica**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

CAMPELLO, Bernadete Santos (comp.). **Biblioteca escolar: conhecimentos que sustentam a prática**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

CAMPELLO, Bernadete; BARBOSA, Ricardo Rodrigues; PROENÇA, Samuel Gonçalves. Bibliotecas escolares no Brasil: uma análise dos dados estatísticos do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, [S. l.], v. 11, n. 3, p. 609–624, 2018. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/10397> Acesso em: 2 abr. 2023.

CARVALHO, Maria Carmen Romcy de. Redes de bibliotecas: considerações para o desenvolvimento. In: LEMOS, Anna Carolina Mendonça; FERREIRA, Ribeiro Pedro Cavalcanti Gonçalves (org.). **Biblioteca do século XXI: desafios e perspectivas**. Brasília: Ipea, 2017. cap. 7. p. 177-196.

CARVALHO SILVA, J. L. Perspectivas históricas da biblioteca escolar no Brasil: análise da Lei 12.244/10 que dispõe sobre a universalização das bibliotecas escolares **Revista ACB**, [S. l.], v. 16, n. 2, p. 489–517, 2011. Disponível em: <https://revistaacb.emnuvens.com.br/racb/article/view/797>. Acesso em: 14 jul. 2023.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede: a era da informação: economia, sociedade e cultura**. 6. ed. rev. ampl. São Paulo: Paz e Terra, 2002. v. 1.

CASTRILLÓN, Silvia. **O direito de ler e de escrever**. São Paulo: Pulo do Gato, 2011. Tradução de Marcos Bagno.

CASTRO FILHO, Claudio Marcondes de. **Redes de Bibliotecas Escolares em Portugal e Brasil: diálogos entre políticas públicas para a educação**. 2018. Tese (Livre Docência em Políticas Públicas e Formação Profissional da Informação) - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2018. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/livredocencia/59/tde-27102021-174346/>. Acesso em: 29 maio 2023.

CASTRO FILHO, Cláudio Marcondes. Rede de bibliotecas escolares em Portugal: um programa modelo. **Informação & Sociedade: Estudos**, v. 28, n. 3, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/38058>. Acesso em: 10 dez. 2023.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à Teoria Geral da Administração**. Barueri, SP: Manole, 2014.

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração: teoria, processo e prática**. São Paulo: Atlas, 2022. *E-book*. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559773305/>. Acesso em: 14 jun. 2023.

CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA (Brasil). **Resolução nº 220**, de 13 de maio de 2020. Dispõe sobre os parâmetros a serem adotados para a estruturação e o funcionamento das bibliotecas escolares. Disponível em: <http://repositorio.cfb.org.br/handle/123456789/1349>. Acesso em: 20 jan. 2023.

CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA (Brasil). Campanha #SouBibliotecaEscolar: informações e orientações. [S. l.: s. n.], 2022. 1 vídeo (95 min). Publicado pelo canal Conselho Federal de Biblioteconomia. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=N-0IYEEOW3U&list=WL&index=17&t=4792s>. Acesso em: 14 jul. 2023.

CONSELHO REGIONAL DE BIBLIOTECONOMIA (São Paulo). Live CRB8: #SouBibliotecEscolar. [S. l.: s. n.], 2022. 1 vídeo (140 min 58s). Publicado pelo canal CRB-8 SP. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Zk0bJNjwlwE&list=WL&index=14&t=4229s>. Acesso em: 14 jul. 2023.

CORTÊ, Adelaide Ramos e; BANDEIRA, Suelena Pinto. **Biblioteca escolar**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2011.

CROZATTI, Jaime. Modelo de gestão e cultura organizacional: conceitos e interações. **Caderno de Estudos**, n. 18, p. 01-20, maio 1998. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-92511998000200004>. Acesso em : 13 jul. 2023.

DEMO, Pedro. **Pesquisa: princípio científico e educativo**. São Paulo: Cortez, 2011.

DZIEKANIAK, C. V. Sistema de gestão para biblioteca universitária (SGBU). **Transinformação**, v. 21, n. 1, p. 33-54, 2009. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/116093>. Acesso em: 22 jun. 2023.

RIO GRANDE DO SUL. **Lei nº 14.705 de 25 de junho de 2015**. Institui o Plano Estadual de Educação – PEE – em cumprimento ao Plano Nacional de Educação – PNE –, aprovado pela Lei Federal n.º 13.005, de 25 de junho de 2014. Disponível em: <https://educacao.rs.gov.br/legislacao>. Acesso em: 28 jun. 2023.

ERECHIM. **Lei nº 1/1990 de 04 de Abril de 1990**. Lei orgânica municipal. Erechim: Câmara Municipal, 1990. Disponível em: <https://www.erechim.rs.leg.br/leis/lei-organica> - Câmara Municipal de Erechim. Acesso em: 15 maio 2023.

FRAGOSO, G. M. Biblioteca na escola – uma relação a ser construída the library school - a relation to be construct p. 169-173. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, v. 10, n. 2, p. 169-173, 2005. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/75971>. Acesso em: 18 jun. 2023.

GARCEZ, E. F. As competências do bibliotecário na educação básica: reflexões de rede. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 19, n. 4, p. 3–24, out. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pci/a/JHqvbnV6Zs8PGKG4QRPsKzn/?lang=pt#>. Acesso em 2 dez. 2022.

GARCEZ, E. F. et al. Um projeto de rede de bibliotecas para as escolas públicas estaduais de Santa Catarina, Brasil: relato de experiência(s). **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 21, n. 2, p. 237–262, abr. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pci/a/3XL9kTvYVrNKW5rzNxVQqVf/#>. Acesso em: 2 dez. 2022.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. 4.ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.

FACHIN, Odília. **Fundamentos de metodologia**: noções básicas em pesquisa científica. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE ASSOCIAÇÕES DE BIBLIOTECÁRIOS E BIBLIOTECAS. **Nossa visão e missão**. Disponível em: <https://www.ifla.org/vision-mission/> Acesso em: 25 ago. 2022.

FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE ASSOCIAÇÕES DE BIBLIOTECÁRIOS E BIBLIOTECAS. **Diretrizes da IFLA/UNESCO para a biblioteca escolar**. 2. ed. rev. 2015. Tradução de Rede de Bibliotecas Escolares (Portugal). Disponível em: <https://archive.ifla.org/VII/s11/pubs/portuguese-brazil.pdf> Acesso em: 5 set. 2022.

FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE ASSOCIAÇÕES DE BIBLIOTECÁRIOS E BIBLIOTECAS. **Manifesto da Biblioteca Escolar da IFLA/UNESCO**. Traduzido por Neusa Dias de Macedo. 1999. Disponível em: <https://www.ifla.org/files/assets/school-libraries-resource-centers/publications/school-library-manifesto-pt-brazil.pdf>. Acesso em: 10 set. 2023.

FIORAVANTE, Eliane; CUNHA, Miriam Vieira da. As competências do Bibliotecário em uma Rede de Bibliotecas Escolares para o Estado de Santa Catarina, Brasil. **Informação & Sociedade: Estudos**, [S. l.], v. 30, n. 3, p. 1–15, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/52219>. Acesso em: 2 dez. 2022.

FREIRE, Paulo. **Política e educação**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 1997.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 3.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2021.

GOMES, Henriette Ferreira. Mediação da informação e protagonismo social: relações com vida ativa e ação comunicativa à luz de Hannah Arendt e Jürgen Habermans. In: GOMES, Henriette Ferreira; NOVO, Hildenise Ferreira (org.). **Informação e protagonismo social**. Salvador: EDUFBA, 2017. p. 27-44.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2010.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. 2.ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades e Estados**. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/> Acesso em: 14 mar. 2023.

KUHLTHAU, Carol. **Como usar a biblioteca na escola**: um programa de atividades para o ensino fundamental. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. Tradução de Bernadete Santos Campello.

LANKES, R. David. **Expect more**: melhores bibliotecas para um mundo complexo. São Paulo: FEBAB, 2016. Tradução de Jorge do Prado.

LAMMERS-HARLANDER, H. Abraçando o Futuro e o Passado – Um Novo Modelo para Bibliotecas Escolares Alemãs. **Bibliotecas Escolares no Mundo**, [S.l.], v. 23, n.2, pág.16–21, 2017. Disponível em: <https://journals.library.ualberta.ca/slw/index.php/slw/article/view/6928>. Acesso em: 3 jul. 2023.

LANZI, Lucirene Andréa Catini; VIDOTTI, Silvana A. B. Gregório; FERNEDA, Edberto. **A biblioteca escolar e a geração nativos digitais**: construindo novas relações. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013.

LE COADIC, Yves-François. **A ciência da Informação**. 2. ed. Brasília, DF: Briquet Lemos, 2004.

LIMAS, Rubeniki Fernandes de. **Redes de bibliotecas escolares no Brasil**: estudo exploratório. 2015. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUBD-A8SJNL>. Acesso em: 2 jun. 2023.

LIMAS, Rubeniki Fernandes de; CAMPELLO, Bernadete Santos. Redes de bibliotecas escolares no Brasil: estudos de caso em sistemas municipais de ensino. **Biblioteca Escolar em Revista**, [S. l.], v. 5, n. 2, p. 21-42, 2017. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/berev/article/view/113284>. Acesso em: 18 jun. 2023.

MACIEL, Alba Costa; MENDONÇA, Marília Alvarenga Rocha. **Bibliotecas como organizações**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2006.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia de pesquisa científica**. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MATTOS, Miriam de Cássia do Carmo Mascarenhas. **Multiculturalismo em Ciência da Informação: percepções e ações dos profissionais da informação em bibliotecas escolares**. Florianópolis: DIOESC, 2013.

MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. **Fundamentos da Administração: introdução à Teoria Geral e aos Processos da Administração**.3.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2014. *E-book*. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/978-85-216-2751-7/>. Acesso em: 14 jul. 2023.

MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. **Teoria Geral da Administração: da revolução urbana à revolução digital**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MILANESI, Luís. **Biblioteca**. 3. ed. Cotia: Ateliê Editorial, 2013.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 32.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

MONTEIRO, Daniele R. **A biblioteca escolar sob o olhar dos mestres**. 2010. Monografia (Graduação em Biblioteconomia) - Curso de Graduação em Biblioteconomia. Universidade Federal do Rio Grande. Rio Grande, RS, 2010. Disponível em <http://repositorio.furg.br/handle/1/5697>. Acesso em: 4 abr. 2022.

NADER, Elisabeth. **Serviço bibliotecário é referência no país**. Disponível em: https://www.vitoria.es.gov.br/cidadao/ensino-fundamental#a_bibliotecaescolar. Acesso em: 23 jun. 2022.

OCAMPO, E. M. V. P. Sistema de bibliotecas escolares de costa rica. **Revista Interamericana de Bibliotecología (Colombia)**, v. 2, n. 1-3, p. 105-112, 1979. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/84674>. Acesso em: 2 dez. 2022.

ODA, Érico; Cícero MARQUES. **Introdução à administração**. 2.ed. Curitiba: IESDE Brasil, 2012.

PETIT, Michèle. **Leituras: do espaço íntimo ao espaço público**. São Paulo: Editora 34, 2013.

PIMENTEL, Cléa Dubeux Pinto. Programa para criação e instalação de bibliotecas escolares na rede de ensino oficial. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, v. 5, n. 2, p. 693- 705, jul./dez., 1977. Disponível em: <https://www.brapci.inf.br/index.php/article/download/16751>. Acesso em: 20 jul. 2022.

PORTUGAL. Ministério da Educação e Ciência. **Programa Rede de Bibliotecas Escolares**. (2023). Disponível em: <https://www.rbe.mec.pt/np4/sobre.html>. Acesso em: 14 jul. 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ERECHIM. Secretaria Municipal de Educação. **Escolas Municipais.** (2023). Disponível em: <https://www.pmerechim.rs.gov.br/pagina/344/escolas-municipais>. Acesso em: 10 jul. 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ERECHIM. Secretaria Municipal de Educação. **Transformação Digital:** educação municipal se destaca no Brasil no uso de tecnologia. (2023). Disponível em: <https://www.pmerechim.rs.gov.br/noticia/17961/transformacao-digital-educacao-municipal-se-destaca-no-brasil-no-uso-de-tecnologia>. Acesso em 10 jun. 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ERECHIM. Secretaria Municipal de Educação. **Sistema de Gestão Educacional começa ser implantado nas Escolas Municipais.** (2022). Disponível em: <https://www.pmerechim.rs.gov.br/noticia/16430/08-04-2022/sistema-de-gestao-educacional-comeca-ser-implantado-nas-escolas-municipais>. Acesso em: 07 maio 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ERECHIM. Secretaria Municipal de Educação. **Escolas do Sistema Municipal de Erechim utilizam material ampliado para os estudantes com baixa visão.** (2023). Disponível em: <https://www.pmerechim.rs.gov.br/noticia/18140/escolas-do-sistema-municipal-de-erechim-utilizam-material-ampliado-para-os-estudantes-com-baixa-visao>. Acesso em: 16 jun. 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. Secretaria Municipal de Educação. **Departamento de Bibliotecas Escolares e Comunitárias.** (2022). Disponível em: <http://www.pmf.sc.gov.br/entidades/educa/index.php?cms=debec>. Acesso em: 26 jun. 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA. Secretaria Municipal de Educação. **Biblioteca virtual.** (2022). Disponível em: https://m.vitoria.es.gov.br/todas_noticias#. Acesso em: 26 jun. 2022.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico:** métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2.ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. *E-book*

QEd. **Censo [2022]:** matrículas e infraestrutura. Disponível em: <https://qedu.org.br/brasil> Acesso em: 5 jul. 2023

RIOS, Terezinha Azerêdo. **Ética e competência.** 20. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

RODRÍGUEZ, Gilberto Méndez. Reflexiones sobre calidad en el sistema de bibliotecas escolares de Costa Rica. **e-Ciencias de la Información (Costa Rica)**, n. jun., p. 1-9, 2011. Disponível em: <https://revistas.ucr.ac.cr/index.php/eciencias>. Acesso em: 2 dez. 2022.

SANTA CATARINA (Estado). Assembleia Legislativa. **Audiência pública:** debate sobre as bibliotecas escolares e públicas. [S. l.: s. n.], 2023. 1 vídeo (120 min 5s). Publicado pelo canal de vídeos da Assembleia de Santa Catarina. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=OizHx8ZcCVs&list=WL&index=15>. Acesso em: 14 jul. 2023.

SÃO PAULO (Estado). Assembleia Legislativa. **Audiência pública para debater biblioteca escolar.** [S. l.: s. n.], 2022. 1 vídeo (148 min 47s). Publicado pelo canal Alesp. Disponível

em: <https://www.youtube.com/watch?v=mI9MOqGeM2I&list=WL&index=13>. Acesso em: 14 jul. 2023.

SARACEVIC, Tefko. Ciência da informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 1, n. 1, p. 41-62, jan./jun. 1996. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/37415>. Acesso em: 3 nov. 2021.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

SENA, Priscila Machado Borges. **Retrato das Bibliotecas da Rede de Ensino Estadual de Santa Catarina**: Relatório Técnico. Florianópolis: CRB-14, 2021, 40p. Disponível em: <https://www.crb14.org.br/usr/files/RETRATO-BIB-ESCOLAS-SC-CRB-14-PUBLICO%2040%20paginas.pdf>. Acesso em: 19 set. 2022.

SILVA, Waldeck Carneiro da. **Miséria da biblioteca escolar**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

SOARES, Magda. **Alfabetização e letramento**. São Paulo: Contexto, 2003.

VIANA, Lilian. **Bibliotecas escolares**: políticas públicas para a criação de possibilidades. 2014. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/USP_aa74829cae17e012193d84ad89fd450e. Acesso em: 5 nov. 2021.

ANEXO A – AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DA PESQUISA NAS ESCOLAS



Estado do Rio Grande do Sul
 Prefeitura Municipal de Erechim
 Secretaria Municipal de Educação

De: Secretaria Municipal de Educação

Para: Escolas Municipais de Educação Infantil, Escolas Municipais de Ensino Fundamental e CEJA

Assunto: Comunicação de Deferimento

Requerente: Daniele da Rosa Monteiro

Considerando a solicitação da requerente, por meio do Processo 2022/25678, vimos informar que deferimos o pedido para realização da pesquisa de Mestrado intitulada “Redes de Bibliotecas Escolares: um modelo de gestão para o Sistema Municipal de Educação de Erechim/RS”, da Universidade do Estado de Santa Catarina, em todas as Escolas do Sistema Público Municipal de Ensino.

A metodologia para coleta de dados da pesquisa supracitada é a aplicação de questionário com questões abertas e fechadas com os responsáveis pelas bibliotecas das Escolas do Sistema Público Municipal, com agendamento prévio realizado pela pesquisadora.

Vale ressaltar que a participação na pesquisa será de livre e espontânea vontade e mediante a assinatura do Termo de Consentimento Livre Esclarecido.

Para facilitar a comunicação da pesquisadora com as Escolas, segue abaixo quadro com o número de telefone e nome das diretoras e diretores das mesmas:

ESCOLA	NÚMERO DE TELEFONE	DIRETOR (A) RESPONSÁVEL
EMEF Cristo Rei - CAIC	3520-7072	Josiane Franciele Comerlato Tomkiel
EMEF Caras Pintadas	3520-7063	Franciele Fátima Marques
EMEF D. Pedro II	3520-7071	Juliano Rizzi
EMEF Luiz Badalotti	3520-7073	Maria Salete de Moura Torres
EMEF Othelo Rosa	3520-7074	Salete de Fátima de Oliveira Silva
EMEF Paiol Grande	3520-7076	Elton Carlos Piran
EMEI Jaguaretê	3520-7069	Fabíola Salete Izoton

Av. Farrapos, 603 – Centro – Erechim/RS – CEP: 99.700-112

Telefone: 54 3520 7005 - Ramal 8002 – smed@erechim.rs.gov.br - www.pmerechim.rs.gov.br

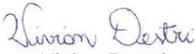
CEJA - Centro de Educação de Jovens e Adultos	3520-7064	Rute Blazejuk Imlau
EMEI Bórtolo Balvedi	3520-7062	Andrea Campagnolo de Oliveira
EMEI Dom João Aloísio Hoffann	3520-7066	Liliane Vaz
EMEI Dr. Ruther Alberto Von Mühlen	3520-7077	Licini Camila Karpinski
EMEI Estevam Carraro	3520-7067	Daniele Leite Bernardi
EMEI Irmã Consolata	3520-7068	Carina Piccoli da Rocha
EMEI São Cristóvão	3520-7079	Daniele Vanessa Klosinski
EMEI Lucas Vezaro	3520-7070	Manoela Oldra
EMEI Dra. Vera Beatriz Sass	3520-7065	Angela Didoné
EMEI Copas Verdes	3520-7057 98424-9791	Mirian Eugênia Meneguello Poletto
EMEI Barão do Rio Branco	3520-7106	Geovana Paiva

Vale ainda mencionar que referida coleta de dados iniciará no ano letivo de 2022, podendo ser prorrogada para o ano letivo de 2023. Já a Pesquisadora fica comprometida em anexar ao processo o resultado das observações, após o término do mesmo.

Gratos às escolas pela compreensão e disponibilidade em atender tal solicitação.

Atenciosamente,

Erechim, 30 de Novembro de 2022.


Vivian Destri,
Chefe da Divisão de EJA


Fabrício José Brustolin
Diretor Pedagógico

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



GABINETE DO REITOR

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O(a) senhor(a) está sendo convidado a participar de uma pesquisa de mestrado intitulada **Rede de bibliotecas escolares: um modelo de gestão para o Sistema Municipal de Educação em Erechim/RS**, que tem como objetivo geral desenvolver um modelo de gestão em rede para as bibliotecas escolares do Sistema Municipal de Ensino de Erechim, de modo a ampliar e fortalecer o seu trabalho enquanto unidade de informação educadora e socialmente responsável. Esta entrevista, será realizada com o intento de conhecer às ações e estratégias realizadas pela Secretaria Municipal da Educação voltadas para as bibliotecas das escolas.

Serão previamente marcados a data e horário para entrevista, de acordo com a disponibilidade do participante, através do e-mail ou telefone da Secretaria de Educação. A entrevista será realizada presencialmente. Não é obrigatório submeter-se a entrevista.

O(a) Senhor(a) e seu/sua acompanhante, caso necessite de um, não terão despesas e nem serão remunerados pela participação na pesquisa. Todas as despesas decorrentes de sua participação serão ressarcidas. Em caso de danos, decorrentes da pesquisa será garantida a indenização.

Os riscos destes procedimentos serão mínimos por envolver questões diretamente relacionadas ao exercício da profissão no ambiente escolar. O instrumento de pesquisa será apresentado na íntegra já no início da entrevista, caso a pessoa entrevista sinta algum desconforto e não queria responder alguma das perguntas. No caso de algum desconforto ou interferência na rotina de trabalho, a entrevista será pausada e a pesquisadora, esperando pelo momento adequado, questionará se a pesquisa poderá continuar. Será explicitado que, caso não haja interesse em continuar participando, isso não afetará no resultado final da dissertação.

A sua identidade não será preservada, ainda que de forma implícita, será possível a identificação, ao passo que, a metodologia de entrevista é imprescindível para o andamento da pesquisa e há uma relação direta que identifica o participante à pesquisa, por se tratar de uma autoridade do poder público e responsável por uma Secretaria específica em um período determinado de gestão. Assim sendo, será compreensível que o senhor (a) opte por não aceitar participar desta entrevista.

Os benefícios e vantagens em participar deste estudo serão a contribuição de forma indireta para o desenvolvimento científico na área da Biblioteconomia e Ciência da Informação, pela possibilidade de aperfeiçoar técnicas e práticas, de forma que poderão ser incorporadas nestas unidades de informação, configurando-se em um retorno social para o município, culminando a médio e longo prazo, em melhoria da gestão de recursos investidos nas bibliotecas e a contribuição para o fomento à qualidade da educação municipal.

A pessoa que estará acompanhando os procedimentos será **Daniele Rosa Monteiro**, mestranda no curso do **Programa de Pós-Graduação em Gestão da Informação (PPGInfo)**, da Udesc, orientada pela professor **Dr. Jorge Moisés Kroll do Prado**.

O(a) senhor(a) poderá se retirar do estudo a qualquer momento, sem qualquer tipo de constrangimento.

Solicito a sua autorização para o uso de seus dados para a produção de artigos técnicos e científicos. A análise de suas respostas será feita de modo a contribuir com a construção do modelo de gestão em rede de bibliotecas escolares, portanto, não é necessária a sua identificação, o que manterá sua privacidade. Termos que possam identificar sua atuação profissional poderão ser substituídos durante o ato da entrevista sem prejudicar a pesquisa.

Este termo de consentimento livre e esclarecido é feito em duas vias, sendo que uma delas ficará em poder do pesquisador e outra com o participante da pesquisa.

NOME DO PESQUISADOR RESPONSÁVEL PARA CONTATO: Daniele Rosa Monteiro
NÚMERO DO TELEFONE: (54) 984258068
ENDEREÇO: Rui Barbosa, nº 100, apto 202. Centro. Erechim/RS. Cep 99700096.

Danielle Rosa Monteiro

ASSINATURA DO PESQUISADOR:

Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos – CEPESH/UEDESC
Av. Madre Benvenuta, 2007 – Itacorubi – Florianópolis – SC -88035-901
Fone/Fax: (48) 3664-8084 / (48) 3664-7881 - E-mail: cep.udesc@gmail.com
CONEP- Comissão Nacional de Ética em Pesquisa
SRTV 701, Via W 5 Norte – lote D - Edifício PO 700, 3º andar – Asa Norte - Brasília-DF - 70719-040
Fone: (61) 3315-5878/ 5879 – E-mail: conep@saude.gov.br

TERMO DE CONSENTIMENTO

Declaro que fui informado sobre todos os procedimentos da pesquisa e, que recebi de forma clara e objetiva todas as explicações pertinentes ao projeto e, que todos os dados a meu respeito serão sigilosos. Eu compreendo que neste estudo, as medições dos experimentos/procedimentos de tratamento serão feitas em mim, e que fui informado que posso me retirar do estudo a qualquer momento.

Nome por extenso

Guacimara Samuel do Nascimento Lick

Assinatura Guacimara S. Lick

Local: Erechim

Data: 23/11/2022

APÊNDICE B – ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO

Instrumento para coleta de dados – Diagnóstico das Bibliotecas Escolares da Rede Municipal de Ensino da cidade de Erechim/RS

Roteiro para entrevista semiestruturada.

- 1) Qual é a função da biblioteca da escola, na sua opinião?
- 2) Qual seu conhecimento da Lei nº12.244 aprovada em 2010?
- 3) Concernente a BE, consta no Plano Municipal de Educação (PME) que: Cada Escola possui uma Biblioteca com acervo atualizado tanto para atendimento aos estudantes, quanto para referência teórica dos professores. (SMED, 2015, p. 20). Foi realizada alguma ação para a adequação das bibliotecas no sentido de cumprir lei nº 12.244 quanto a:
 - Todas as escolas contarem com bibliotecas em funcionamento;
 - Acervo atualizado e diversificado;
 - Gestão feita pelo bacharel em biblioteconomia.
- 4) Quais as dificuldades enfrentadas pela gestão municipal para a adequação da lei?
- 5) Como avalia o planejamento municipal para o cumprimento da Meta 7 do Plano Nacional de Educação, aprovado pela Lei nº 13.005, quanto a implementação de biblioteca na escola como estratégia ¹de fomento a qualidade da educação básica?
- 6) Há políticas públicas, da gestão municipal, voltada para as bibliotecas? Quais?
- 7) Na sua opinião as bibliotecas das escolas atendem de forma satisfatória as demandas da comunidade escolar?
- 8) A exemplo do Sistema de Gestão Educacional, implementado em abril de 2022, integrando as funções administrativas das 18 escolas. Qual é a sua opinião para a gestão articulada das bibliotecas do SME, com a configuração de uma “Rede de bibliotecas”?

¹ 7.20) prover equipamentos e recursos tecnológicos digitais para a utilização pedagógica no ambiente escolar a todas as escolas públicas da educação básica, criando, inclusive, mecanismos para implementação das condições necessárias para a universalização das bibliotecas nas instituições educacionais, com acesso a redes digitais de computadores, inclusive a interne. (BRASIL, 2014).

APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS RESPONSÁVEIS PELA BIBLIOTECA

Instrumento para coleta de dados – Diagnóstico das Bibliotecas Escolares da Rede Municipal de Ensino da cidade de Erechim/RS.

Data de aplicação: De fevereiro a abril de 2023.

1 – Informe o nome da Escola

2 - A escola possui:

Biblioteca em funcionamento

Biblioteca desativada

Nenhuma das alternativas

Caso tenha respondido “Nenhuma das alternativas”, por favor, descreva a atual situação.

3 – Qual o período de funcionamento da biblioteca? (Pode marcar mais de uma opção).

Manhã

Tarde

Noite

Intervalo entre as aulas (recreio)

Permanece fechada e abre por demanda de atividades

Caso queira comentar outros horários específicos de funcionamento, por favor utilize esse espaço:

4 – Qual a área física da biblioteca?

Igual ou maior que 50 m²

Menos que 50 m²

5 – A biblioteca possui:

Área de atendimento ao público

Área de leitura, estudo e pesquisa

Área exclusiva e suficiente para armazenamento do acervo

Área de estudos individuais

Área para serviços técnicos e administrativos

Outros

6 – Quanto as condições ambientais, avalie entre ruim, bom e ótimo:

a. Acessibilidade (Piso tátil, linguagem braile, sinais sonoros, entre outros, de acordo com a Lei 10.098, de 19 de dezembro de 2000):

Bom Ótimo insuficiente Ruim Não se aplica

b. Climatização:

Bom Ótimo insuficiente Ruim Não se aplica

c. Equipamento de prevenção de incêndio:

Bom Ótimo insuficiente Ruim Não se aplica

d. Iluminação:

Bom Ótimo insuficiente Ruim Não se aplica

e. Mobiliário:

Bom Ótimo insuficiente Ruim Não se aplica

7 - Compõem a coleção do acervo da Biblioteca:

Atlas/Dicionário

- Globo
- E-book
- Fantoches/ Jogos/Fantasia
- Livros didáticos
- Livros de literatura brasileira
- Livros de literatura em outros idiomas
- Multimídias (CDs, DVDs, etc.)
- Outro

8 – Quanto a quantidade do acervo:

- Um exemplar por aluno
- Menos de um exemplar por aluno
- Mais de um exemplar por aluno

Total do acervo

9 – A solicitação de compra do acervo é feita por intermédio de quem? (Pode marcar mais de uma opção e caso responda “outro”, por favor, cite quem):

- Diretores
- Professores
- Programa Nacional do Livro Didático (PNLD/MEC)
- Secretária da Educação
- Responsável pela biblioteca
- Não se aplica
- Outros

10 – Como é organizado o acervo (Pode marcar mais de uma opção e caso responda “outro”, por favor, cite quais):

- Catálogo em software específico. Cite o nome:
- Por cores
- Registrado em doc (Word)
- Registrado em planilha (Excel)
- Registrado manualmente
- Não tem sistematização

11 - Há orientações sobre procedimentos técnicos da biblioteca?

- Sim
- Não

Quais:

12 - Há orientações ou um planejamento sobre atividades (pedagógicas, informacionais ou culturais) que a biblioteca precisa realizar?

- Sim
- Não

Quais:

13 - Os professores indicam o uso da Biblioteca para realização de atividades?

- Sim
- Não

Caso tenha respondido “Sim”, cite quais:

14 - Quais são os serviços ofertados pela biblioteca?

15 - A biblioteca participa de projetos de incentivo à leitura?

- Sim

Não

Caso tenha respondido “Sim”, cite quais:

16 - Existe ou já existiu algum projeto realizado por você, em parceria com professores?

Sim

Não

Caso tenha respondido “Sim”, cite quais:

17- Quanto a utilização do espaço da biblioteca pelos alunos, para desenvolver suas atividades, você considera:

bastante utilizado

pouco utilizado

Não é utilizado

18 - Você percebe colaboração entre as bibliotecas do SME?

Sim

Não

Caso tenha respondido “Sim”, cite de que maneira:

19 – Assinale os serviços que a biblioteca oferece

Acesso a acervo digital

Consulta local ao acervo

Cursos/Oficinas de informática

Empréstimo domiciliar de itens do acervo

Hora do conto

Orientação à pesquisa escolar

Projetos Culturais (Clubes de Leitura, Exposições, sarau literários)

Wifi

Outros:

20 – Possui acervo que atenda às necessidades especiais? (Exemplo: Braille ou audiolivros)

Sim

Não

21 – Selecione quem compõe o público da biblioteca:

Comunidade na qual a biblioteca está inserida

Estudantes

Funcionários

Professores

Outros

22 – Em média qual é o número de frequentadores da biblioteca?

23 – A equipe da biblioteca se comunica com os frequentadores?

Sim

Não

Caso tenha respondido “sim”, por favor, descreva de que forma:

24 – Quantos funcionários atuam exclusivamente na biblioteca?

Um funcionário

Dois funcionários

Três funcionários

- Quatro ou mais funcionários
- Nenhum funcionário

25 – O responsável pela biblioteca é:

- Auxiliar de biblioteca
- Bibliotecário (a)
- Estagiário/Bolsista
- Professor
- Servidor
- Não há responsável exclusivo na biblioteca
- Outro

26 – Nível de escolaridade do responsável pela biblioteca:

- Ensino fundamental completo
- Ensino Médio Completo
- Ensino Superior Completo
- Pós-Graduação

27 - A biblioteca possui um canal de comunicação com os frequentadores (exemplo: redes sociais, e-mail)?

- Sim
- Não

28 - Por favor, agora escreva o que uma biblioteca significa pra você:

29 – Descreva o que você enquanto educador, considera necessário para o bom funcionamento da biblioteca da sua escola.

APÊNDICE D – TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA

Entrevistada: Greicimara Samuel do Nascimento Zick

Cargo: Secretária Adjunta de Educação Municipal

Data: 24 de novembro de 2022.

1) Qual é a função da biblioteca da escola, na sua opinião?

A biblioteca na escola é um espaço extremamente importante para leitura e para escrita também, agente foca muito nisso hoje nos nossos estudantes. A questão de leitura escrita e interpretação de texto, então a gente vê hoje a biblioteca como um acervo que as profes podem estar trabalhando com eles incentivando a leitura, hábitos... as nossas escolas de ensino fundamental todas têm biblioteca, um bom acervo. Agora nós fizemos uma boa compra também de bibliográficos para as bibliotecas e as escolas utilizam muito, levam os estudantes fazem pesquisa, então nós temos um bom acervo e a biblioteca sem dúvida ela é um espaço muito importante para dentro de cada escola.

2) Qual seu conhecimento da Lei nº12.244 aprovada em 2010?

A gente sabe da lei que temos que implementar nas escolas, o que nós hoje estamos vendo é a questão do bibliotecário que é algo que nós não temos nas escolas, geralmente é um professor que acompanha, mas sim, todas a gente está tentando adequar para que as escolas tenham a biblioteca formada.

3) Concernente a BE, consta no Plano Municipal de Educação (PME) que: Cada Escola possui uma Biblioteca com acervo atualizado tanto para atendimento aos estudantes, quanto para referência teórica dos professores. (SMED, 2015, p. 20). Foi realizada alguma ação para a adequação das bibliotecas no sentido de cumprir lei nº 12.244 quanto a:

- Todas as escolas contarem com bibliotecas em funcionamento?

As escolas de educação infantil não são todas que têm o espaço elas têm o acervo, muitas vezes fica no espaço mas tem algumas escolas que não tem espaço próprio assim, que tem lá que as crianças vão na biblioteca, tem o acervo que as profes utilizam e levam pra sala de aula. Em função dos espaços das escolas não são todas que têm, mas elas têm o acervo pra levar pra sala de aula pra trabalhar. Mas todas as escolas têm acervo bibliográfico.

Existe um projeto para estas escolas, por exemplo, que não têm o espaço para a biblioteca ou salinha de estudos?

Nós estamos adequando né, porque o que que acontece, a nossa demanda de estudantes da educação infantil, hoje, ela é gigantesca e a gente precisa atender. Então as vezes a gente reformula os espaços pra poder colocar mais estudantes, para poder atender toda a demanda. Mas, sim te digo assim, que a maioria das escolas de educação infantil têm a biblioteca, mas algumas que a gente tá adequando os espaços porque em

função disso mesmo né os nossos espaços estão cada vez menores e cada vez chegando mais crianças pra atender.

- Acervo atualizado e diversificado?

Sobre o acervo, o que que nós fizemos no início do ano: a gente faz um levantamento com os próprios professores de obras que eles queiram tanto pra eles, teórico enfim prática pedagógica pra eles, quanto para as crianças. Então a gente faz uma seleção do que tá mais atualizado do que é mais interessante para os alunos e aí se faz essa aquisição. E os estudantes eles também têm seu acervo próprio em casa, porque dentro do sistema de ensino que nós temos eles recebem cinco livros. São quatro módulos no ano, que eles recebem de apostilas e cinco livros em cada módulo para eles terem a biblioteca deles em casa. São selecionados e eles levam pra casa os livros.

Essa é uma política (ação) da Secretária?

Sim, nós implantamos esse ano, daí nós temos as apostilas e dentro das apostilas eles recebem esse acervo aí para eles irem montando a biblioteca deles em casa.

As escolas possuem o PDDE que é o Programa Dinheiro Direto na Escola. Elas recebem um valor todo ano e dentro desse valor elas podem fazer aquisição de material bibliográfico também. Então se elas querem o que não tem e não foi encaminhado, elas podem fazer essa aquisição também. O dinheiro elas gestam como quiser então elas compram o que é necessário pra escola e muitas escolas adquirem livros pras crianças.

- Gestão feita pelo bacharel em biblioteconomia?

Os bibliotecários a gente não tem, realmente hoje quem atende são professores da escola, são professores que estão lá e que fazem o papel de bibliotecário.

4) Quais as dificuldades enfrentadas pela gestão municipal para a adequação da lei?

Os espaços que nós temos nas escolas e a questão do bibliotecário é realmente isso. Não temos concurso disso ainda né. Não temos. Então saiu concurso agora, mas não foi prevista a vaga de bibliotecário, então a gente adequa com os professores que temos nas escolas. Mas essa é a principal fator.

Tem algum projeto tramitando para colocar o código de vaga do bibliotecário no quadro?

Não tem nada.

5) Como avalia o planejamento municipal para o cumprimento da Meta 7 do Plano Nacional de Educação, aprovado pela Lei nº 13.005, quanto a implementação de biblioteca na escola como estratégia de fomento a qualidade da educação básica?

Assim, dentro do que está pedindo o Plano Nacional de Educação a gente está se adequando a várias situações. Só que, que nem eu te falei algo que demanda de um tempo pra gente poder organizar enfim né. Mas, sim,

tudo que é possível de fazer a gente tá tentando adequar pra ficar tudo certo. As escolas, por exemplo agora, que temos uma em andamento, em construção, ela já prevê a biblioteca. Nós temos uma que vai ser reformada agora que a biblioteca vai ser feita de vidro, no centro do espaço, então tem o espaço do parque, espaço que elas contavam histórias, mas era só uma arquibancada enfim. Então agora nós temos um projeto, ela vai ser feita no meio do pátio. Uma biblioteca de vidro. E aí aumenta a questão do espaço e a questão dos livros para os alunos, para as crianças poderem explorar também, desenhar e escrever e tal.

6) Há políticas públicas, da gestão municipal, voltada para as bibliotecas? Quais?

Sim. Isso foi algo que nós implantamos esse ano e que está dando certo. O sistema que foi implantado esse ano. Que os alunos levam os livros pra casa. São livros de literatura de entretenimento de acordo com a faixa etária das crianças.

7) Na sua opinião as bibliotecas das escolas atendem de forma satisfatória as demandas da comunidade escolar?

Sim, acredito que sim. Tem um bom acervo nossas bibliotecas e a gente sempre tenta, que nem eu te falei, a gente sempre tenta adquirir aquilo que é mais atualizado e aquilo que é de interesse dos estudantes também. Por que a gente sabe que tem alguns livrinhos, principalmente da área da educação infantil que não somam nada pra criança, então a gente procura fazer uma seleção boa pra ter um bom material.

Como vocês fazem [para saber o que interessa], entrevista com alunos, opinião... ?

Na verdade é com os professores né. Os professores na escolas dizem: “a gente quer trabalhar no ano que vem com tais livros, para trabalhar tais coisas...”. Então, por exemplo, os livros de teoria esse ano, a educação infantil tem uma formação voltada a BNCC esse ano. Então entra toda a questão de interações e brincadeiras. Fizeram uma formação muito boa. Então dentro do que elas [professores] tiveram de formação a gente fez a seleção de livros específicos do que trata a formação. Então teve esse ano muita coisa pros bebês, atendimento aos bebês, então a gente selecionou alguns livros que falam sobre o trabalho com os bebês, o que você pode explorar com os bebês. Então tudo nessa linha, tudo gira em torno da formação que elas tiveram, a parte teórica e aí vem a parte pedagógica também. Quais são os temas que hoje na educação infantil as crianças têm mais interesse, quais são os livros que tem o conteúdo bom. E daí elas nos mandam e a gente faz a seleção de acordo com que cada escola pediu né.

8) A exemplo do Sistema de Gestão Educacional, implementado em abril de 2022, integrando as funções administrativas das 18 escolas. Qual é a sua opinião para a gestão articulada das bibliotecas do SME, com a configuração de uma “Rede de bibliotecas”?

Acho que é válido, porque como hoje nós temos o sistema de gestão né e tudo funciona no sistema de gestão, eu acho que é válido sim.com certeza.

APÊNDICE E – MODELO DE GESTÃO

REDES DE BIBLIOTECAS ESCOLARES: UM MODELO DE GESTÃO PARA AS BIBLIOTECAS DO SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO DE ERECHIM(RS)



Daniele Rosa Monteiro
Jorge Moisés Kroll do Prado

Florianópolis, SC
2023

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA – UDESC
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO – FAED
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DA INFORMAÇÃO- PPGINFO**

PRODUTO DE PESQUISA

Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Unidades de Informação (PPGinfo)

Prof.^a Dra. Daniella Camara Pizarro

Professor orientador da pesquisa

Prof. Dr. Jorge Moisés Kroll do Prado

Pesquisadora

Daniele Rosa Monteiro

Capa e editoração

Daniele Rosa Monteiro



Catálogo na Publicação (CIP)

M758r Monteiro, Daniele Rosa
Redes de Bibliotecas Escolares: um modelo de gestão para as bibliotecas escolares da Rede Municipal de Ensino de Erechim (RS) / Daniele Rosa Monteiro, Jorge Moisés Kroll do Prado. – Florianópolis, SC: Ed. dos Autores, 2023.
ebook

Bibliografia.
ISBN 978-65-00-84125-1

1. Rede de biblioteca escolar – Gestão. 2. Gestão de biblioteca escolar. 3. Modelo de Gestão. I. Prado, Jorge Moisés Kroll do. II. Título.

CDD: 027.8

Apresentação

*Este modelo de gestão é produto da pesquisa de mestrado desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Gestão da Informação da Universidade do Estado de Santa Catarina (PPGInfo/UDESC). A pesquisa intitulada **Redes de Bibliotecas Escolares: um modelo de gestão para o Sistema Municipal de Ensino de Erechim (RS)** teve como objetivo engendrar um modelo de gestão em rede para as bibliotecas escolares do Sistema Municipal de Ensino de Erechim (Rio Grande do Sul, RS).*

O modelo de gestão apresentado, exemplifica como integrar as 19 bibliotecas do Sistema Municipal de Educação, como uma estratégia viável para que todas as escolas da rede possam contar com uma biblioteca com um alto padrão de qualidade. A contribuição da gestão em redes reside no potencial que a cooperação entre as bibliotecas proporciona, como a otimização dos recursos (físicos, humanos, tecnológicos e informacionais), minimizando carências e integrando-as no processo educativo.

Para elaboração deste modelo considerou-se o resultado do diagnóstico das bibliotecas escolares da Rede Municipal de Ensino de Erechim, realizado em 2023, referente aos recursos disponíveis. As orientações são fundamentadas na Lei Federal 12.244/2010 e nos documentos basilares de referência: Diretrizes da IFLA/UNESCO (2015) e Resolução CFB Nº 220/2020.

Assim, apresentamos a seguir uma proposta para a formação de redes como uma forma de ampliar e fortalecer o trabalho dessas bibliotecas enquanto unidade de informação educadora e socialmente responsável.

INTRODUÇÃO

A proposição deste modelo de gestão em rede para integrar as 19 bibliotecas escolares do Sistema Municipal de Educação de Erechim(RS) considera e respeita o contexto individual e cultural de cada uma dessas bibliotecas e a administração pública do município.



Por isso, o que se apresenta aqui é uma proposta que enriqueça e valorize este contexto, mas que evidencie as fases e os pilares da gestão e as funções. O modelo utiliza como fio condutor as fases de planejamento propostas por Barbosa (2021) apresentadas na figura a seguir.

Planejamento da rede



Fonte: Elaborado pelas autores baseado em Barbosa (2021, p. 43).

Cada fase possui um rol de atividades que precisam ser realizadas. Junto delas, indicam-se propostas de ferramentas que podem cooperar com o desenvolvimento dessas atividades e uma categorização estruturada em:

- **Elemento basilar:** quando não se insere ainda no direcionamento da gestão, traz dados e informações estratégicas para as próximas fases do modelo.

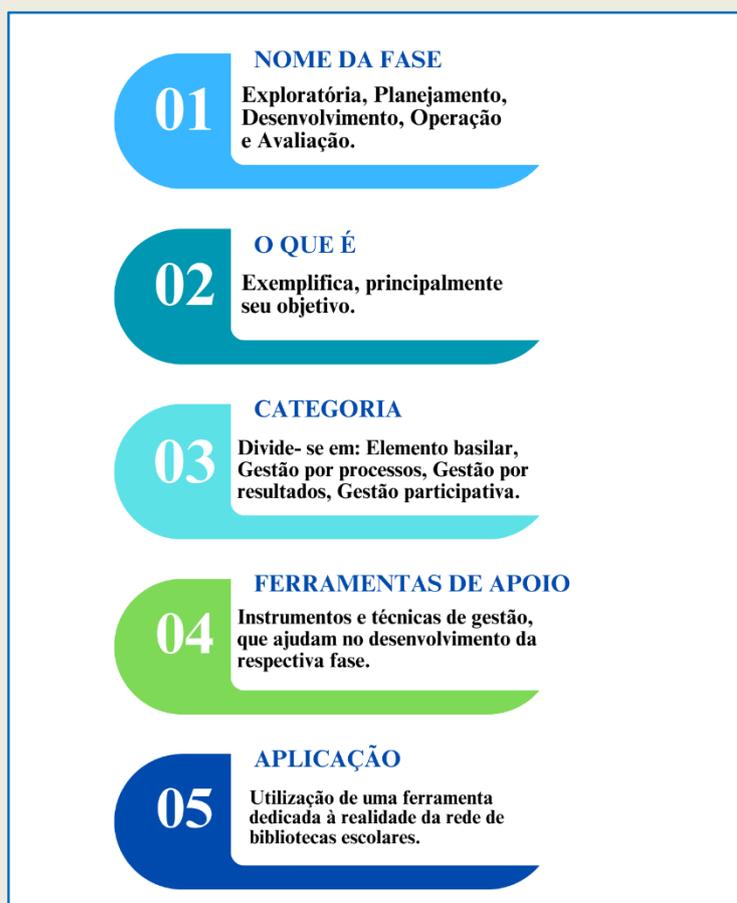
- **Gestão por resultados:** seja nos aspectos administrativo, financeiro, usabilidade da biblioteca, como no educacional e social, no sentido de poder

vislumbrar como as atividades cooperam com um processo de ensino e aprendizagem que seja socialmente responsável.

- **Gestão por processos:** como o objetivo de mapeamento e execução, buscando aprimorar a gestão da rede, elencando documentos norteadores, legislações e demais atividades técnicas-administrativas.

- **Gestão participativa:** esta categoria deve ser entendida como uma filosofia norteadora de todo o modelo. O ambiente escolar é um espaço de construção coletiva, que prepara, principalmente as crianças, para o mundo exterior aos muros da escola e de casa. Logo, as bibliotecas atuando também de maneira participativa para o sucesso da rede, seja entre elas mesmas como os demais atores da escola, é fundamental para o sucesso do modelo aqui proposto.

O modelo está estruturado da seguinte forma:



Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

FASE 1 - EXPLORATÓRIA

O que é: Base para a fase de planejamento, em que se identifica um panorama da Secretaria de Educação, identificando as condições para projetar a implantação da rede de bibliotecas, com elementos que serão trabalhados ao longo de todas as próximas fases.

Categorização: Elemento basilar.

Ferramentas de apoio: *Balanced Scorecard*, Matriz de Porter e Matriz GUT.

Aplicação: Nesta etapa foi realizado o diagnóstico organizacional para a implantação da rede. Conforme a figura abaixo sugere, adotou-se como ferramenta a Matriz SWOT, utilizada para a análise de ambiente interno e externo, abrangendo quatro fatores: “*strengths* (forças), *weaknesses* (fraquezas), *opportunities* (oportunidades) e *threats* (ameaças)”. O diagnóstico organizacional teve como fontes, o diagnóstico das bibliotecas das escolas, legislações e as informações (notícias que informam as ações da SMEd) disponibilizadas no site institucional da prefeitura.

Diagnóstico organizacional para implantação da rede



Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Conforme a ilustração, observa-se que a matriz SWOT opera com pares de contrários, “forças” e “fraquezas”, “oportunidades” e “ameaças”. Nessa perspectiva a análise organizacional da SMEd apontou que as “fraquezas” se constituem em situações urgentes, que devem ser conduzidas para resolução a curto e médio prazo. As “forças” identificadas são baseadas, majoritariamente, na ação de investimento em recursos, o que mostra um cenário favorável para a efetivação das “oportunidades”. Neste caso, as oportunidades são as aspirações, projetadas hipoteticamente com a adoção de um modelo de gestão em rede. Já as ameaças, são fatores internos oriundos da própria falha da gestão no que tange principalmente aos recursos humanos. Sem investimento nesses recursos, o planejamento pode ser prejudicado parcial ou integralmente, sendo estes os fatores de “ameaça”.

FASE 2 - PLANEJAMENTO

O que é: Quando se define missão, objetivos e metas que conduzirão o trabalho da Rede de Bibliotecas de Erechim a partir de uma estrutura organizacional existente.

Categorização: Gestão por resultados, Gestão por processos e Gestão participativa.

Ferramentas de apoio: Plano de ação.

Aplicação: Inicialmente identifica-se os objetivos que conduzirão o plano de ação. Os objetivos da implementação da rede de bibliotecas estão definidos em geral e específicos.

Objetivo geral



Instituir a Rede de Bibliotecas da SMEd, como forma de integrar recursos e articular processos e serviços para que todas as escolas tenham bibliotecas de qualidade em funcionamento.

Objetivos específicos



- Instaurar a cooperação entre as bibliotecas das escolas;
- Revitalizar as bibliotecas existentes;
- Implantação de bibliotecas nas escolas que ainda não possuem este espaço;
- Padronizar e qualificar a oferta dos serviços;
- Otimizar o uso dos recursos investidos (humanos, tecnológicos e informacionais);
- Implementar o empréstimo interbibliotecas;
- Implementar gestão automatizada do acervo;
- Definir políticas e diretrizes (empréstimo, processamento técnico, desenvolvimento da coleção).
- Instituir uma política de leitura municipal.
- Garantir que as bibliotecas sejam geridas por bibliotecários.

Para o cumprimento dos objetivos é necessário definir um conjunto de ações políticas e técnicas que serão fundamentais para a estruturação da rede. Nesse sentido definiu-se um plano de ação.

Quadro 1 – Plano de ação

Metas	Ações
1 - Definir a identidade da rede	<ul style="list-style-type: none"> - Definição dos valores organizacionais (missão, visão, objetivos e finalidade). - Definir o âmbito de atuação. - Definir os serviços.
2 - Estabelecer vínculo administrativo	<ul style="list-style-type: none"> - Institucionalização da rede. - Criar o cargo de Bibliotecário na SMEd. - Definição das atribuições do cargo. - Definir número de bibliotecários e lotação.
3 - Elaborar a legislação e documentação	<ul style="list-style-type: none"> - Decreto/lei de criação da rede. - Inclusão da rede no PPC das escolas.
4 - Definir os recursos humanos	<ul style="list-style-type: none"> - Formação de parcerias (internas – outras secretarias). - Formação de equipe (quantidade, habilidades). - Treinamento da equipe. - Formação continuada.
5 - Definir a estimativa de recursos físicos	<ul style="list-style-type: none"> - Estabelecer a área específica para biblioteca (escolas sem biblioteca). - Adequar o mobiliário. - Ampliar o acervo.
6 - Definir a estimativa de recursos tecnológicos	<ul style="list-style-type: none"> - Instalação de computadores para sistematização técnica e de circulação. - Aquisição de software de gestão para o acervo e circulação. - Criação de um catálogo coletivo virtual.
7 - Definir os recursos financeiros	<ul style="list-style-type: none"> - Acompanhar editais para captação de recursos públicos.

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Apesar de enumeradas, não há uma ordem sequencial definida podendo essas ações ocorrer de forma integrada e simultânea. A implementação poderá culminar em outras ações não previstas, a depender das necessidades sentidas pela SMEd no decorrer do processo.

Meta 1 - Definir a identidade da rede

A identidade da Rede de Bibliotecas da SMEd de Erechim (sugerida) tem respaldo nos documentos norteadores da educação e da biblioteconomia, analisados durante o processo da pesquisa. Além desses documentos já mencionados, também foram consultados o Plano Municipal de Educação (PME) e o Documento Orientador do Território Municipal de Erechim (DOTME).

Missão

Prover bibliotecas escolares com recursos que confirmem excelência, assegurando a toda comunidade escolar um espaço físico e digital, com recursos informacionais necessários para auxiliar no desenvolvimento das competências e habilidades no uso da informação, comunicação e produção do conhecimento.



Visão



Manter bibliotecas em nível de excelência para fortalecer o seu trabalho enquanto unidade de informação educadora e socialmente responsável.

Finalidade

Garantir o direito de todo estudante, independente do contexto socioeconômico, o acesso à informação, à cultura, à arte e a recreação, primando por uma coleção diversificada, serviços de qualidade e um espaço físico adequado.



Objetivos da rede

- ✓ Fortalecer as bibliotecas das escolas, de modo que estas articulem seus recursos e atuem como um equipamento educacional efetivo;
- ✓ Promover o acesso aos recursos informacionais em variados suportes, facilitando a aprendizagem do uso e produção da informação e do conhecimento;
- ✓ Ampliar o acesso ao acervo, ofertando uma coleção diversificada, atualizada e inclusiva;
- ✓ Padronizar e qualificar a oferta dos serviços de forma a atender os princípios de igualdade e equidade;
- ✓ Estabelecer um compromisso coletivo no sentido de desenvolver estratégias para o fomento à prática de leitura e escrita;
- ✓ Garantir que as bibliotecas sejam munidas de recursos básicos para que possam ser inseridas no contexto escolar e contribuir efetivamente com a proposta da educação básica;
- ✓ Contribuir para a formação de cidadãos capazes de fazer uso das bibliotecas ao longo da vida, para divertimento, informação, desenvolvimento pessoal e profissional contínuo.



Serviços da rede

A atuação das bibliotecas em rede amplia o rol de serviços destinados para a comunidade escolar. A integração das unidades e a dinâmica de cooperação de recursos permite ofertar não somente os serviços tradicionais, como pensar em serviços diferenciais, tais como:



- A disponibilização do empréstimo entre as bibliotecas, ampliando as possibilidades de acesso e valorizando o uso das coleções;
- A disponibilização de um catálogo on-line coletivo para consulta do acervo e renovações;
- Promoção de cursos para a capacitação e orientação para trabalhos de pesquisas escolares;
- Promoção de eventos e ações culturais que envolvam todas as escolas da SMEd, tais como:
 - concursos literários,
 - feira de livros escolar,
 - teatro,
 - campanhas de incentivo à leitura,
 - campanhas de incentivo do uso da biblioteca.
- Oferta de materiais para a formação continuada de professores;
- Cursos e oficinas para capacitação/atualização da equipe.

FASE 3 - DESENVOLVIMENTO

O que é: Detalhamento da rede com especificidade das estratégias, processos, políticas de orientação de cada função

Categorização: Gestão por processos.

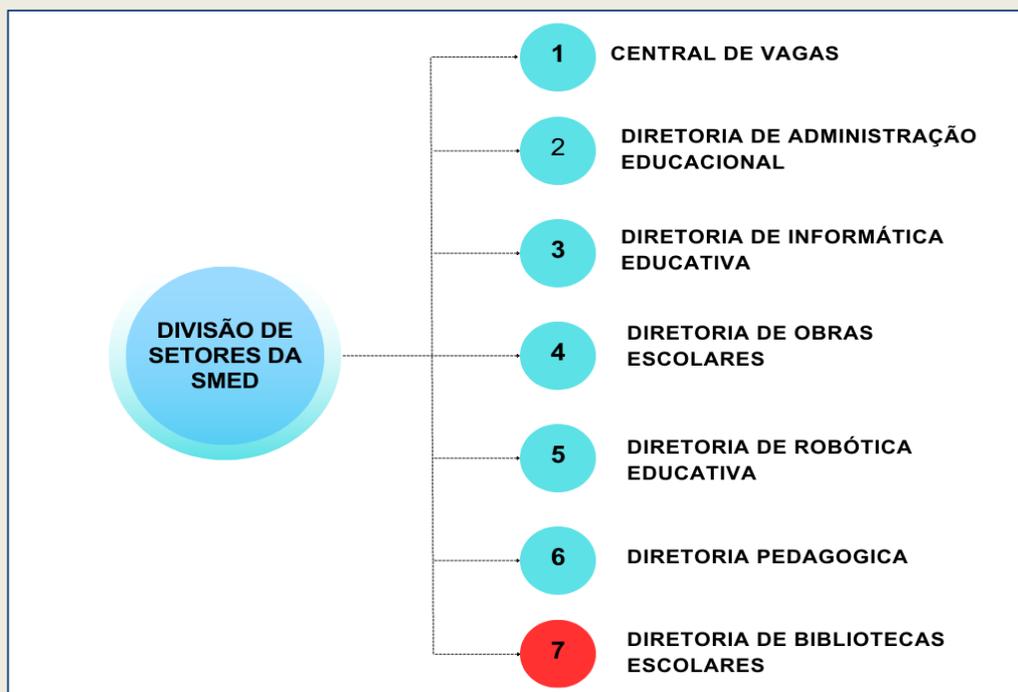
Ferramentas de apoio: Nesta fase não há ferramentas de apoio oriundas especificamente da gestão, pois muitas das atividades relacionadas em cada uma das metas são técnicas da Biblioteconomia e encontram respaldo na literatura especializada.

Aplicação: Os elementos de aplicação dessa fase acompanham as metas elencadas no Plano de ação.

Meta 2 - Estabelecer vínculo administrativo

Considerando que a SMEd possui uma organização interna por diretorias, sugere-se que o poder público municipal institua a rede de bibliotecas escolares criando dentro da divisão de setores da secretaria a Diretoria de Biblioteca Escolar.

Divisão de setores da SMEd



Fonte: Elaborado pelas autores com base nas informações do site da SMED (2023).

A partir da criação da Diretoria de Bibliotecas Escolares, a gestão das bibliotecas das escolas passa a ser centralizada. Ficará à cargo da diretoria a coordenação da rede, abrangendo os processos administrativos, técnicos e educacionais, diretamente ligados às bibliotecas das escolas. O cargo de gestor deverá ser ocupado pelo Bacharel em Biblioteconomia, conforme preconiza o art. 3º da Lei 12.244, que determina que seja “respeitada a profissão de Bibliotecário, disciplinada pelas Leis nº 4.084, de 30 de junho de 1962, e 9.674, de 25 de junho de 1998.” (BRASIL, 2010, não paginado).

Além da ocupação da Diretoria de Bibliotecas, as escolas também devem ter um bibliotecário responsável por suas bibliotecas. As atribuições do cargo de bibliotecário, portanto, devem ser detalhadas e prever as responsabilidades do bibliotecário, quando este ocupar o cargo de coordenador lotado na diretoria ou quando estiver lotado na biblioteca da escola, conforme sugerido no Quadro 2.

Quadro 2 – Atribuições e descrição das atividades dos cargos

Lotação na Diretoria de Bibliotecas	Lotação nas escolas
Atribuições	
<p>Representar as bibliotecas escolares junto à secretaria municipal de educação; Coordenação da rede de bibliotecas.</p>	<p>Gerenciar as bibliotecas escolares; Atendimento a comunidade escolar; Assessorar a Diretoria de Bibliotecas nos processos administrativos, técnicos e educacionais; Participar como representantes da unidade escolar para a tomada de decisões da Diretoria de Bibliotecas.</p>
Descrição das atividades	
<ul style="list-style-type: none"> ● Participação do planejamento das políticas e ações voltadas para as bibliotecas escolares, leitura e informação; ● Elaboração de políticas de desenvolvimento de coleções, catalogação e circulação de acervo; ● Garantir a padronização técnica; 	<ul style="list-style-type: none"> ● Integrar a equipe pedagógica da unidade escolar; ● Executar os serviços oferecidos pela biblioteca junto à comunidade escolar; ● Tratamento técnico do acervo (Catalogação e organização física); ● Apoiar os docentes nas atividades referentes à leitura, escrita e comunicação, produção de conhecimento, entretenimento e recreação;

<ul style="list-style-type: none"> ● Garantir que os serviços sejam oferecidos de forma igualitária em todas as bibliotecas; ● Assessorar nas atividades de ações e eventos promovidos pelas unidades; ● Assegurar a cooperação entre as unidades para a otimização dos recursos (humanos, físicos, informacionais e tecnológicos); ● Monitorar a adequação dos espaços físicos junto aos bibliotecários das unidades; ● Promover atividades culturais que assegurem o trabalho cooperativo entre as unidades; ● Responder tecnicamente pelas escolas de Belas Artes, Educação de Jovens e Adultos e Educação Infantil; ● Promover a formação continuada da equipe de bibliotecários e demais integrantes da rede; ● Promover campanhas para a valorização e reconhecimento da biblioteca como direito. Reforçando a importância desse espaço para a comunidade; ● Avaliar periodicamente os serviços e ações da biblioteca escolar, buscando sempre o estreitamento com o currículo escolar. 	<ul style="list-style-type: none"> ● Promover eventos que incentivem o uso da biblioteca pela comunidade escolar; ● Participação na elaboração de políticas de desenvolvimento de coleções, catalogação e circulação de acervo, junto à Diretoria de Bibliotecas; ● Elaboração de relatórios das atividades; ● Divulgação dos serviços, eventos e ações promovidos pela biblioteca; ● Participar de cursos e oficinas para a formação continuada.
--	--

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa (2023).

Cabe a observação que as atribuições e as tarefas diferem, contudo, ressalta-se que grande parte da organização estrutural e a operacionalização da rede ocorre com o trabalho desenvolvido em equipe. Ou seja, a coordenação da rede deverá ser de responsabilidade do bibliotecário. No entanto, a equipe de trabalho deverá ser composta pelo bibliotecário gestor, os bibliotecários lotados nas escolas, um pedagogo e professores.

Meta 3 - Elaborar a legislação e documentação

O ato normativo, para institucionalizar a rede é conferido ao poder público municipal, conforme determinado no art. 45 da Lei Orgânica Municipal nº1/1990, podendo ser na forma de decreto ou processo legislativo. O respaldo legal para essa ação encontra-se expresso nos seguintes dispositivos legais observados nos níveis federais, estaduais e municipal, sintetizado abaixo.

Lei Federal nº 12.244/2010 - Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do país.

Art. 1º As instituições de ensino públicas e privadas de todos os sistemas de ensino do País contarão com bibliotecas, nos termos desta Lei.

Lei Federal nº 13.005/2014 - Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências.

7.20) prover equipamentos e recursos tecnológicos digitais para a utilização pedagógica no ambiente escolar a todas as escolas públicas da educação básica, criando, inclusive, mecanismos para implementação das condições necessárias para a universalização das bibliotecas nas instituições educacionais, com acesso a redes digitais de computadores, inclusive a internet.

Lei Estadual nº 14.705/2015 - Institui o Plano Estadual de Educação – PEE –, em cumprimento ao Plano Nacional de Educação – PNE –, aprovado pela Lei Federal n.º 13.005, de 25 de junho de 2014.

7.16) prover equipamentos e recursos tecnológicos digitais para a utilização pedagógica no ambiente escolar a todas as escolas públicas da educação básica, criando mecanismos que garantam a implementação das condições necessárias para a universalização das bibliotecas nas instituições educacionais, com acesso a redes digitais de computadores, inclusive a Internet, sob responsabilidade da Seduc e Secretarias Municipais de Educação.

Lei Orgânica Municipal nº 1/1990

Art. 125, II - prover, gradativamente, todas as escolas municipais de uma biblioteca permanentemente atualizada e aberta à comunidade local.

A elaboração da documentação é extremamente importante para a padronização dos processos internos da rede. Exige o conhecimento técnico e também uma análise minuciosa do funcionamento da rede. Estes documentos deverão ser utilizados por todas as bibliotecas da rede, de modo que os critérios inicialmente estabelecidos para cada processo se mantenha consistente e uniforme. Devem ser revisados periodicamente ou conforme demanda de alterações, avaliadas pelo grupo de trabalho. Dentre os principais documentos que devem ser elaborados cita-se:

I. Regulamento da rede

Estabelece os princípios (missão, visão, finalidade e objetivos) que regem a cooperação entre as bibliotecas, definindo as responsabilidades dessas unidades nos processos e serviços da rede. Regulamenta o compartilhamento dos recursos.

II. Política de gestão do acervo

Documento norteador para a tomada de decisão sobre a seleção, aquisição e preservação, proporcionando um crescimento equilibrado do acervo. Tem como finalidade estabelecer critérios para a formação do acervo de forma a atender as demandas do currículo e também da comunidade escolar. Deve ser elaborado de forma conjunta entre bibliotecários e professores, garantindo coerência com proposta pedagógica da rede de ensino.

III. Manual de catalogação

Documento que define as diretrizes da catalogação, conferindo a padronização técnica na representação temática e descritiva dos livros. A catalogação tem a finalidade de promover a sistematização do acervo garantindo precisão na busca por determinado título, autor ou tema. Permite conhecer o acervo, auxilia na organização física dos livros nas estantes facilitando a localização dos títulos.

IV. Política de circulação

Documento que define como ocorrerá a dinamização do acervo. Estabelece quais itens serão emprestados e de que forma a coleção poderá ser utilizada (exemplo: número de dias para o empréstimo, renovações, penalidades por atrasos, reposição de itens extraviados/danificados, entre outros) e o empréstimo interbibliotecas.

V. *Planejamento de gestão anual*

Define o plano de ações com metas e atividades para a dinamização da rede durante o ano letivo. O planejamento poderá abranger questões administrativas, técnicas e educacionais tais como: aquisição de acervo e mobiliário; projetos de ações e eventos que serão realizados pela rede.

VI. *Relatório de gestão anual*

Documento que registra as ações realizadas, permitindo identificar as metas alcançadas pela rede durante o ano letivo. Se configura em importante instrumento de apoio para avaliação do desempenho da rede, servindo também como base para o planejamento anual seguinte.

Meta 4 - Definir os recursos humanos

Para a dinamização da rede é necessária a formação de uma equipe de trabalho multidisciplinar. A orientação pedagógica é fundamental para a elaboração do plano de atividades das bibliotecas e o aproveitamento desse espaço no enriquecimento do PPC das escolas. Logo, é essencial que um pedagogo tenha participação na coordenação da rede, junto à Diretoria de Bibliotecas Escolares.

Como um dos propósitos da atuação em rede é a otimização dos recursos, é plausível estabelecer a cooperação também entre setores da SMEEd, aproveitando os profissionais que já ocupam os cargos executivos, como por exemplo, o pedagogo que ocupa a Diretoria Pedagógica. Outra alternativa fortemente sugerida é a inclusão de estagiários na equipe.

Uma observação importante que justifica a formação de uma equipe multidisciplinar e a participação dos estagiários do magistério e das licenciaturas, é que as habilidades oriundas da formação do bibliotecário apresentam um viés mais técnico. Assim, as funções de gerenciamento, coordenação e promoção de eventos, cursos, oficinas entre outros, conforme mencionado no quadro de atribuições e descrição das atividades dos cargos, são condizentes com o currículo deste profissional. Já as questões de cunho didático-pedagógicas, não estão inclusas na

capacitação formal da Biblioteconomia, salvo os bibliotecários que se aperfeiçoaram com cursos específicos de pós-graduação.

Considerando o exposto, sugere-se que a equipe da Rede de Bibliotecas da SMEd, seja composta inicialmente da seguinte forma:

Formação da equipe de trabalho



Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Dentro dessa perspectiva, para a implementação da rede, deve ser elaborado/contratado um curso de formação para a capacitação do grupo de trabalho. A orientação de tarefas de cunho técnico devem ser ministradas pelos bibliotecários da rede. Conforme identificado na pesquisa, a sensibilização de todos os profissionais envolvidos direta e indiretamente para a relevância e o potencial enriquecedor que a instituição da rede de bibliotecas poderá proporcionar para o SME é extremamente importante.

Sugere-se, como habitualmente fazem os governantes, no momento de um novo empreendimento, a troca de experiência com visitas técnicas a municípios que possuem redes de bibliotecas consolidadas como por exemplo: Rede de Biblioteca Escolar do Município de Florianópolis (SC), Rede de Biblioteca Escolar de Belo Horizonte (MG) e Rede de Biblioteca Escolar Municipal de Vitória/Espírito Santo (ES).

Meta 5 - Definir a estimativa de recursos físicos

Os recursos físicos abrangem o espaço destinado para a instalação da biblioteca, o mobiliário, o acervo, os materiais de expediente e no mínimo um computador por unidade, para a gestão do acervo e circulação de materiais. Com exceção do acervo, que é determinado no Parágrafo único da Lei 12.244/2010, pela seguinte redação: “[...] será obrigatório um acervo de livros na biblioteca de, no mínimo, um título para cada aluno matriculado” (BRASIL, 2010), os demais recursos possuem normativas.

Nesse sentido, para avaliação aproximada dos recursos físicos que devem figurar a biblioteca da escola, buscou-se respaldo nas recomendações das Diretrizes da IFLA/UNESCO (2015), e também na Resolução CFB Nº 220/2020. Como observado no diagnóstico, algumas escolas não possuem bibliotecas. Das escolas que possuem, algumas não atendem a dimensão de 50m² recomendado pela Resolução CFB Nº 220/2020. Apesar das instalações das bibliotecas já existirem nas escolas, destacou-se, com base nesses documentos, as seguintes orientações para que possam ser consideradas nos projetos de bibliotecas das escolas que ainda não possuem este espaço e para a melhorias das bibliotecas existentes.

Instalação da biblioteca



- Localização central e no térreo, se possível;
- Área mínima de cinquenta metros quadrados;
- Contar com espaço físico exclusivo, suficiente e adequado para o acervo, o atendimento e a oferta de serviços, bem como para a realização dos serviços técnicos e administrativos;
- Luz adequada e suficiente, natural e/ou artificial;
- Temperatura ambiente adequada (por exemplo, ar condicionado, aquecimento) para garantir boas condições de trabalho durante todo o ano, assim como a preservação das coleções;
- Design adequado para utilizadores com necessidades especiais.

As instalações de uma biblioteca escolar, permitem incrementar elementos variados, que a diferem de uma biblioteca convencional, com estantes, mesas e cadeiras, rigidamente acomodadas. Assim sendo, acrescenta-se às recomendações descritas acima, a inclusão de elementos visuais atrativos para a decoração e cores alegres para as paredes e o mobiliário. A biblioteca deve ser pensada, como um ambiente convidativo, confortável, lúdico e que proporcione interatividade entre os estudantes, conferindo-lhes liberdade de circulação e autonomia no manuseio do acervo.



Mobiliário

- Ofertado em quantidade suficiente para atender uma turma de forma confortável;
- Adequados às condições de acessibilidade (exemplo: mesas em tamanhos que possam acomodar cadeirantes);
- Adequados às condições de segurança (exemplo: mesas e cadeiras em tamanhos que possam acomodar as crianças de 0 a 5, no caso da Educação Infantil);
- Estantes e balcões de atendimento em tamanhos que atendam as estaturas médias dos estudantes, conferindo-lhes autonomia no manuseio do acervo.



Acervo

Quanto ao acervo, este foi identificado no diagnóstico como o fator positivo. Dentre eles, destacam-se a implementação do Sistema de Ensino FTD.

Essa plataforma digital disponibiliza uma série de recursos tais como: apostilas, livros literários, e material específico para atualização dos professores.

Outro fator considerado importante é que a aquisição do acervo físico é realizada periodicamente, de forma centralizada. A seleção de títulos é elencada pelos professores. Além destes, a aquisição também é realizada pelo Programa Nacional do Livro Didático.

No entanto, é preciso avaliar os recursos assistivos para a efetivação da inclusão. Isso porque foi apontado pelo diagnóstico que 54,5% (6), das escolas não possuem esses recursos específicos. Essa demanda deverá ser contemplada pela política de desenvolvimento de coleções. Ademais, com relação ao acervo, pode-se dizer que a quantidade de itens que compõem a coleção no presente momento, atende de forma satisfatória o modelo de rede, que prevê o compartilhamento desses exemplares através do serviço de empréstimo interbibliotecas.

Meta 6 - Definir a estimativa de recursos tecnológicos

Conforme apontado no diagnóstico, as bibliotecas não possuem um padrão para sistematização. Para que haja a potencialização, valorização e controle do acervo, a sistematização técnica é um processo fundamental. No caso da atuação em rede, mais do que sistematizar será necessário automatizar. Para isso, os recursos previstos são:

- No mínimo um computador por biblioteca;
- Aquisição de *software* para a gestão e circulação de acervo;
- Instalação de rede wi-fi;
- Instalação de impressora.

A sistematização consiste na representação descritiva, por meio do processo de catalogação de todos os itens presentes nos acervos de cada biblioteca. Já a

automatização é o formato do recurso utilizado para a sistematização. Para essa ação, a instalação de um Sistema de automação e gestão de bibliotecas será necessário. As ações de sistematização e automatização, são a base para a elaboração do catálogo coletivo virtual. A partir dessas ações concluídas, será possível disponibilizar o serviço de consulta on-line do acervo existente em todas as bibliotecas, e a oferta do empréstimo entre as bibliotecas da rede.

Sugerimos nesse caso, uma parceria entre a Secretaria Municipal de Educação e a Secretaria Municipal de Cultura e Esporte (SMCE). Visto que, a Biblioteca Pública Municipal Gladstone de Osório Marsico, sob a responsabilidade da SMCE, utiliza o *Software* Gnuteca, para gestão e circulação do acervo.

Interface do Gnuteca



Fonte: Site da Biblioteca pública Gladstone de Osório Marsico (2023).

Ao estabelecer essa relação de cooperação entre as secretarias, amplia-se as possibilidades de valorização do acervo de todas as bibliotecas mantidas pela prefeitura. Uma vez que, a utilização compartilhada desse *software* permite que essas bibliotecas funcionem de forma interligadas e que as informações referentes ao acervo encontrem-se registradas em uma única base de dados, facilitando a consulta e circulação.

De forma simples, esse programa apresenta recursos que atendem satisfatoriamente tanto bibliotecas pequenas como bibliotecas mais complexas. As funcionalidades são descritas a seguir.

Funcionalidades do Gnuteca



Fonte: Site da Solis (2023).

A viabilidade deste compartilhamento, se dá principalmente, nas seguintes funcionalidades:

- **Multiunidade:** permitirá que todas as bibliotecas da rede possam ser incluídas no sistema e funcionarem de maneira interligadas. Não tem limite do número de bibliotecas ou volumes no seu banco de dados.
- **Multiplataforma:** permitirá um trabalho técnico tanto individual quanto coletivo, agilizando o processo de catalogação do acervo, com a possibilidade da catalogação cooperativa.
- **Licenciamento:** Não existe custo de licenciamento de servidores.

Para a utilização de forma compartilhada desse *software* é necessário apenas a criação de um login e senha para cada biblioteca da rede. A operação do sistema ocorre de forma remota. Assim sendo, o bibliotecário ao autenticar-se no Gnuteca terá acesso a uma área individual de trabalho e procederá com a alimentação de informações do catálogo da unidade sob sua responsabilidade.

Destacamos como justificativa para a cooperação desse recurso, as seguintes vantagens:

- Não envolve custos financeiros adicionais;

- A otimização dos processos técnicos e administrativos (catalogação, relatórios, inventários de acervo);
- Cadastro de usuários unificado, incluindo a biblioteca pública municipal;
- Evitar a duplicação de investimento financeiro com aquisição de uma nova licença exclusiva para SMEd,
- Possibilidade de implementar um Sistema Municipal de Bibliotecas, integrando à rede a Biblioteca Pública Municipal Gladstone de Osório Mársico, de responsabilidade da Secretaria de Cultura.

Ainda dentro dessa perspectiva, sugere-se a criação de um portal para reunir em uma só página o acesso ao catálogo Gnuteca, ao Sistema FDT e demais recursos digitais. Além disso pode ser considerado como um canal de divulgação das atividades das bibliotecas enquanto unidades e da rede.

Meta 7 - Definir os recursos financeiros

Para definir os recursos financeiros recomenda-se:

Lei Orçamentária Anual (LOA): Recursos via dotação orçamentária dos municípios, que deve ser solicitado até o dia 31 de agosto do ano em curso e assim assegurar esta verba para o ano seguinte.

Emendas parlamentares e emendas impositivas: Os deputados, senadores e vereadores têm direito às “emendas individuais” que são recursos a serem inseridos na LOA. Além disso, há as “emendas de bancada”, que reúnem os deputados de um mesmo Estado que podem solicitar recursos públicos para as Bibliotecas. (CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECOLOGIA, 2023, p .14).

FASE 4 - OPERAÇÃO

O que é: Elaboração de manuais de gestão, padrões de qualidade, treinamentos e quaisquer instrumentos fundamentais à execução de cada atividade.

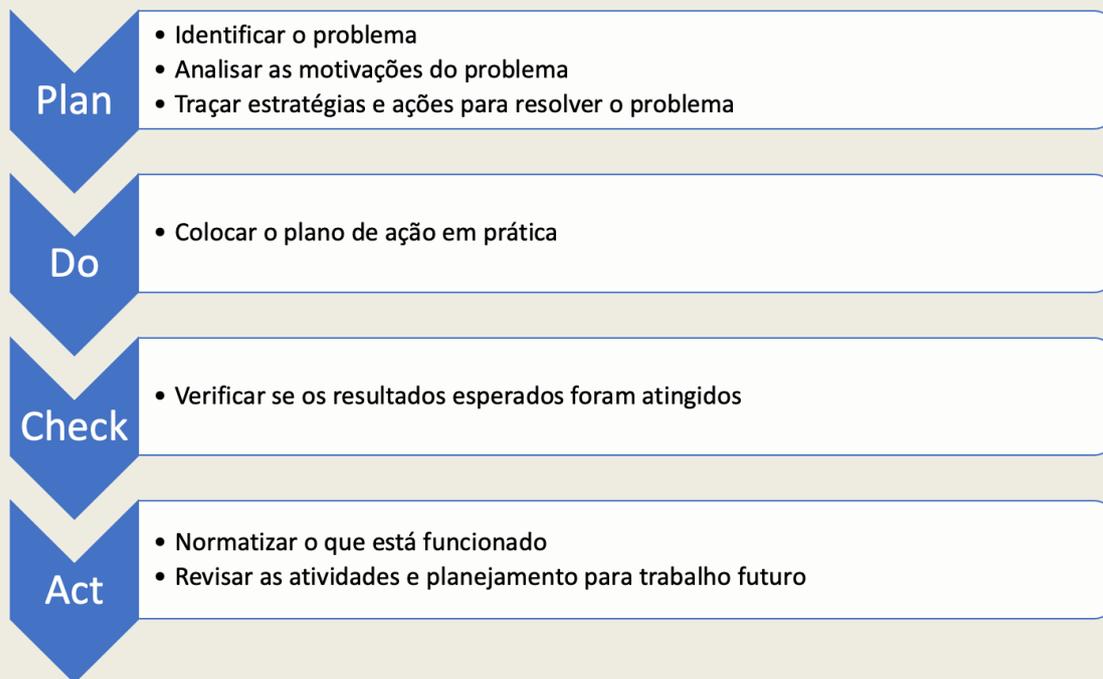
Categorização: Gestão por processos e Gestão por resultados.

Ferramentas de apoio:

Metas	Ferramentas
1- Definir a identidade da rede	- Design thinking - Brainstorming - Branding
2- Estabelecer vínculo administrativo	- Organograma - Fluxograma - 5W2H
3- Elaborar a legislação e documentação	- BPM - Grupos de trabalho por temas
4, 5, 6 e 7- Definição de recursos (humanos, físicos, tecnológicos e financeiros)	- Plano de negócio (todos os recursos) - Six Sigma (todos os recursos) - Ciclo PDCA (todos os recursos) - Modelo Orçamento de Base Zero (recursos financeiros) - People Analytics (recursos humanos) - Endomarketing (recursos humanos) - Pesquisa de clima organizacional (recursos humanos) - Benchmarking (recursos físicos e tecnológicos) - Estudos de usuários (recursos físicos e tecnológicos)

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Aplicação: Há várias ferramentas de gestão que podem ser utilizadas para a operacionalização de processos, seja de uma biblioteca participante da rede, seja da rede de bibliotecas em uma perspectiva sistêmica. Aqui, utilizaremos como exemplo o Ciclo PDCA (*plan, do, check e act*) para uma necessidade comum a todas as bibliotecas: aumentar o uso do acervo.



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de Behr, Moro e Estabel (2008).

Etapa 1 - Planejar (*plan*)

O problema que foi identificado em uma das bibliotecas é a baixa utilização do acervo relacionado ao pouco aproveitamento dos alunos na disciplina de Língua Portuguesa. A biblioteca não possui um profissional dedicado para atender tanto alunos como professores, logo, isso é uma das motivações. O acervo tem obras atualizadas que poderiam ser melhor aproveitadas.

Entre as ações que podem ser realizadas estão

- *Criação da Caixa Viajante*: o pedagogo da escola junto do professor de Língua Portuguesa criariam uma seleção de livros por faixa etária que seriam armazenados em uma caixa. Semanalmente, esta caixa iria até a sala de aula, sob responsabilidade do professor, para 30 minutos de leitura. Acompanhado da atividade, haveria um Diário de Viagem, em que os alunos registrariam suas leituras (títulos escolhidos, sensações despertadas com a leitura, o que mais gostou com a história que leu, entre outros fatores). O Diário é importante para fins de avaliação da atividade, mas também para aprimorar as habilidades de escrita.
- *Biblioteca de Braços Abertos*: projeto para receber mensalmente os pais e alunos no espaço da biblioteca. Atividades de formação e lúdicas seriam aplicadas neste dia (como contação de histórias, biblioterapia, curta-

metragens, pintura, escrita e empréstimo de livros). A ideia seria promover tanto o uso do espaço como estabelecer relações entre pais e filhos e famílias distintas. Ideal seria aplicar esta atividade em um sábado ou durante reunião de pais.

Etapa 2 - Fazer (*do*)

Indicar responsáveis para as duas atividades acima elencadas e prever os recursos necessários. Todas as ações devem ser executadas de maneira que a biblioteca seja entendida como um espaço acolhedor, importante para o ambiente escolar e participe do processo de aprendizagem.

Etapa 3 - Verificar (*check*)

Esta etapa busca apontar elementos para a última, que é a de avaliar. Pode ser tanto uma análise quantitativa (quantos empréstimos de livros foram realizados, quantos pais visitaram a biblioteca no "Biblioteca de braços abertos", quantos livros lidos registrados no *Diário de Viagem*, etc.) ou qualitativa (melhores notas em Língua Portuguesa, melhor relacionamento, solicitações de mais uso da biblioteca, etc.).

É importante também que o responsável pela biblioteca esteja atento sobre o uso dos livros que estão na Caixa Viajante, por exemplo, atualizando os títulos ou mesmo aprimorando a seleção.

Etapa 4 - Agir (*act*)

Esta última está atrelada à avaliação e será contemplada na última fase deste modelo.

O que é: Após o planejamento das atividades e da respectiva operacionalização, a fase de avaliação busca elencar indicadores e mapear dados para avaliar se os processos e objetivos da Rede de Bibliotecas estão sendo alcançados. A avaliação permitirá à rede ter uma análise da evolução do trabalho realizado e até mesmo adequar metas e objetivos que não foram alcançados ao longo do percurso. Ela pode ser aplicada tanto às fases macro como a projetos mais pontuais.

Categorização: Gestão por resultados.

Ferramentas de apoio: Avaliação de competências, feedbacks contínuos, métricas de marketing (quando for o caso), gestão e avaliação da qualidade, estudos de usuários e comunidades, taxas de participação, circulação de materiais na biblioteca (usabilidade do acervo), pesquisa de satisfação, entre outras.

Aplicação: Dando continuidade ao ciclo PDCA exemplificado a partir da fase anterior deste modelo, alcançamos a última letra da sigla, "A - agir (*act*)".

No Ciclo PDCA a última etapa refere-se à preocupação em manter os processos que foram identificados e exitosos na atividade de gestão. Com os elementos identificados em *check*, a biblioteca ou mesmo a escola poderá entender melhor se o problema encontrado em *plan* foi alcançado, se as metas ou o plano de ação precisa ser modificado ou até mesmo que outras atividades sejam criadas.

O agir aqui precisa ser uma atividade contínua, evitando que o problema identificado não volte a ocorrer.

Referências

BARBOSA, Eliana Terra. **Rede de biblioteca escolar no Espírito Santo**: estudo de caso da rede Vila Velha. 2021. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória. 2021. Disponível em: <https://cienciainformacao.ufes.br/pt-br/pos-graduacao/PPGCI/detalhes-da-tese?id=15309>. Acesso em: 26 maio 2023.

BEHR, Ariel; MORO, Eliane Lourdes da Silva; ESTABEL, Lizandra Brasil. Gestão da biblioteca escolar: metodologias, enfoques e aplicação de ferramentas de gestão e serviços de biblioteca. **Ci. Inf., Brasília**, v. 37, n. 2, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ci/a/7gkmKSkzS5xmghM3FjMnk5t/>. Acesso em: 15 jul. 2023.

BRASIL. **Lei 12.224, de 24 de maio de 2010**. Dispõe sobre a universalização das bibliotecas escolares nas instituições de ensino do País. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12244.htm Acesso em: 2 jun. 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm. Acesso em: 2 jun. 2023.

CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA (Brasil). **Resolução nº 220**, de 13 de maio de 2020. Dispõe sobre os parâmetros a serem adotados para a estruturação e o funcionamento das bibliotecas escolares. Disponível em: <https://repositorio.cfb.org.br/handle/123456789/1349>. Acesso em: 20 jan. 2023.

CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA (Brasil). **A biblioteca escolar**. Brasília: Conselho Federal de Biblioteconomia, 2023. Disponível em: <http://repositorio.cfb.org.br/bitstream/123456789/1405/1/A%20Biblioteca%20Escolar%20cor..pdf>. Acesso em: 20 jun. 2023.

ERECHIM (RG). **Lei Orgânica Municipal nº 1/1990**. Lei orgânica do município de Erechim. Disponível em: <https://www.pmerechim.rs.gov.br/legislacao-item/2655>. Acesso em: 22 jun.2023.

ERECHIM (RG). **Biblioteca Pública Gladstone de Osório Mársico**. (2023). Disponível em: <https://biblioteca.erechim.rs.gov.br/>. Acesso em: 10 jul. 2023.

FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE ASSOCIAÇÕES DE BIBLIOTECÁRIOS E BIBLIOTECAS. **Diretrizes da IFLA/UNESCO para a biblioteca escolar**. 2. ed. rev. 2015. Tradução de Rede de Bibliotecas Escolares (Portugal). Disponível em:

<https://www.ifla.org/files/assets/school-libraries-resource-centers/publications/ifla-school-library-guidelines-pt.pdf> Acesso em: 5 jun. 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ERECHIM. Secretaria Municipal de Educação. (2023).

Escolas Municipais. Disponível em:

<https://www.pmerechim.rs.gov.br/pagina/344/escolas-municipais>. Acesso em: 3 jul. 2023.

RIO GRANDE DO SUL. **Lei nº 14.705 de 25 de junho de 2015** - Institui o Plano Estadual de Educação – PEE – em cumprimento ao Plano Nacional de Educação – PNE –, aprovado pela Lei Federal n.º 13.005, de 25 de junho de 2014. Disponível em: <https://educacao.rs.gov.br/legislacao>. Acesso em: 28 jun. 2023.